

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS**

**ANDRÉA MARCIA LEGNANI**

**A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA PRESENTE  
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE  
AGROECOLOGIA**

**FOZ DO IGUAÇU - PR  
2014**

ANDRÉA MARCIA LEGNANI

**A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA PRESENTE  
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE  
AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado – área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Martins

FOZ DO IGUAÇU - PR  
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca do Campus de Foz do Iguaçu – Unioeste  
Ficha catalográfica elaborada por Miriam Fenner R.Lucas – CRB-9/268

L515 Legnani, Andréa Marcia

A concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da Escola Latino Americana de Agroecologia / Andréa Marcia Legnani. – Foz do Iguaçu, 2014.

135 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Martins.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste Paraná.

1. América Latina – Movimento social – Integração. 2. Educação – Ensino técnico – Agroecologia. I.Título.

CDU 316.4.052(7/8=6)  
377:631.147|

ANDRÉA MARCIA LEGNANI

**A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA PRESENTE  
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE  
AGROECOLOGIA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Fabrício Pereira da Silva  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Professor Dr. José Carlos dos Santos (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Fernando José Martins (UNIOESTE)  
Orientador

**Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2014**

Dedico este trabalho aos Homens e Mulheres que buscam, em sua luta diária, melhores condições de vida para o povo latino-americano.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de todo o processo, desde a preparação para a seleção e depois durante todo o período do mestrado, muitas pessoas contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa.

Em especial, agradeço às pessoas que diretamente contribuíram para a efetivação do projeto de pesquisa:

Ao Professor Dr. Fernando José Martins, pela orientação paciente e dedicada, e pelo aprendizado proporcionado durante a realização desta pesquisa.

Aos Professores Dr. José Carlos dos Santos e Dr. Fabrício Pereira da Silva, pela participação no exame de qualificação, suas contribuições, orientações e sugestões as quais proporcionaram o enriquecimento do estudo.

Ao Coordenador da ELAA, José Maria Tardin, pela atenção e dedicação em contribuir colocando a Escola Latino Americana de Agroecologia à disposição para realização da pesquisa.

Aos educandos da turma Semente Latina e demais coordenadores da ELAA, pelas informações fornecidas quando da realização das entrevistas que tornaram possível a finalização do trabalho.

À minha mãe Alice Kertelt, pelos exemplos de força, persistência e luta.

Ao Claudimir Bortolini, companheiro, pelo incentivo, paciência, compreensão e cumplicidade em todos os momentos.

Ao meu irmão Elto Legnani pelo exemplo e incentivo para continuar os estudos, e por suas orientações quando da elaboração do projeto de pesquisa.

## SEMENTE LATINA

Na América Latina  
A mudança já chegou  
Com um povo organizado  
Demonstrando seu valor  
Com a agroecologia  
Resgatar conhecimento  
Vivenciar nossa história  
É um novo ensinamento.  
Somos filhos desta terra  
Nela vamos cultivar  
A semente é latina  
De um projeto popular.  
Eo, eo, eo semente latina já chegou  
Ea, ea, ea pra vitória conquistar  
Na escola latina  
Resgatar nossas culturas  
Pachamama nuestra madre  
Para as gerações futuras  
Com a via campesina  
Semeando liberdade  
Vamos juntos nesta luta  
É a nossa sociedade  
Somos filhos desta terra, nela vamos cultivar...

Turma Semente Latina, 2012.

## RESUMO

O presente estudo aborda a temática da integração da América Latina na perspectiva da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). Trabalha, como categorias centrais de estudo, a Integração da América Latina e os Movimentos Sociais, com o objetivo de compreender e analisar a concepção de integração latino-americana presente nas práticas educativas da ELAA. Os debates sobre integração da América Latina estão focados no âmbito econômico; este estudo procura dar uma ideia do que seria a integração econômica, pois é central apresentar uma concepção a partir da integração dos povos. O primeiro capítulo, “Integração da América Latina: Conceito, História, Acordos e Tratados” estabelece um plano teórico que propicia um entendimento do objeto de estudo, fazendo um resgate histórico da ideia de América Latina, bem como da ideia de sua integração, levantando o debate em torno da integração versus fragmentação, procurando apresentar uma síntese dos principais projetos integracionistas implantados na América Latina desde a década de 1960 até os dias atuais. No segundo capítulo, “A Categoria Movimentos Sociais e a Integração da América Latina”, o objetivo é trabalhar a categoria Movimentos Sociais, apresentando um conceito do que se entende aqui por Movimento Social, trazendo um pouco da trajetória dos movimentos sociais na América Latina, descrevendo e analisando a integração latino-americana, principalmente sob o prisma do MST, correlacionado a seus princípios educativos. O terceiro capítulo, “A Concepção de Integração da América Latina sob a Perspectiva da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)”, apresenta a ELAA e sua dinâmica, vinculando à descrição, à compreensão e análise da concepção de integração da América Latina na perspectiva da Escola, buscando apreender, em suas práticas educativas, como é trabalhada esta temática. A concepção de integração da América Latina para a ELAA, presente em suas práticas educativas, é de uma integração entre os povos proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e experiências, com preservação das culturas e soberania dos países, tendo a educação um papel fundamental de contribuição para essa integração.

**Palavras-chave:** América Latina, Movimento Social, Integração.



## ABSTRACT

This study addresses the theme on the Latin America integration from the Latin American School of Agroecology (ELAA) perspective. It deals with a central category of study – the Integration of Latin America and Social Movements – in order to understand and analyze the design of Latin America integration in the educational practices of ELAA. The debates on Latin America integration are focused on economic aspects; the study is aimed at presenting an idea of what would be the economic integration, as it is important to present a concept based on the integration of people. The first chapter, "Integration of Latin America: Concepts, History, Treaties and Agreements", establishes a theoretical plan that provides an understanding of the subject matter, making a historical review of the Latin America idea, as well as the idea of its integration, raising the debate on integration versus fragmentation, thus seeking to provide a summary of the main integrationist projects implemented in Latin America since 1960. In the second chapter, "The Social Movements Category and the Integration of Latin America", our goal is to work the Social Movements category by introducing a concept seen as a Social Movement, bringing a little of the trajectory of social movements in Latin America, describing and analyzing Latin American integration, specially under through the prism of MST (Landless Workers' Movement), correlated to their educational principles. The third chapter, "The Conception of the Latin America Integration from the Latin American School of Agroecology (ELAA) perspective", presents ELAA and its dynamics, connected to the description, understanding and analysis of the concept of Latin America integration from the School perspective, and seeking to apprehend, in their educational practices, how such theme works. The concept of Latin America integration to ELAA in their educational practices is the integration between the peoples, provided by the exchange of knowledge and experiences, with preservation of cultures and the sovereignty of countries, as education plays a key role in contributing to such integration.

**Keyword:** Latin America, Social Movement, Integration.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Fotografia 01: Assentamento Contestado, município da Lapa – Paraná.

Fotografia 02: Antigo Casarão da Fazenda Santa Amélia onde as aulas são ministradas.

Fotografia 03: Plenária e sala de aula.

Fotografia 04: Reservatório de água.

Fotografia 05: Turma Semente Latina.

Fotografia 06: Tempo Formatura, cultivo da Mística.

Fotografia 07: Colcha de Retalhos exposta no teto do refeitório.

## LISTA DE SIGLAS

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração  
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América  
ALCA - Área de Livre Comércio para as Américas  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
CAF – Corporação Andina de Fomento  
CAN - Comunidade Andina de Nações  
CARICOM – Comunidade do Caribe  
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina  
CNBT – Coordenação dos Núcleos de Base  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FONPLATA – Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata  
IALA - Instituto Latino Americano de Agroecologia  
IFPR - Instituto Federal do Paraná  
IIRSA - Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana  
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná  
MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná  
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná  
MASTRECO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná  
MASTEL – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná  
MCCA - Mercado Comum Centro-Americano  
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
TCP - Tratado de Comércio entre os Povos  
TCL – Tratado de Livre Comércio  
TEC – Tarifa Externa Comum

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: CONCEITO, HISTÓRIA, ACORDOS E TRATADOS.....</b>	<b>20</b>
1.1 A ideia de América Latina.....	21
1.2 Integração na América Latina.....	27
1.3 O debate acerca da Integração da América Latina: Fragmentação X Integração.....	31
1.4 Integração Regional na América Latina: da Utopia à Realidade - Algumas Alternativas.....	35
1.4.1 Da Comissão Econômica para a América à Comunidade e Mercado Comum do Caribe.....	37
1.4.2 Tratados e Acordos Sul-americanos: do Mercado Comum do Sul à União das Nações Sul-americanas.....	40
1.4.3 Aliança do Pacífico.....	46
1.4.4 A Integração da América Latina na Perspectiva da ALBA-TCP: Nova Abordagem para o Processo Integracionista Latino-Americano.....	48
<b>2 A CATEGORIA MOVIMENTOS SOCIAIS E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>54</b>
2.1 Movimentos Sociais.....	54
2.1.1 Articulação de Movimentos Sociais: A Via Campesina.....	57
2.1.2 Movimentos Sociais na América Latina.....	59
2.1.3 Integração da América Latina na Perspectiva dos Movimentos Sociais.....	63
2.2 MST Resgate Histórico: Muito além da luta pela terra.....	68
2.2.1 As Orientações Gerais do MST sobre a integração da América Latina Inseridas em suas Práticas Educativas.....	73
<b>3 A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA (ELAA).....</b>	<b>79</b>

3.1 A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA): Origens.....	79
3.2 Organização do Curso de Tecnologia em Agroecologia.....	86
3.3 A perspectiva de integração latino-americana proposta no Curso de Tecnologia em Agroecologia da ELAA.....	88
3.4 Práticas Educativas da ELAA e a Concepção de Integração da América Latina.....	92
3.4.1 Conteúdos trabalhados que tem relação com a temática da América Latina.....	93
3.4.2 Práticas educativas nas quais são trabalhadas a integração da América Latina.....	96
3.4.3 Concepção de integração da América Latina e ações que demonstram como esta integração está acontecendo.....	102
3.4.4 Relação da implantação de cursos na área de Agroecologia e a integração da América Latina.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

A elaboração e o desenvolvimento desta dissertação levou a paixão pelo objeto de estudo o que tornou o trabalho de pesquisa extremamente desafiante, intrigante e motivador. Percorrer trajetórias traçadas nos contornos das fronteiras da geografia, pelos fatos e acontecimentos que forjam a história, procurando inter-relacionar todo este conhecimento com os conhecimentos construídos ao longo da experiência de vida, bem como da experiência acadêmica, vinculando a área profissional que é a educação, constitui-se em um desafio que se busca delinear ao longo deste estudo.

Mas, como surgiu o interesse por pesquisar tal tema? Cursar a disciplina Movimentos Sociais e América Latina no Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade Cultura e Fronteiras possibilitou o primeiro contato com as questões ligadas aos movimentos sociais e o conhecimento de outra realidade, a dos Movimentos Sociais em si, suas lutas, reivindicações, conquistas, derrotas e desafios. Até então, a única realidade conhecida era a da mídia, apresentada à população em geral, a dos protestos, dos manifestos, das ocupações.

Um dos movimentos que mais depreendeu atenção foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a princípio, pela sua luta pela terra e melhores condições de vida, organizados dentro de uma grande estrutura, e, principalmente, pela questão das experiências em educação formal em seus acampamentos e assentamentos.

Inicialmente, a intenção era pesquisar a incorporação da agroecologia pelo Movimento, tendo como campo de pesquisa a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no Assentamento Contestado no município da Lapa – Paraná. Mas, após o ingresso como aluna regular do programa, baseada nas leituras desenvolvidas e nas conversas de orientação com o Professor Dr. Fernando José Martins, percebeu-se que havia a possibilidade de reorientar a proposta do projeto de pesquisa, mantendo o mesmo campo de pesquisa, a ELAA, mas delimitando o objeto de pesquisa para a questão da Integração da América Latina.

Isso porque, no decorrer do desenvolvimento do estudo, houve o interesse em explorar esta questão, já que as leituras traziam à tona aspectos sobre a América Latina: sua história, a articulação dos movimentos sociais latino-americanos em busca de iniciativas conjuntas para democratizar a educação e auxiliar na construção do conhecimento na área de Agroecologia como alternativa para o campo, dentre outras ações sendo desenvolvidas em prol dos povos latino-americanos.

Discorrer sobre a temática da integração da América Latina pelo viés dos movimentos sociais é deparar-se com um contexto, na essência, interdisciplinar, envolvendo dois aspectos. Primeiro, por estabelecer relações e utilizar-se de várias ciências para poder analisar o objeto da pesquisa, tais como: História, Geografia, Sociologia, Pedagogia, Economia. Segundo, porque o tema propicia a análise da inter-relação entre sociedade, cultura e fronteiras. Neste âmbito, ampliando o conceito de fronteira, constatou-se que vai muito além do campo geográfico, perpassando a questão das múltiplas sociedades existentes na América Latina e sua diversidade cultural.

As fronteiras geográficas postas para delimitar o espaço territorial de cada nação e as fronteiras culturais e linguísticas presentes na diversidade dos povos da América Latina podem ser fatores de integração através da organização de lutas populares, protagonizadas por movimentos sociais, em prol de melhores condições de vida para o povo latino-americano.

Portanto, esta dissertação pretende contribuir com o debate acerca da integração latino-americana, ampliando o campo de conhecimento da temática, trabalhando como categorias centrais de estudo a Integração da América Latina e Movimentos Sociais, com o objetivo geral de analisar e compreender a concepção de integração latino-americana presente nas práticas educativas da ELAA. Para atingir tal objetivo, foi necessário delimitar etapas por meio de objetivos específicos: 1) descrever e compreender a constituição da América Latina e os principais projetos integracionistas; 2) compreender a questão da luta pela terra em sua vertente latino-americana por meio dos movimentos sociais, mais especificamente o MST, e sua visão de integração da América Latina, 3) descrever e compreender a dinâmica da ELAA e a sua potencialidade em termos de contribuição para integração.

A hipótese levantada neste estudo é de que a concepção de integração da América Latina na perspectiva da ELAA está baseada na integração dos povos por meio da cooperação, solidariedade, preservação da identidade e da soberania dos povos latino-americanos, sendo possível visualizar a mesma perspectiva de concepção de integração entre os movimentos sociais da América Latina, o MST, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a ELAA.

Para delimitação do estudo, o recorte espacial restringiu-se à América Latina, mas especificamente à ELAA, e o recorte temporal, aos anos de 2005 (início das atividades da ELAA) até 2013 (realização das entrevistas).

Para realização de uma pesquisa, é necessário confrontar os dados, as



evidências, as informações coletadas e o conhecimento teórico acumulado a respeito do assunto pesquisado. Geralmente, isso se faz a partir do estudo de um problema. É um momento que reúne o pensamento e a ação de uma pessoa, ou de um grupo, no sentido de elaborar conhecimento para servir de composição para propostas de soluções aos problemas (LUDKE-ANDRÉ, 1986).

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, sendo, a primeira fase, de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e documental, e, a segunda fase, tendo como estratégia metodológica o estudo de caso do tipo exploratório, descritivo. Destacando que:

Os estudos exploratórios têm um forte caráter descritivo, mas sua escolha e sua realização não completamente desinteressadas; há sempre interesses ligados aos desvelamento de uma determinada realidade empírica desconhecida ou no debate teórico implicado na interpretação da realidade em foco, isto é, deve ser explicitado pelo investigador (VASCONCELOS, 2002, p. 158).

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por um estudo minucioso de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade, buscando informações fidedignas para explicar em profundidade o significado e as características do contexto em que se encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA, 2007).

Acrescentando que, em relação à construção do conhecimento, a pesquisa qualitativa torna-se uma abordagem muito significativa no levantamento, elaboração e análise dos dados, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Seguindo as premissas de Marconi e Lakatos (2010, p. 140), “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”. Complementando, “o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre o assunto”.

Para que se atinjam os objetivos previamente estabelecidos, o presente estudo foi dividido em etapas distintas. Na primeira fase, o objetivo foi fazer o levantamento bibliográfico acerca das teorias que proporcionaram suporte à pesquisa, destacando que

“[...] a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse [...]” (LUDKE-ANDRÉ, 1986, p. 53).

Também foi necessário realizar uma pesquisa documental, com consulta prévia detalhada, nos documentos do acervo MST/PR sobre as temáticas: educação e integração da América Latina, além da análise da proposta metodológica do Curso de Tecnologia em Agroecologia.

Na segunda fase, trabalhou-se com o estudo de caso e, como instrumento de coleta de dados, com a observação direta, utilizando a entrevista semiestruturada, considerada por Triviños (1987, p. 145) como “um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados”, porque “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

A entrevista como instrumento de coleta de dados é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de dados dos fatos relatados pelos atores; enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada [...] (MINAYO, 1994, p. 57).

Após o parecer (Anexo 01) de aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP da Unioeste, foi feito contato com a Coordenação da ELAA para agendar uma visita e realizar as entrevistas.

As questões das entrevistas realizadas com educandos (Apêndice A) e responsáveis pela coordenação da ELAA (Apêndice B) estavam relacionadas com as práticas desenvolvidas na escola que envolve a questão da Integração da América Latina e a concepção de integração. Desta forma, com o total de 50 educandos e educandas, sendo 35 (trinta e cinco) do Brasil, 6 (seis) do Paraguai, 5 (cinco) do Equador, 3 (três) da Colômbia e 1 (um) da República Dominicana, foram realizadas seis (6) entrevistas. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória conforme a disponibilidade e o interesse de participação, sendo um (1) educando da República Dominicana, um (1) do Paraguai, um (1) do Equador, um (1) da Colômbia e dois (2) do Brasil. Em relação ao corpo diretivo da ELAA, foram entrevistados três (3) coordenadores, sendo 2 brasileiros e 1 colombiano.

Por exigência do Comitê de Ética, os participantes da pesquisa serão tratados de forma anônima e confidencial, tendo seus nomes preservados, e sendo designados por educando brasileiro nº 01, educando brasileiro nº 02, educando paraguaio, educando colombiano, educando dominicano, educando equatoriano, e coordenadores da Escola como coordenador brasileiro nº 01, coordenador brasileiro nº 02 e coordenador colombiano.

As entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas em português. Apesar dos educandos estrangeiros terem como língua oficial o espanhol, falam e compreendem o português, sendo que, apenas em algumas vezes, utilizaram palavras em espanhol.

Para análise das entrevistas, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). A elaboração de Bardin acerca da análise de conteúdo forneceu procedimentos metodológicos para compreensão e interpretação mais aprofundada dos depoimentos dos entrevistados.

No método de análise de conteúdo, as entrevistas foram transcritas na íntegra, sendo objeto de uma leitura flutuante que, conforme Bardin (1977, p. 75), é “[...] uma leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, numa espécie de *brain-storming* individual [...]”, que permite ao pesquisador entrar em contato com o conteúdo familiarizando-se e apropriando-se deste, aprofundando em um conteúdo implícito, o dos significados expressos pelos entrevistados que “permite situar certo número de observações formuláveis”, apreendendo sua dinâmica, suas contradições e sua compreensão em relação à temática abordada.

O contato minucioso com as informações obtidas por meio das entrevistas proporciona refletir sobre categorias de análise. Tais categorias são construídas na interpretação do material coletado, fazendo um diálogo com os referenciais teóricos que serviram de base.

Para análise dos depoimentos dos participantes da pesquisa, esses dados foram agregados em unidades de registro e de contexto. A unidade de registro, segundo Bardin (1977, p. 104), “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial [...]”. A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, observando que “[...] A referência ao contexto é muito importante para a análise da contingência. [...]” (Bardin, 1977, p. 107).

Os relatos dos participantes foram agregados em unidades de significação estabelecidas da seguinte forma: conteúdos trabalhados que têm relação com a temática

América Latina, práticas educativas nas quais se trabalha a Integração da América Latina; concepção de Integração da América Latina da ELAA, ações que demonstram como está acontecendo a integração; possíveis resultados e relação da implantação de cursos de Agroecologia com questão da integração latino-americana.

No contexto desta proposta de pesquisa, cabe destacar a importância do trabalho interdisciplinar no sentido de compreensão do conjunto, da totalidade, para elaboração e finalização do estudo, pois:

A interdisciplina, como relação entre várias disciplinas em que se divide o saber-fazer humano, é uma das soluções que se oferecem a um problema muito mais profundo, como a unidade do ser e do saber, ou a unidade das ciências, das técnicas, das artes e das humanidades com o conjunto cognoscível e construível da vida e do universo (CASANOVA, 2006, p. 13).

Neste caso a interdisciplinaridade apresenta-se como uma possibilidade que proporciona a unidade do ser com o saber na relação que existe entre várias disciplinas, formando um conjunto propício para a construção do conhecimento.

Para Frigotto (2008, p. 42), a interdisciplinaridade deve ser apreendida “[...] como uma necessidade (algo que historicamente se impõe com imperativo) e como um problema (algo que se impõe como desafio a ser decifrado)”, complementando que “a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e de outro pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico” (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

Entendida desta maneira, a interdisciplinaridade contribui na construção e socialização do conhecimento de uma forma mais abrangente, proporciona analisar o objeto de estudo através de diferentes olhares, mas sem fragmentá-lo. Neste contexto,

O caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e socialização do conhecimento no campo das ciências sociais e no campo educativo que se desenvolve no seu bojo, não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

Neste sentido, é considerável reforçar que o presente trabalho apresenta-se como interdisciplinar, pois, para realização da pesquisa, foi necessário o conhecimento de várias ciências para contextualizar, compreender, analisar e explicar o objeto de estudo.

Implicando ainda em abranger outro aspecto da interdisciplinaridade que é produzir uma pesquisa procurando atingir a finalidade do Programa de Mestrado, pois envolve uma relação entre sociedade, cultura e fronteiras.

Para atender os objetivos propostos, o presente estudo está estruturado em três capítulos descritos a seguir. O primeiro capítulo, “Integração da América Latina: Conceito, História, Acordos e Tratados” estabelece um plano teórico que propicia um entendimento do objeto de estudo, fazendo um resgate histórico da ideia de América Latina, bem como da ideia de sua integração, levantando a questão do debate que existe em torno da integração versus fragmentação, procurando apresentar uma síntese dos principais projetos integracionistas implantados na América Latina desde a década de 1960 até os dias atuais.

No segundo capítulo, “A Categoria Movimentos Sociais e a Integração da América Latina”, o objetivo é trabalhar a categoria Movimentos Sociais, apresentando um conceito do que vem a ser Movimento Social, trazendo um pouco da trajetória dos movimentos sociais na América Latina, apresentando e analisando a integração latino-americana, principalmente sob o prisma do MST, correlacionado a seus princípios educativos.

O terceiro capítulo, “A Concepção de Integração da América Latina Sob a Perspectiva da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)”, apresenta a ELAA e sua dinâmica, vinculando à descrição, à compreensão e análise da concepção de integração da América Latina na perspectiva da Escola, buscando apreender, em suas práticas educativas, como é trabalhada esta temática.

Com a elaboração destes capítulos, delineou-se o foco desta pesquisa: América Latina, Movimentos Sociais e Integração, na intenção de realizar uma pesquisa que apresentasse o tema da integração latino-americana numa ótica que envolve questões sociais, culturais e educacionais. Neste sentido, o estudo sobre a concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da ELAA traz esta perspectiva.

Por fim, estão dispostas as considerações finais, momento em que se faz um apanhado geral de todo o estudo, num processo de síntese dos dados coletados que se desdobram em informações e resultados que permitem descrever e analisar a temática, resultando na apreensão do conhecimento que pode assim ser disseminado e trazer espaço para futuros estudos da integração latino-americana sob outros prismas, que não sejam somente na área econômica e comercial.

## 1 INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: CONCEITO, HISTÓRIA, ACORDOS E TRATADOS

“A América Latina pode ser vista como um vasto, complexo e movimentado laboratório de culturas e civilizações, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, etnias, racismos; compreendendo estruturas de dominação e apropriação, nativismo e nacionalismo, colonialismo e imperialismo; ingressando na época do globalismo. Parece um labirinto ou nebulosa experimentando ciência e tecnologia, realizações e frustrações, ideologias e utopias.”

Octávio Ianni

A ideia de integração latino-americana vem se delineando ao longo do tempo e encontra suas raízes entrelaçadas com a própria história do continente:

La idea de la integración latinoamericana tiene profundas raíces en la historia de este continente. Nacida al calor de la crisis definitiva del colonialismo español y portugués, a fines del siglo XVIII y principios del XIX, la aspiración de unir a los países de América Latina se desarrolló desde entonces bajo el signo de los diferentes intereses económicos y comerciales y las presiones externas de las grandes potencias. Surgida de un mismo pasado de explotación colonial y favorecida por la íntima vinculación de los pueblos al sur de los Estados Unidos – cimentada, entre otros factores, en amplios nexos socio-culturales, así como por la vecindad geográfica - y en una larga y atribulada historia común, la identidad latinoamericana se fue forjando a lo largo de varios siglos de lucha contra la opresión extranjera (VILABOY; GALLARDO, 2000, p. 31).

No decorrer da história, diferentes intenções e propostas têm sido elaboradas para unir “en un solo sistema político y económico” (VILABOY; GALLARDO, 2000, p. 31) os países denominados latino-americanos, de Bolívar aos mais recentes intentos como União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) - Tratado de Comércio entre os Povos (TCP).

Diante deste quadro, alguns questionamentos surgem: Qual o conceito, a concepção de América Latina? Como se forjou, ao longo da história, esta denominação? Quais as propostas de integração da América Latina? E o debate acerca da integração da América Latina? As respostas a estas indagações servem de suporte para poder compreender e analisar o que é a concepção de integração da América Latina na perspectiva da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) por meio de suas práticas educativas.

A temática deste capítulo é importante para tentar estabelecer um plano teórico que propicie um entendimento do objeto de estudo, que é a integração latino-americana compreendida e analisada por um viés que propõe uma alternativa de integração para a América Latina, extrapolando os limites da integração puramente econômica e política. Compreender e analisar a integração latino-americana sob uma perspectiva distinta requer, primeiramente, que se pense a América Latina – sua gênese, suas lutas sociais, sua diversidade étnica e cultural e suas tentativas de integração.

### 1.1 A ideia de América Latina

Conforme destacado por Octávio Ianni, na epígrafe do capítulo, a América Latina parece um laboratório e, ao mesmo tempo, um labirinto de etnias, culturas e civilizações, envolvida em jogos de poder e dominação, vivendo realizações e frustrações, ideologias e utopias, trazendo a ideia de América Latina como um laboratório de experiências complexo e movimentado, organizado em um grande labirinto.

Para tentar explicar a gênese da ideia do nome América Latina, cabe analisar, separadamente, cada um dos termos, iniciando por buscar as origens do nome “América” e, posteriormente, o conceito completo de América Latina.

Em relação à designação do nome América, apesar do “descobrimento” ou “invenção” do Novo Mundo ter como marco o ano de 1492, tendo na figura de Cristovão Colombo seu “descobridor”, sua nomeação, propriamente dita, acontece em 1507 na cidade de Lorena, na França, no *Gymnasium Vosagense*, na abadia de *Saint Dié*:

[...] En el lugar en que Américo Vespucio había colocado “Mundus Novus”, los monjes, fascinados por el descubrimiento, pusieron “América”, de Amerigie (tierra de Américo), y el femenino era para hacer corresponder esa “cuarta parte” con un nombre de mujer, como Europa, Asia y África (FUNES, s. d., p. 02).

Com a publicação de Introdução à Cosmografia de Martin Waldseemuller, que continha um mapa no qual se referia ao Novo Mundo como “América” difundiu-se a denominação do novo continente. Mas, como destaca Bruit (2000, p. 01), o nome América foi arrebatado, no século XIX, pelos Estados Unidos. Com a divulgação da

Doutrina Monroe passou a designar o país do norte, enquanto que a América de Colombo, Cabral, Vespúcio e Montezuma, passou a ser América Latina.

Para ampliar um pouco a análise em relação à atribuição de nomes (América e América Latina), convém fazer um aparte, referenciando Bourdieu (1989, p. 146), o qual destaca que, “[...] a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio e da violência simbólica legítima”.

É possível vislumbrar, analisando este fragmento da obra de Bourdieu, que o ato de atribuir nome constitui-se em uma forma de legitimação do poder, que segundo este mesmo autor, é um poder simbólico, pois é “[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo [...]” (1989, p. 9).

Mas a quem compete nomear? Em sua obra *Economia das Trocas Linguísticas*, Bourdieu (1996) salienta que a língua oficial está entrelaçada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais, sendo, no processo de constituição do Estado, que se criam condições para formação de um mercado linguístico unificado e dominante pela língua oficial, obrigatória em ocasiões e espaços oficiais. Assim, os agentes sociais: escolas, entidades públicas, instituições políticas, têm o poder de nomear e constituir o mundo nomeando-o.

No caso da América, não foi diferente, sua nomeação ficou a cargo de uma instituição, neste caso, como mencionado acima, de uma instituição religiosa, por meio de seus agentes sociais, os monges.

A denominação dada à América Latina também é atribuída por um agente social, neste caso há controvérsias de quando teria sido utilizada pela primeira vez, mas, mesmo, assim a nomeação paira sob a égide de uma língua oficial, dentro de um espaço social e por um agente que representa o Estado, uma instituição.

Ao pensar no termo América Latina, há muitas interpretações históricas acerca do surgimento e evolução da ideia de América Latina e sua integração.

Na obra *América Latina: A Pátria Grande*, Darcy Ribeiro (1986, p. 11) faz um questionamento inicial “Existe uma América Latina?”, respondendo na sequência “Não há dúvida que sim”. Mas é sempre bom aprofundar o significado desta existência. É o que se pretende nesta seção, abordar como se elaborou o conceito de América Latina, por que ‘latina’? O que é América Latina hoje?



Há evidências do uso dos termos América Latina e *Amérique Latine* já em meados do século XIX. Em seus estudos sobre a história da ideia de *Latin América*, Feres Júnior (2005) coloca que a França serviu de contexto para a elaboração do termo, mas que o conceito de América Latina foi formulado primeiramente em língua espanhola.

De acordo com Rojas Mix (1991) o primeiro a empregar o termo foi o chileno Francisco Bilbao falando de América Latina em uma conferência realizada em Paris, em 24 de junho de 1856, conhecida sob o título de “*Iniciativa de la América*”, utilizando o gentílico latino-americano, e, em outros escritos, fala de raça latino-americana. Em 26 de setembro do mesmo ano, José María Torres Caicedo, também em Paris, escreve o poema intitulando “*Las dos Américas*”, no qual faz alusão: “La raza de la América Latina al frente tiene la sajona raza”.

No contexto histórico, o termo América Latina “[...] passou a integrar o panlatinismo, ideal que escapava às pretensões imperialistas da França sob o reinado de Louis Bonaparte, Napoleão III, e foi manipulado para legitimar a intervenção da França no México (janeiro de 1862)”. Napoleão III tinha por objetivo “[...] construir um Império Latino, em oposição à Grã-Bretanha, e necessitava estabelecer um elo de identidade com a Ibero-América a fim de legitimar sua pretensão” (BANDEIRA, 2010, p. 03).

É possível se deparar com algumas dificuldades para analisar a definição do termo América Latina, pois, geralmente, a origem recai baseada na definição sob uma perspectiva europeia, sem levar em consideração os povos originários da região, e nem os povos africanos trazidos durante séculos para cá (FARRET e PINTO, 2011). Em uma análise mais superficial desta denominação de América Latina marginaliza estes povos acima destacados. Incitando, assim, um questionamento: porquê latina?

¿Qué abarca este rótulo, de uso tan difundido hoy? ¿De dónde viene? Las respuestas dictadas por el sentido común se desvanecen rápidamente a la vista de los hechos sociales y culturales. ¿Son latinas las Américas negras descritas por Roger Bastide? ¿Son latinas la sociedad guatemalteca, donde el cincuenta por ciento de la población descende de los mayas y habla las lenguas indígenas, y de las sierras ecuatorianas, donde predomina el quechua? ¿Son latinos el Paraguay guaraní, los agricultores galeses de la Patagonia, el estado brasileño de Santa Catarina y el Sur chileno, ambos poblados por alemanes? [...] (ROUQUIÉ, 1991, p. 16).

Tanto geográfica como culturalmente, o conceito de América Latina é complexo. Do ponto de vista geográfico podem-se questionar quais países poderiam ser considerados da América Latina, já que a região abaixo do Rio Bravo está subdividida em América Central e América do Sul. Em se tratando de considerar como um conceito cultural, fariam parte apenas as nações de cultura latina, já que há uma enorme diversidade cultural?

Não obstante, Rouquié (1991, p. 18) destaca que “[...] el concepto de América Latina no es plenamente cultural ni tan sólo geográfico” [...]. E, dessa maneira, o termo mostra seus limites e ambiguidades: a América Latina existe, mas somente por oposição à América Anglo-saxônica.

Em relação a esta oposição entre América Latina e América Anglo-Saxônica, à expressão América Latina acrescentam-se conotações significativas de antagonismos entre os diversos conteúdos culturais e também socioeconômicos, fazendo uma contraposição entre América pobre e América rica (Ribeiro, 1986). Complementando, “outra conotação bipolar origina-se na visão de outros povos com respeito à América Latina, que unifica e confunde nossos países como variantes de um mesmo padrão de povos, resultantes todos da colonização ibérica e vistos como atrasados e subdesenvolvidos [...]” (RIBEIRO, 1986, p. 22).

O conceito em inglês *Latin América*, em francês *Amérique Latine* e em espanhol América Latina, apresenta-se com conotações distintas conforme a língua e a ideologia nas quais foi forjado. Em espanhol, América Latina serviu de bandeira contra a expansão imperialista americana; em francês, *Amérique Latine* simbolizava as pretensões imperialistas do Estado Monárquico Francês. Em inglês, *Latin América* é utilizada como categoria geográfica para designar uma parte do continente, mas muito mais por atribuir adjetivos pejorativos (FERES JÚNIOR, 2005).

Ainda nas palavras de Feres Jr., pode-se observar como *Latin América* é destacada com adjetivos negativos: “o que faz *Latin América* não são as curvas do Rio Grande, as montanhas da Cordilheira dos Andes ou as rochas do deserto do Atacama, mas o povo que é percebido pelos americanos *Latin*, e, portanto, como o Outro que habita a América” (*Id. Ibid.*, p. 20).

Neste sentido, o Outro é tido como “atrasado” em objeto de ação do Eu tido como “desenvolvido” (FERES JÚNIOR, 2005), percebendo-se, assim, a visão de inferioridade que os americanos têm a respeito da América Latina.

O que se observa é uma grande confusão quando se analisa o conceito de América Latina. Como indagou Ribeiro (1986, p. 28) quando se referiu à adjetivação política da América Latina,

[...] Não seria esta confusão toda resultante da velha alienação colonial que só nos deixa ver a nós mesmos com a visão alheia, metropolitana? [...] Isto é, que parecemos tão confusos não por sermos muito singulares ou complexos, mas pela incapacidade de olharmos nossa própria realidade e de buscarmos explicá-la em termos significativos para nós mesmos [...].

Inicialmente a visão de América Latina era a de um Novo Mundo, com uma história traçada a partir do seu “descobrimento”, que não levou em consideração a trajetória dos povos que habitavam a região muito antes dos europeus aqui aportarem. Depois, a França, com Napoleão III, designa a denominação de “raça latina”, para afirmar a dominação, também ignorando a existência de outros povos: indígenas, negros, mestiços.

A imagem que se desenha da América Latina, como diz Ribeiro (1986), é sempre alheia, exógena, com significados que não retratam a verdadeira realidade latino-americana. Até mesmo surgem questionamentos de quais países deveriam fazer parte da região latino-americana. Para D’Araújo (2006, p. 01),

O termo América Latina remete a uma uniformidade inexistente. Sob tal rubrica incluímos mais de 700 milhões de pessoas e tudo que está abaixo do Rio Grande, rio que separa os EUA do México. Além deste país, ao norte, são 7 países na América Central e 12 na América do Sul e os 14 países do Caribe representados pela OEA, com destaque para aqueles que mais aparecem no noticiário: Cuba e Haiti.

Conforme Olic e Canepa (2004, p. 11) “considera-se América Latina os territórios do continente americano que se estendem desde a fronteira do México com os Estados Unidos até as regiões do Chile e da Argentina, localizadas no extremo sul do Atlântico”. Complementam ainda que, devido a sua grande extensão, costuma-se dividir a América Latina em:

- a) América do Sul, que engloba doze países (Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) e uma colônia da França (Guiana Francesa).
- b) América central, que compreende duas regiões distintas:
  - Os países do istmo ou continentais, que são Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Belize;

- As Antilhas ou Caribe, grupo de ilhas (entre as quais está Cuba), de variados tamanhos, que separa o Mar do Caribe do Oceano Atlântico.
- c) México, que por suas particularidades histórico-geográficas é considerado um país à parte.

E, passados tantos anos desde seu “descobrimento”, como conceituar a América Latina nos dias atuais?

Para Mignolo (2007, p. 73) “América Latina sigue siendo un lugar donde se explotan los recursos naturales y la mano de obra”. Fazendo referência ao colonialismo destaca que “la matriz colonial de poder vuelve a transformar-se, y la apropiación y el control del espacio (que no incluye solo la tierra) son el centro de una nueva forma de colonialismo que se originó a comienzos de la década de 1990”. O autor complementa dizendo que “el control del espacio implica en el control de los recursos intelectuales, pues el capitalismo crece también gracias a la apropiación del saber”.

Mesmo na atualidade, percebem-se algumas amarras de dependência e tentativas de controle da região denominada América Latina.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e humanos [...] (GALEANO, 2000, p. 14).

Mesmo diante deste quadro de exploração e dependência, é possível vislumbrar um novo cenário para a América Latina, pois, na visão de Antunes (2009, p. 40),

Não estarão os povos andinos, amazônicos, indígenas, negros, homens e mulheres trabalhadores dos campos e das cidades, a estampar que a América Latina não está disposta a suportar a barbárie, a subserviência, a iniquidade, que em nome da ‘democracia das elites’ assume de fato a postura do império, da autocracia, da truculência, da miséria e da indignidade? Não estaremos presenciando o afloramento de um novo desenho de poder popular, construído pela base, que começa novamente a sonhar com uma sociedade livre, verdadeiramente latino-americana e emancipada? Não estaremos começando tecer, redesenhar e mesmo presenciar as novas vias abertas na América Latina?

Estas vias abertas, como destaca Antunes (*Ibid.*), podem estar sendo forjadas por meio de novas propostas de integração, que estão sendo elaboradas nas bases dos países latino-americanos. Os povos latino-americanos, por meio dos movimentos sociais, estão procurando tecer novos caminhos e alternativas para América Latina em

termos de integração e melhores condições de vida, o que será possível acompanhar no transcorrer da apresentação deste estudo nos capítulos seguintes.

## 1.2 Integração na América Latina

América Latina é uma grande região que apresenta diferenças tanto no que diz respeito à questão geográfica quanto às questões étnicas, culturais, linguísticas, econômicas e políticas. Corroborando as indagações de Dias (2009, p. 23) “Mas o que a define como uma região? Quais foram os critérios adotados para delimitá-la? Quando pensamos América Latina, a que tipo de região está se referindo?”.

Abrindo um parêntese em relação ao conceito de região, é importante frisar que para este estudo entende-se o conceito de região conforme a abordagem dada por Bourdieu (1989) em sua obra “O Poder Simbólico” no capítulo “A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. Para o autor, a noção de região é uma construção simbólica, resultado de diferentes áreas do saber dentro das qualidades e limites de cada Ciência. Destacando que a classificação de um determinado local como região não é um resultado simplesmente científico, pois o conhecimento é produzido dentro de relações de poder estabelecidas na sociedade. Coloca também que há uma disputa entre as diferentes Ciências pelo poder de classificar.

[...] a região é o que está em jogo como objecto de luta entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, desde que existe uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos [...] (BOURDIEU, 1989, p.108).

Frente a esta polissemia em torno do conceito de região, e não sendo objetivo aprofundar discussão do tema, destaca-se que, neste trabalho, quando se fala em região, está se referindo à América Latina não se limitando apenas à conceituação de um espaço separado geográfica ou economicamente, mas destacando que os sujeitos sociais constroem estes espaços.

Mas, voltando aos questionamentos do primeiro parágrafo, antes de inserir o debate sobre a categoria integração da América Latina, convém explicitar a questão do conceito de integração regional e integração econômica sob o viés teórico da Economia, dando a possibilidade assim de compreender a integração sob o olhar de outra Ciência.

No entanto, estes conceitos apresentados aqui não são suficientes para abarcar todos os elementos que podem constituir um conceito de integração, pois não se pode esquecer a questão social, o humano numa conceituação mais abrangente, o que será contextualizado mais adiante.

Segundo Hertz e Hoffman (2004, p. 167)

O termo integração regional envolve dois conceitos básicos: integração e região. Uma região pode ser definida por critérios socioculturais, econômicos, climáticos, político-institucionais, entre outros, mas que obrigatoriamente remete a uma localidade territorial onde estas características ocorrem.

Definem, ainda, a integração regional como “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucional de escopo regional” (*Id. Ibid.*, p. 168).

Ainda que a integração econômica possa ser promovida como uma etapa de um processo de integração regional, deve-se distinguir uma organização de integração regional de acordos regionais de integração econômica. Acordos de integração econômica visam à criação de áreas de livre-comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns ou uniões monetárias; a integração regional engloba a cooperação de diversas áreas: político-institucional, sociocultural, econômica (*Id. Ibid.*).

No entanto, o que tem predominado em termos de integração regional é a ideia sob o viés econômico e comercial, por meio da criação de blocos econômicos. Conforme Lima (2010, p. 10) “[...] os agentes econômicos e até mesmo a opinião pública, associam a integração regional apenas com tratados de livre comércio”. Isso decorre da falta de uma visão mais clara do que é região e do papel dos grupos sociais no espaço.

Na linguagem usual, “integração” é conceituada como a junção de várias partes num todo. Na literatura da ciência econômica, não há um significado claro a respeito do conceito de “integração econômica”. Há autores que incluem a integração social neste conceito, outros a consideram como várias formas de cooperação internacional, defendendo que a simples existência de relações comerciais entre economias independentes já é uma demonstração de integração (BALASSA, 1982).

Bela Balassa (1982, p. 12) define integração econômica “como um processo e uma situação”. Como processo, implica medidas destinadas à extinção de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.

Ao interpretar a definição de “integração econômica”, Balassa evidencia que se deve diferenciar integração de cooperação, pois, no que tange ao processo de integração econômica, “pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação”; enquanto que, na cooperação, inclui medidas que tendem a diminuir a discriminação. Assim, assumindo a definição de que a “integração econômica” é a extinção de discriminações em uma determinada área, têm-se diferentes etapas de integração.

Na interpretação de Celli Júnior (2008, p. 25):

A integração como processo constitui um programa escalonado de eliminação de barreiras artificiais aos intercâmbios de bens e aos movimentos dos fatores produtivos (capital e trabalho). Do ponto de vista estático, o comércio regional seria intensificado por meio de dois efeitos: o do desvio do comércio, ou seja, a substituição, dentro de uma região ou bloco, das fontes de abastecimento tradicionais, e a criação de comércio, isto é, a substituição de abastecimentos locais por importações de membros do bloco regional por meio de maior especialização. A integração como estado ou situação seria o resultado final a que se chegaria, uma vez abolida as várias formas de discriminação entre as economias nacionais participantes.

Em sua obra “Teoria da Integração Econômica”, Bela Balassa, define as etapas de processos de integração econômica: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Integração Econômica Total.

A primeira etapa de um processo de integração é a zona de livre comércio, na qual as barreiras tarifárias e não tarifárias são eliminadas no comércio entre os Estados Membros do bloco econômico, mas com autonomia para manter suas pautas de negociações com países não membros.

Na segunda etapa, união aduaneira, além da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países do bloco, ocorre a aplicação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a equalização da política comercial em relação aos Estados não Membros (PIMENTEL, 2009).

O Mercado Comum, considerada uma etapa mais avançada de integração, compreendendo a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas, política de comércio exterior equalizada e existência de uma tarifa externa comum aplicada por

todos os Estados Membros. Esta etapa compreende a soma das características da zona de livre comércio e da união aduaneira, a livre circulação de todos os fatores produtivos (PIMENTEL, 2009).

Em uma etapa bem mais avançada de integração está a união econômica, abrangendo as características do Mercado Comum e impondo a harmonização das legislações nacionais nas áreas de política econômica, financeira e monetária.

E, finalmente, a Integração Econômica Total, que “pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para todos os Estados membros” (BALASSA, 1982, p. 13).

No entanto, em se tratando de integração entre países, principalmente latino-americanos, não se pode ficar apenas no campo da integração econômica, pois, de acordo com Lima (2010, p. 14), “a ideia de integração transcende o aspecto puramente econômico e envolve questões sociais e culturais [...]”. É possível observar novas e diferentes propostas de integração que estão surgindo, envolvendo as dimensões social, educacional, cultural e política.

Não há mais como conceber a integração apenas como um processo de criação de mecanismos institucionais que facilitam as trocas comerciais, no âmbito das relações intergovernamentais. A criação de zonas de livre comércio não é mais etapa inicial obrigatória de aproximação dos interesses entre países. Da mesma forma, o estabelecimento de uma união política e monetária deixou de ser modelo referencial dos processos de integração e o seu fim último, embora tenha sido, por muito tempo, paradigma de integração latino-americana (RICOBOM, 2010a, p. 76).

Neste contexto, amplia-se a visão de integração regional de viés meramente econômico e comercial para o sentido mais amplo de integração dos povos, direcionada para a melhoria das condições de vida, igualdade e justiça social para as populações envolvidas no processo, com inter-relação cultural, mas com respeito à diversidade. Vista por este prisma:

En el caso de la integración, los diversos seres colectivos no pierden su individualidad sino que juntan sus esfuerzos para crecer y enriquecerse mutuamente en un proceso común de liberación y superación. Los esfuerzos de interacción tienen efectos multiplicadores positivos para los autores colectivos de un desarrollo que llega a ser realmente endógeno y sustentable. Esta integración de pueblos consiste en una interpenetración recíproca, un descubrimiento mutuo, un reconocimiento del otro. Se trata también de determinar e implementar proyectos comunes (BANSART, 2008, p. 07).



Seguindo na linha de análise do autor supracitado, quando o tema é integração dos povos, elabora-se o questionamento: “[...] ¿Qué entendemos por pueblos?” (BANSART, 2008, p. 08), explicitando que “son seres colectivos con una identidad particular de base, grupos autogestionados que, además de lograr una conformación interna, se preocupan por una organización concéntrica de la población territorial a la cual pertenecen [...]”. Complementando ainda que “Cuando hablamos de pueblos, pensamos en estos movimientos populares (el pueblo en marcha) y, sobretodo, en las comunidades de base (el pueblo organizado)” (*Id. Ibid.*, p. 08).

Neste sentido, conforme Lima, (2010, p. 16), “o que deve nortear a integração não é a ideia de dependência ou exploração, mas de que os povos podem progredir mais e de forma conjunta”. Entendendo, assim, a integração entre os povos como um processo partindo das comunidades de base, por meio de seus movimentos populares.

Para além da conceituação de integração na perspectiva econômica, cabe salientar que, para este estudo, uma proposta de integração dever estar pautada nas premissas de valorização das culturas dos povos, preservação da identidade, respeito à diversidade e à soberania de cada país participante do processo. Desta forma, um conceito de integração que abarque também os aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais.

### **1.3 O debate acerca da integração da América Latina: Fragmentação X Integração**

O debate acerca da integração da América Latina e, até mesmo, da questão da impossibilidade de sua integração, argumentada por alguns estudiosos, vem de longa data. A integração latino-americana em uma só comunidade de nações é uma aspiração que começou a ser forjada desde quando os povos deste continente começaram a se libertar do domínio colonial imposto principalmente por espanhóis, portugueses e franceses. Assim: “A integração na América Latina é um tema que se confunde com o próprio processo da formação histórica dos países latino-americanos” (ARAÚJO, 2008, p. 113-114).

De acordo com Darcy Ribeiro (1986), a existência da América Latina enquanto possibilidade de integração apresenta dificuldades no plano geográfico e no plano linguístico-cultural. No plano geográfico, é evidente a unidade da América Latina como continuidade continental, no entanto, esta unificação jamais funcionou devido às

singularidades da vastidão continental e, também, pela forma de colonização na qual cada colônia se relacionava diretamente com a metrópole. Também destaca o isolamento devido às dificuldades geográficas como a cordilheira desértica ou a selva impenetrável.

No plano linguístico-cultural, a dificuldade de unificação advém da questão da própria denominação latina ou deveríamos dizer ibérica, pois, reduzindo a esta escala, fica restrito apenas a duas categorias luso-americanas, concentrado no Brasil e hispano-americano para o restante. Ficando renegada ao esquecimento a presença indígena originária do continente, dos negros trazidos da África e dos mestiços.

Para Souza (2012) o processo de integração latino-americana vem se realizando por meio de ondas. Constatando-se a presença de quatro ondas:

- 1ª onda: disputa entre EUA e Inglaterra pela divisão da América Latina impede integração regional. Tem início com a independência e a formação dos Estados Nacionais se estendendo até a crise mundial de 1914-1945. No entanto, apesar dos esforços, as tentativas de integração regional neste período foram frustradas, destacando como causa principal a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra pela divisão da região em suas áreas de influência ou mesmo de domínio direto (Souza, 2012, p. 89).
- 2ª onda: consolidação da hegemonia dos EUA bloqueia integração regional. Começa com as transformações ocorridas na região decorrentes da grande crise 1914-1945 e vai até fins de 1960 e começos de 1970, no longo período expansivo de pós-guerra da economia mundial. Neste período a principal mudança foi a deflagração, em vários países, de um processo de industrialização para substituir importações por produção interna (Souza, 2012, p. 94).
- 3ª onda: nova crise abre espaço para nova onda de integração. Inicia na virada da década de 1960 para a de 1970, correspondendo ao declínio da onda larga de pós-guerra. Este declínio é simultâneo ao declínio da economia e, por conseguinte, da hegemonia dos EUA (Souza, 2012, p.102).
- 4ª onda: emergência de governos progressistas e fracasso da ALCA abrem nova era na integração latino-americana. Deflagrada na virada da década de 1990 para a de 2000, vigorando até os dias de hoje. Destacando-se pela constituição de governos progressistas na América do Sul (Souza, 2012, p. 113).

Souza (*Ibid.*) ainda conclui que, para a integração latino-americana se consolidar enquanto projeto que contribua para o desenvolvimento e a independência da região, terá que enfrentar alguns desafios. O primeiro desafio diz respeito à sua abrangência territorial, sendo preciso construir a aproximação entre os países de maior identidade por meio de propostas de integração sub-regional e, assim, alavancar a construção de um projeto que englobe toda a região.

O segundo desafio está relacionado à visão “comercialista” que caracteriza os processos de integração, no qual se privilegia a competição, ao invés da cooperação,

porque, na competição, há o fortalecimento das empresas mais fortes sediadas nos países mais desenvolvidos, em detrimento das empresas mais frágeis dos países menos desenvolvidos, o que pode levar à desintegração, no lugar da integração, pois, à medida que destrói ou debilita as economias mais frágeis, reduz a capacidade de compra e as possibilidades de intercâmbio intrarregional (*Id. Ibid.*).

O terceiro desafio é romper com a dependência externa das economias da região. A América Latina tem-se caracterizado pela dependência econômica desde a independência política, sendo reforçada quando a divisão internacional do trabalho foi reconstruída com base no sistema imperialista mundial, que se consolidou a partir do final do século XIX (*Id. Ibid.*).

O quarto desafio refere-se ao papel do Brasil no processo de integração regional, pois o Brasil tem-se beneficiado nos processos de integração no conjunto da América do Sul (MERCOSUL) com a instalação de transnacionais e grandes empresas nacionais e estrangeiras. Assim, o grande desafio é se contrapor, em muitos aspectos, a essa assimetria em relação aos outros países que fazem parte dos processos de integração (*Id. Ibid.*).

O quinto desafio é fazer com que estes processos de integração deixem de ser apenas projeto dos governos nacionais e passem a ser projeto dos Estados nacionais e, mais além, dos povos latino-americanos. Para que isso aconteça, é importante que os povos da América Latina tornem-se não apenas beneficiários, mas participantes das decisões que envolvam o processo (*Id. Ibid.*).

O último e, também, importante desafio para integração latino-americana é a questão cultural, ou seja, promover a integração sem submeter uma cultura à outra, preservando a rica diversidade que caracteriza os povos latino-americanos. Para tanto, é fundamental que cada povo, ao mesmo tempo em que valorize sua cultura, conheça e valorize a cultura do outro (*Id. Ibid.*).

Para Odone e Granato (2007), a pobreza da maioria da população, as profundas assimetrias entre os países, o intercâmbio desigual, o peso de uma dívida significativa, a imposição de políticas de ajuste estrutural do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BM (Banco Mundial), o desigual acesso à informação e ao conhecimento e os problemas que afetam a consolidação das democracias são obstáculos a serem superados para que se efetive a integração latino-americana.

No entanto, é preciso ter um olhar diferente sobre a América Latina, não apenas procurando o que há de semelhanças para a integração, mas o que se tem de diferenças,

pois se há pretensão de uma real unidade latino-americana, é preciso, em primeiro lugar, dar sentido não àquilo que temos de semelhante, mas ao que temos de diferente (NOVAES, 2006).

A América Latina, ao longo da história, sempre manifestou, simultaneamente, um potencial de integração e de desintegração em unidades nacionais autônomas, e, por vezes, enfrentadas entre si, mas, igualmente, subordinadas a centros metropolitanos. Assim, entre futuros possíveis, apresenta a possibilidade de: “bem se tornar uma região integrada a partir de fora, a partir dos interesses das potências centrais; ou bem se tornar uma região integrada a partir de dentro” (POMAR, 2011, p. 36).

Discutir a integração latino-americana é uma tarefa que, conseqüentemente, necessita estar associada à análise sobre os efeitos dessas transformações na realidade dos países latino-americanos, levantando questionamentos como: por que integrar e como integrar?

Advém destas questões, outra: quais os benefícios desta integração para os países membros, mais especificamente para os povos latino-americanos?

Partindo destas dúvidas, há que se buscar respostas que comecem por fomentar e fortalecer a integração regional por meio de alternativas que superem a dependência dos países latino-americanos em relação às grandes potências e que levem ao desenvolvimento da região. Destacando que:

[...] Fortalecer a integração regional ajuda os países a superar a dependência das economias do Norte e assim terem papel próprio em um mundo multipolar. Sozinhos, mesmo países com grandes economias não teriam condições de instalar dinâmicas diferentes às do mercado mundial globalizado. Isso significa que construir uma alternativa ao neoliberalismo passa pela integração regional (ACSM, s. d., p. 09).

A luta pela integração latino-americana tem enfrentado os interesses do grande capital, tanto nacional como estrangeiro. Primeiro, frente aos interesses de Espanha, Portugal e França; depois da Inglaterra. E, sobretudo, dos governos dos Estados Unidos até os dias atuais.

Na próxima seção, serão apresentados e analisados, de forma sintética, alguns projetos integracionistas que se desenvolvem na América Latina e suas características mais relevantes.

#### 1.4 Integração Regional na América Latina: da Utopia à Realidade – Algumas Alternativas

A ideia de integração latino-americana não é recente. O sonho de uma América Latina unida é antigo, a primeira alusão é atribuída a Simon Bolívar, em 1815, na Carta da Jamaica, escrita no exílio em Kingston, na qual colocava a sua intenção de integrar todo o continente em uma só nação para defender e assegurar a liberdade e a independência. Nesta carta, Bolívar relata seu ideal de integração:

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una solo nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes dividen a la América (BOLÍVAR, 1815, p.11).

Bolívar liderou o primeiro grande movimento integracionista (SOUZA, 2012), quando convocou, em 1826, o Primeiro Congresso dos Estados Americanos<sup>1</sup>, ocorrido no Panamá, no qual foi firmado o Tratado do Panamá, que previu a formação de uma Confederação de Estados, cujo objetivo era manter a paz e buscar, por meio de negociações, soluções para os conflitos. No entanto, essa e outras tentativas de integração fracassaram.

Segundo Souza (2012), os motivos que levaram ao fracasso destas tentativas são atribuídos aos conflitos entre as oligarquias ou mesmo caudilhos, que, após a independência, consolidaram o poder econômico e político das distintas áreas da região. Outro motivo também se deve às distâncias e dificuldades geográficas. Mas, a causa fundamental, de acordo com Souza, e que prevaleceu nos primeiros cem anos da independência da América Latina, é a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra pela divisão da região.

Os Estados Unidos, com propensão expansionista, declara, em 1823, a Doutrina Monroe, que, conforme Santos (1993, p. 110) postulava “o princípio de ‘uma América para os americanos’ (do norte?) [...]”, ficando clara sua intenção de dominação em relação aos países do continente. Inicialmente tratada como uma advertência às

---

<sup>1</sup> O evento contou com a participação da Colômbia, (que incluía os territórios atuais da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela), da América central (Costa Rica, Guatemala, Honduras e El Salvador), dos Estados Unidos Mexicanos e do Peru (SEITENFUS, 2008).

potências europeias, no sentido de não tentarem reativar o domínio colonial, essa doutrina passou a ser utilizada ainda no século XIX, como justificativa intervencionista para todo o continente. Seu lema poderia ser interpretado, portanto, como “A América Latina para os norte-americanos” (FARRET; PINTO, 2011, p. 34).

Incentivado por essa doutrina, o expansionismo dos Estados Unidos avançou em busca da ocupação territorial, ou controle dos governos da região, por meio de ações militares e da tentativa de avanço econômico através da promoção de acordos comerciais (SOUZA, 2012).

No decorrer da história, inúmeras e diferentes propostas, tratados e acordos voltados à integração regional vêm sendo criados na América Latina. Delineando por meio de uma linha do tempo, é possível elencar algumas: Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fundada em 1960; Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960; Pacto Andino (atualmente Comunidade Andina de Nações – CAN) em 1969; Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973; Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980; Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991; Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) em 2000; ALBA, em 2004; UNASUL, em 2008, e Aliança do Pacífico em 2011.

As propostas integracionistas elencadas neste estudo foram escolhidas com base em alguns dados considerados relevantes, destacando as primeiras propostas ALALC e ALADI por serem as primeiras iniciativas, apresentando-se como marco histórico dos processos de integração. Outras, como a MCCA (Países da América Central), a CAN (Países da região Andina), CARICOM (Países do Caribe) e MERCOSUL (Países da América do Sul) foram escolhidos porque os blocos fazem parte de regiões distintas da América Latina.

A IIRSA foi escolhida pelo fato de ser um processo voltado para integração que foca no desenvolvimento de projetos de infraestrutura nas áreas de transporte, energia e comunicação, despertando atenção pelo fato de receber críticas dos movimentos sociais pelos danos que esta proposta pode trazer para o meio ambiente e para as populações dos países envolvidos.

A UNASUL é aqui elencada pelo fato de ser constituída por países pertencentes a outros blocos integracionistas e por apresentar uma proposta que procura envolver os aspectos sociais, culturais e políticos. A Aliança para o Pacífico, por ser um dos mais recentes projetos de integração que apresenta uma proposta de integração aberta para outros países que não fazem parte da região latino-americana, com o interesse de

consolidar uma integração Ásia-Pacífico. E a ALBA-TCP por sua proposta diferenciada, propondo uma integração entre os povos e com o envolvimento dos movimentos sociais.

#### **1.4.1 Da Comissão Econômica para a América Latina à Comunidade e Mercado Comum do Caribe**

Em 1948, foram retomadas as tentativas de integração regional latino-americana com a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). A CEPAL foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estudar os problemas da América Latina e propor soluções, tendo em vista que a única saída para o subdesenvolvimento era a industrialização.

Para garantir a industrialização e o desenvolvimento, a CEPAL defendeu a realização de um projeto integracionista, no qual propunha o alargamento do mercado, por meio da criação de um mercado regional, que ensejaria a instalação de indústrias maiores e mais eficientes. Para a CEPAL, os países com mercados menores, dependiam, para industrializarem-se, da integração com outros países. Os países maiores poderiam sozinhos dar conta das etapas iniciais do processo de industrialização, mas, para avançar na implantação de indústrias mais pesadas, também dependeriam do processo de integração (SOUZA, 2012).

Como proposta do Comitê de Comércio da CEPAL, que, em 1957, criou o Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, em 1960, foi assinado, em Montevideu, o tratado que instituiu a ALALC, integrada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (*Id. Ibid.*).

O objetivo principal da ALALC era a ampliação do comércio regional e dos mercados nacionais por meio da eliminação gradual das barreiras ao comércio intrarregional. No entanto, a ALALC enfrentou alguns problemas, em parte pelo desinteresse político dos Estados membros, o que fez com que, em 1980, fosse substituída pela ALADI (MEKITARIAN, 2001).

A intenção era que os países signatários se comprometessem a dar continuidade ao processo de integração latino-americana, promovendo o desenvolvimento econômico-social da América Latina de forma harmônica e equilibrada (Tratado de Montevideu, 1980).

No Tratado de Montevideu (1980) que constituiu a ALADI, fica explícito que a criação do bloco visa apenas a integração econômica e comercial, conforme trata o artigo 1º “[...] Esse processo terá como objetivo a longo prazo o estabelecimento, em forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.” Estabelecendo no artigo 2º “[...] as seguintes funções básicas da Associação: promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento das ações de cooperação econômica que coadjuvem a ampliação dos mercados”.

Apesar de trazer, no início do texto do Tratado, o propósito de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre os povos, logo em seguida destaca que a integração econômica é um dos principais meios para os países acelerarem o processo de desenvolvimento econômico e social, assegurando, assim, melhor nível de vida para seus povos.

Desse modo, é possível concluir que o objetivo central do bloco é a integração econômica e comercial como meio de desenvolvimento dos países membros, não apresentando nenhum objetivo ligado à área social, cultural ou educacional.

Retomando a sequência cronológica de constituição dos blocos econômicos integracionistas, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) foi estabelecido por meio da assinatura do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana em 13 de dezembro de 1960, na cidade de Manágua, na Nicarágua, constituído por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, com o objetivo de implantar uma área de livre comércio entre os países da América Central e estabelecer uma tarifa comum aplicável aos países membros (PROSPECTIVA, 2005).

Após a década de 1960, o bloco passou por muitos problemas devido a disputas políticas entre os países membros. Em 1993, o bloco foi revitalizado com a assinatura do Protocolo da Guatemala, que convoca os membros a concretizar a área de livre comércio do MCCA através da eliminação gradual de tarifas e barreiras comerciais, concessão de tratamento nacional ao comércio intrarregional, e adoção de um quadro regional legal que estabelece regras de origem, salvaguardas, práticas comerciais injustas, propriedade intelectual, serviços, medidas sanitárias e fitossanitárias, e critérios e regras técnicas (ASC, 2006).

Atualmente, o MCCA mantém uma tarifa externa comum, um banco de desenvolvimento – Banco Centro-Americano de Integração Econômica – e o Instituto Centro-Americano de Administração Pública.



Complementarmente, o MCCA vem negociando acordos extrarregionais que incluem os chamados “temas novos” – comércio de serviços, propriedade intelectual e compras governamentais – transformando esta região num anexo dos interesses norte-americanos e de suas empresas, pois a presença econômica norte-americana se faz sentir devido aos investimentos das suas empresas multinacionais, que se beneficiam dos acordos de livre comércio assinados com outros países e regiões (ASC, 2006).

O MCCA, constituído no mesmo ano da ALALC, traz os mesmos preceitos de integração focada no aspecto econômico e comercial instituídos pela ALALC e também pela ALADI, observando-se ainda que o comércio intrabloco sofre influência preponderante dos Estados Unidos nos fluxos comerciais por meio dos investimentos de empresas multinacionais.

A Comunidade Andina das Nações (CAN) foi criada em 1996 como sucessora do Pacto Andino, cujas origens remetem ao Acordo de Cartagena em 1969. É formada por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Chile foi um dos países fundadores do Pacto Andino, mas se retirou do grupo em 1976, durante o governo Pinochet. E a Venezuela participou do bloco até abril de 2006, quando se retirou por entender que o Tratado de Livre Comércio entre Colômbia e Estados Unidos poderia gerar uma concorrência desleal entre os produtos venezuelanos e os produtos norte-americanos (*Id. Ibid.*).

A intenção original do bloco era aumentar o comércio entre os membros e desenvolver programas industriais conjuntos para indústrias como a petroquímica, a metalúrgica e a automobilística. Também houve a intenção de lançar uma moeda comum que não se concretizou. Um acordo de 1971 que limitava rigidamente o investimento estrangeiro nos países membros foi eliminado em 1987, com a assinatura do protocolo de Quito, com o qual cada país poderia estabelecer suas próprias regras (*Id. Ibid.*).

Percebe-se que a CAN destaca-se como o bloco da região cuja integração se expandiu mais amplamente, atingindo não só aspectos econômicos, aspectos institucionais. Além de possuir uma área de livre comércio e união aduaneira quase completa e de contar com acordos regionais no setor de serviços, o bloco dispõe de um Parlamento Andino, de Conselhos Consultivos, Empresarial e Trabalhista, e de um organismo financeiro, o CAF – Corporação Andina de Fomento (*Id. Ibid.*).

Analisando o documento de criação do bloco, observa-se um avanço em termos de objetivos, pois, nesta proposta integracionista, além da cooperação econômica aparece também a cooperação social, abarcando mecanismos que visam o

desenvolvimento científico e tecnológico, o aproveitamento e conservação de recursos naturais e ações no campo da comunicação social.

Na década de 1970, mais um projeto integracionista é constituído. Estabelecida em 1973 com a assinatura do Tratado de Chaguaranas, a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) é formada pelos países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, São Cristovão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadina, Suriname, Trinidad e Tobago. As Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimans e as Ilhas Turks e Caicos são membros associados.

O Tratado de Chaguaranas tinha por objetivo promover a integração econômica por meio da livre circulação de mercadorias e a cooperação operacional em certas áreas. O Tratado foi revisado em 2001, com pretensão de transformar a união aduaneira em mercado comum e união econômica (*Id. Ibid.*).

Apesar do seu reduzido mercado, o CARICOM, no decorrer nos anos 1990 elevou a participação do comércio regional em relação ao comércio total de seus países. A região também se caracteriza pela elevada participação dos Estados Unidos tanto nos fluxos de capitais como de comércio (*Id. Ibid.*).

O Tratado de constituição da CARICOM traz, em seus objetivos, o fomento ao desenvolvimento social, cultural e tecnológico e a intensificação das atividades nas áreas de saúde, educação, transporte e telecomunicações. Mesmo assim, percebe-se que ainda prevalece o fomento e o desenvolvimento de ações na área econômica e comercial, pois a maioria de seus objetivos está voltada para o desenvolvimento econômico e expansão do comércio.

#### **1.4.2 Tratados e Acordos Sul-americanos: do Mercado Comum do Sul à União das Nações Sul-americanas**

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi estabelecido pelo Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O principal objetivo do Tratado é a integração dos países participantes através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, com o estabelecimento de Tarifa Externa Comum – TEC, política comercial comum, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e harmonização das legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2012).

A primeira ampliação do bloco aconteceu em 2012, com o ingresso definitivo da Venezuela e, no mesmo ano, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia (MERCOSUL, 2012).

A fase de maior sucesso do MERCOSUL foi no período de 1991 a 1998; o comércio intrabloco quase quintuplicou, passando de 4,5 bilhões de dólares para quase 18,5 bilhões de dólares. A partir de 1998, iniciou uma fase de declínio no comércio do bloco, parcialmente revertida em 2000, voltando a cair nos dois anos seguintes (OLIC; CANEPA, 2004).

Essa crise no bloco foi ocasionada pela combinação de fatores internacionais e intrabloco. Na esfera internacional, sucessivas crises financeiras e cambiais que atingiram primeiramente países do sudeste asiático e, em seguida, a Rússia ocasionaram a diminuição do comércio mundial com reflexos que abalaram as economias do bloco (*Id. Ibid.*).

No âmbito intrabloco, a desvalorização do real, em 1999, tornou os produtos brasileiros mais competitivos, ameaçando vários setores argentinos, ocasionando a diminuição considerável das trocas comerciais entre Brasil e Argentina. A situação do bloco tornou-se mais grave com a profunda crise que atingiu a Argentina em 2001. Uma das causas dessa crise esteve associada ao colapso da chamada paridade cambial (um peso = um dólar) que perdurou por dez anos. Com o fim da paridade cambial, a Argentina passou a enfrentar um quadro de instabilidade política, degradação da economia e caos social (*Id. Ibid.*).

Desde sua criação, o bloco visa ampliar o número de membros e, ao mesmo tempo, aprofundar o relacionamento entre os países que o compõem, sendo que “a fragilidade econômica e política do MERCOSUL em anos recentes torna incerto o futuro deste bloco econômico” (*Id. Ibid.*, p. 35).

Até final dos anos 1990, a agenda do MERCOSUL era predominantemente comercial, mas, nos últimos anos, tem evoluído procurando fomentar maior integração econômica, política e social, dando maior impulso na dimensão social a partir de 2007.

A dimensão social do bloco foi fortalecida com a criação do Instituto Social do MERCOSUL em 2007, que tem como objetivo contribuir para a consolidação da dimensão social do bloco, colaborando nos aspectos técnicos para a elaboração de políticas sociais regionais, promovendo os mecanismos horizontais de cooperação e identificação das fontes de financiamento (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2007).

Outra ação de fomento na área social foi a criação, em 2008, da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS) que tem sob sua responsabilidade coordenar a implantação das políticas sociais do MERCOSUL, promover o desenvolvimento humano e assegurar a participação da sociedade civil, além de coordenar as propostas técnicas e diretrizes incluídas na elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL<sup>2</sup> (PORTAL BRASIL, 2012).

Um evento regular da agenda oficial do MERCOSUL, que também estimula a dimensão social do bloco, é a realização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL.

Em 2006, foi organizada a primeira Cúpula Social do MERCOSUL reunindo, em Brasília, mais de 500 representantes dos movimentos sociais da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2007).

A I Cúpula Social contou com a presença de lideranças de diversos setores, como educação, saúde, juventude, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações de mulheres, ambientalistas, povos indígenas, trabalhadores sem-terra, centros de cultura, organizações de direitos humanos, pequenas e médias empresas, cooperativas, organizações da economia solidária, entre outras (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2007).

A participação dos movimentos sociais na I Cúpula do MERCOSUL fica expressa na Declaração Final:

Nossas conclusões expressam o consenso alcançado pelas delegações presentes e visam o fortalecimento da agenda social e da participação cidadã no Mercosul. Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do Mercosul. Propomos, para tanto, a continuidade dessas experiências, de modo que as Cúpulas Sociais sejam, a partir de agora, apoiadas pelas Presidências Pro Tempore como uma atividade permanente do movimento social, sempre realizadas nos marcos das Reuniões Presidenciais do Mercosul. Propomos ainda que os governos apoiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Subgrupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do Mercosul, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum (CMC) (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2007, p.16).

---

<sup>2</sup> O Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) é a principal iniciativa no pilar social da integração regional. Reúne políticas sociais comuns que visam erradicar a miséria, a fome, a pobreza e o analfabetismo, além de universalizar os serviços de saúde pública, no âmbito do MERCOSUL (MERCOSUL, 2012).

A Declaração Final da I Cúpula do Mercosul foi aprovada pelos representantes dos movimentos sociais e posteriormente entregue aos presidentes. A I Cúpula Social identificou os itens pendentes da agenda social e, a partir do ponto de vista dos movimentos sociais, formulou propostas para a integração (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2007).

Dos projetos integracionistas descritos até o momento, o MERCOSUL é primeiro que apresenta uma proposta que, vale ressaltar, foi estabelecida muitos anos depois de sua criação, que abrange a dimensão social de uma forma mais enfática, inclusive com a possibilidade da participação de movimentos sociais.

Um exemplo de como se dá a participação dos movimentos sociais pode ser observado com destaque para alguns itens de reivindicação apresentados na declaração da 14ª Cúpula do MERCOSUL realizada em Brasília em 2012:

**6.** Assim mesmo, defendemos a soberania alimentar e nutricional, cujos princípios articulam políticas de autonomia produtiva baseadas nas necessidades nacionais e regionais dos povos, e não subordinadas às demandas do mercado mundial, comandado pelas grandes corporações transnacionais. Resulta urgente implementar nos diversos países reformas agrárias estruturadas na soberania alimentar e territorial dos povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e da agricultura familiar.

Para nós, a integração dos povos inclui considerar as diferenças entre eles como expressão da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que temos o desafio de conquistar melhores condições de vida para todos e todas, através do desenvolvimento regional integrado, da complementaridade, e da solidariedade mútua.

**7.** Os processos de integração devem garantir a plena cidadania no MERCOSUL e a livre circulação de trabalhadores e trabalhadoras, construindo um marco jurídico de proteção trabalhista que eleve os padrões atuais na região e garanta a plena liberdade de organização e de negociação coletiva, bem como a atualização e aperfeiçoamento da Declaração Sociolaboral e a garantia de instrumentos para sua aplicação. Da mesma forma é fundamental tornar realidade o Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL. [...]

Da mesma forma, rechaçamos todas as maneiras de discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual, crenças ou religiões, ideologias, origem, diferenças físicas ou qualquer outra distinção que menospreze os direitos das pessoas e limite o exercício da sua cidadania. O compromisso com os Direitos Humanos é fundamental e seu cumprimento e proteção uma prioridade.

A integração que queremos requer o reconhecimento da diversidade de sujeitos socioculturais existentes e dos territórios dos povos e nações indígenas, que inclusive muitas vezes ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais. Neste momento em particular, exigimos a apuração do massacre de Curuguaty e o fim da perseguição e o aniquilamento de povos indígenas, em particular do povo Guarani Kaiowá.

Exigimos também políticas públicas universais e compatíveis entre os países do Bloco que respondam efetivamente às necessidades de homens e mulheres de acesso ao trabalho, à educação, a saúde, a serviços públicos essenciais, e

ao exercício pleno dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. O combate às assimetrias não pode se esgotar em medidas compensatórias, mas deve contribuir a resolver os problemas estruturais que impedem a autonomia e o bem-estar de nossos povos (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA, 2012).

Dado o exposto acima, se observa que os movimentos sociais reivindicam ações nas questões que envolvem a defesa da soberania alimentar, reforma agrária, destacando que os processos de integração devem respeitar a diversidade cultural, garantir a plena cidadania e a livre circulação de trabalhadores, exigindo políticas públicas que atendam às necessidades dos povos.

Assim, é possível dizer que os movimentos sociais têm um espaço aberto para reivindicações, o que, nos demais processos integracionistas descritos anteriormente, isto não aparece, o que se pode considerar um avanço em termos de participação popular em um bloco econômico.

Transcorrida uma década, outra proposta de integração é formalizada na América do Sul: a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) idealizada no ano de 2000, a partir de uma reunião de Presidentes da América do Sul que ocorreu em Brasília, com a intenção de unir o continente por meio do desenvolvimento de projetos de infraestrutura nas áreas de transporte, energia e telecomunicação. Participam deste acordo doze países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), com apoio técnico de organizações internacionais multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) (CARRION; PAIM, 2006).

O objetivo da IIRSA é promover o crescimento econômico sustentável na região, tendo a integração física como condição necessária para o desenvolvimento, sendo a sustentabilidade baseada em quatro dimensões fundamentais: competitividade, qualidade social, qualidade ambiental, institucional (IIRSA, 2012).

No entanto, a IIRSA sofre contundentes críticas por parte de organizações, redes e movimentos sociais da América Latina, como é possível observar na Declaração Final do Seminário “Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional”, onde se apresentam as seguintes argumentações (2006, p.1):

Para esses movimentos, a IIRSA se apresenta como uma iniciativa criada pelas Instituições Financeiras Multilaterais e o grande capital com o objetivo de garantir uma maior liberalização econômica do continente e a negociação de tratados de livre comércio. Os eixos de integração e desenvolvimentos da IIRSA concentrarão investimentos para aumentar o comércio e criar cadeias produtivas conectadas aos mercados internacionais, perpetuando assim a fragmentação espacial do desenvolvimento. O conjunto dos eixos cruza zonas onde se encontra a maior concentração de recursos naturais [...].

Sendo assim, o benefício à população local pode se limitar a um trabalho temporário com péssimas condições. Isso ocorreu com a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, que além de gerar impactos ambientais, violou muitos direitos trabalhistas. O complexo Rio Madeira proposto pelo governo brasileiro, que também faz parte da IIRSA, [...] não está sendo pensado com base nas necessidades da região. Se implementado, o complexo terá impactos irreversíveis ao meio ambiente e a povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos [...].

Esta iniciativa de integração focada apenas nas questões ligadas à infraestrutura prioriza os lucros em detrimento de uma integração dos povos, o que pode trazer prejuízos para a população dos países envolvidos, além dos danos ambientais, conforme frisam os Movimentos Sociais. Desta forma, é possível observar que prevalece, nesta proposta, uma prática de integração sob a perspectiva econômica.

Com uma proposta um tanto diferenciada, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi constituída formalmente em 2008 durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília. Tem como países membros a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, definindo como objetivo principal em seu tratado constitutivo:

[...] construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los Estados (UNASUR, 2008, p. 02).

Para Braga (2013), a UNASUL é uma estratégia de exploração integrada dos recursos naturais da região, com a finalidade de proporcionar melhor aproveitamento possível em termos de industrialização, transporte, desenvolvimento tecnológico, valorização do trabalho, preservação ambiental e obtenção de melhores preços para esses recursos por meio da política de comercialização comum a todos os participantes do grupo.

Fazendo um paralelo entre UNASUL e MERCOSUL, de acordo com Pereira (2012, p.5), “[...] O MERCOSUL representa o que poderíamos chamar de integração “dura”, institucionalizada, abrangente. Já a UNASUL é um mecanismo de formato mais leve, flexível, que tem permitido lidar de forma inédita com problemas na região, como as ameaças à paz [...]”, o autor ainda complementa “[...] O MERCOSUL tem uma face econômico-comercial bastante desenvolvida, inclusive com vertente política e cidadã, esta, por assim dizer, em construção”, e a UNASUL “por sua vez, nasceu da inspiração essencialmente política, e privilegia muito mais a integração física e energética do que a agenda econômico-comercial clássica”.

Mas, considerando o objetivo proposto no Tratado Constitutivo da UNASUL destacado acima, observa-se a constituição de um bloco que procura abarcar os aspectos sociais, culturais, políticos e educacionais, trazendo uma proposta de integração mais abrangente, e que também defende o fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Portanto, uma proposta que foge aos preceitos do foco puramente econômico para alavancar o desenvolvimento.

### **1.4.3 Aliança do Pacífico**

O mais recente bloco de integração é a Aliança do Pacífico, que se constitui de um mecanismo de articulação política, econômica e de cooperação e integração entre Chile, Colômbia, México e Peru, estabelecido em 27 de abril de 2011 (ALIANZA DEL PACIFICO, 2008).

A Aliança do Pacífico tem como objetivo impulsionar maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias dos países membros, fomentando a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; além de consolidar a integração Ásia-Pacífico (*Id. Ibid.*).

Em primeira etapa, foram priorizados trabalhos desenvolvidos por Grupos Técnicos nas seguintes áreas: movimento de pessoas e de negócios, e facilitação para o trânsito migratório, incluído a cooperação policial; comércio e integração, incluindo facilitação do comércio e cooperação aduaneira; serviços e capitais, aliando a possibilidade de integrar as bolsas de valores e cooperação e mecanismos de solução de diferenciais (*Id. Ibid.*).

Na visão de Malamud (2012), à medida que a Aliança do Pacífico se consolide, a tendência é causar um forte impacto sobre o processo de integração da América



Latina. Isso porque a aliança resgata a economia e o comércio como essenciais para a integração, diferenciando-se dos outros processos de integração regional e sub-regional por estar aberta ao mundo, isto é, mais especificamente ao Pacífico. A sua existência também supõe um grande desafio para o Brasil, podendo influenciar em sua liderança na América do Sul.

É possível observar que, na maioria desses tratados e acordos, o objetivo recai sobre o âmbito dos fluxos comerciais, trazendo, diante do contexto apresentado, um questionamento: qual o estado da integração regional latino-americana? Difícil responder, mas é possível levantar alguns apontamentos.

Malamud (*Ibid.*) defende que a integração regional está em crise, e descreve alguns indicativos:

- No hay una clara definición de qué es lo que se quiere integrar (América Latina, América del Sur o el continente americano) ni de cómo hacerlo.
- Se crean nuevas instituciones pero no se aclara qué se va a hacer con las previamente existentes, en una permanente huida hacia adelante y un constante añadido de siglas y acrónimos a la volumosa sopa de letras existente. Dos ejemplos pueden ilustrar este punto: (a) en Unasur conviven Mercosur y la CAN, pero nadie aclara qué pasará con ellas, si se fusionarán, desaparecerán y se integrarán o qué rumbo seguirán; y (b) nada se ha dicho de cómo convivirán Mercosur y la CELAC y cómo coordinarán su funcionamiento, en el caso de que se estime válido alguna coordinación. ¿Tiene sentido una agregación creciente de estructuras de integración como si se tratara de una matrioska?

Não é objetivo aprofundar sobre as tentativas de integração da América Latina, mas apresentar uma síntese do que vem sendo colocado em prática a respeito desta temática, para contextualizar o objeto de estudo que procura compreender e analisar a concepção de integração da América Latina pela ELAA. Portanto, o aprofundamento recai sobre ALBA-TCP que apresenta uma proposta de integração articulada com movimentos sociais que, por sua vez, tem relação direta com a temática do presente estudo.

#### 1.4.4 A Integração da América Latina na perspectiva da ALBA-TCP: Nova Abordagem para o Processo Integracionista Latino-Americano

Ao longo da história, a maioria das tentativas de integração vem dando ênfase à integração econômica por meio da facilitação do comércio entre os países membros, seguindo um modelo liberal, tendo como padrão o da União Europeia, composto por cinco fases de integração: Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária, e União Política (MELO, 2012).

No entanto, frente a essas tentativas de integração latino-americana, outras propostas diferenciadas estão sendo construídas, como por exemplo, a ALBA-TCP, que se define:

La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA – TCP) es una plataforma de integración de los países de América Latina y el Caribe, que pone énfasis en la solidaridad, la complementariedad, la justicia y la cooperación, que tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la comunidad de nuestra existencia como naciones soberanas e justas. Es además, una alianza política, económica y social en defensa de la independencia, la autodeterminación y la identidad de los pueblos que la integran (PORTAL ALBA – TCP, 2010).

Essa proposta, inicialmente, teve a denominação de Alternativa Bolivariana das Américas e, por ocasião do VI Encontro Extraordinário da ALBA, passou a denominar-se ALBA-TCP, “*Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*”.

A criação da ALBA foi impulsionada pela República Bolivariana da Venezuela, principalmente como uma alternativa aos esquemas de integração neoliberais e em oposição às negociações da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA). Isso ficou claro, conforme se observa na Declaração Conjunta<sup>3</sup>, assinada pelos presidentes da Venezuela e de Cuba quando da criação da ALBA, em que se destaca:

---

<sup>3</sup> A ALBA foi fundada em 14 de dezembro de 2004 em Havana, Cuba, quando os presidentes Hugo Chávez Frias, da Venezuela, e Fidel Castro Ruiz, de Cuba, assinaram a Declaração Conjunta. Posteriormente entraram novos membros: Bolívia em 2006, Nicarágua em 2007, Dominica em 2008, Equador, Antigua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas em 2009. Atualmente são 8 países. Honduras ingressou em 2008, mas se retirou em dezembro de 2009 após o golpe de Estado sofrido pelo então presidente Manuel Zelaya (Melo, 2012).

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor construiría la profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes (ALBA, 2004).

A Declaração Conjunta de criação da ALBA expõe 12 princípios pelos quais a ALBA deve orientar-se. Destacam-se aqui 04 princípios que fazem referência à integração latino-americana com mais ênfase:

1. El comercio y la inversión no deben ser fines en si mismos, sino instrumentos, para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, pues la verdadera integración latinoamericana y Caribeña no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos e estimular el comercio. Para lograrlo, se requiere una efectiva participación del Estado como regulador y coordinador de la actividad económica.
2. Trato especial y diferenciado, que tenga en cuenta el nivel de desarrollo de los diversos países y la dimensión de sus economías, y que garantice el acceso de todas las naciones que participen en los beneficios que deriven del proceso de integración.
6. Desarrollo integrador de las comunicaciones y el transporte entre los países latinoamericanos y caribeños, que incluya planes conjuntos de carreteras, ferrocarriles, líneas marítimas y aéreas, telecomunicaciones y otras.
8. Integración energética entre los países de la región, que asegure el suministro estable de productos energéticos en beneficio de las sociedades latinoamericanas y caribeñas, como promueve la República Bolivariana de Venezuela con la creación de Petroamérica (ALBA, 2004).

Porém, para explicar a origem da ALBA, é necessário fazer um pequeno aparte em relação à ALCA. A ideia de criação da ALCA foi proposta pelos Estados Unidos, e as negociações em torno do acordo iniciaram-se em dezembro de 1994, em Miami, quando da realização da Cúpula das Américas, quando foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias, flexibilizar a legislação de serviços, a propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais entre os 34 países americanos, exceto Cuba e, assim, formar uma área de livre comércio para as Américas (PROSPECTIVA, 2005).

A assinatura desse tratado propôs a criação de uma área de livre comércio que abarcaria todo o continente americano, inspirada nos princípios de preservar e fortalecer a democracia representativa; promover a prosperidade através da crescente integração econômica e livre comércio entre os países do hemisfério; eliminar progressivamente as barreiras do comércio de bens e serviços; maximizar a abertura dos mercados; proporcionar oportunidades para facilitar a integração das pequenas economias; procurar fazer as políticas ambientais e de liberação comercial se apoiarem

mutuamente; assegurar, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos, a observância e promoção dos direitos trabalhistas, renovando o compromisso de respeitar as normas fundamentais do trabalho internacionalmente reconhecidas (ODDONE; GRANATO, 2007).

A ALBA – TCP surge, então, conforme já descrito, diante de um panorama de sistemática oposição à ALCA que, conforme Ribeiro (2012, p.03) “Para os idealizadores da ALBA, a ALCA, longe de servir ao desenvolvimento das nações latino-americanas e caribenhas, é mais uma tentativa de dominação dos Estados Unidos sobre a região [...]”. Para Cuba:

la propuesta ALBA se presenta como la oportunidad de una “verdadera integración”. Se podría sostener que éste país ha sido *el más alejado* de la integración en la América Latina debido a que por su régimen de gobierno no ha sido invitado a formar parte de numerosas propuestas, sean éstas de origen propiamente latinoamericana o evidentemente noerteamericanas, en las cuales la presencia de la República Cubana es impensable. Nunca ha llegado a pensarse um ALCA com Cuba (ODDONE E GRANATO, 2007, p. 37).

Nesta oposição, a ALBA - TCP defende a criação de mecanismos de cooperação entre as nações latino-americanas para equilibrar as assimetrias dos países da região diante das potências desenvolvidas. Também critica a liberalização, desregulamentação e privatização de serviços, que reduz a capacidade dos Estados Nacionais de planejar e efetuar políticas públicas. E defende que os acordos de integração devem estar ancorados em propostas de desenvolvimento endógeno que, ao invés, de estarem voltados para o mercado externo, devem estar voltados para dentro da região (PROSPECTIVA, 2005).

La Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América que se sustenta en los principios de solidaridad, cooperación genuina y complementariedad entre nuestros países, en el aprovechamiento racional y en función del bienestar de nuestros pueblos, de sus recursos naturales – incluyendo su potencial energético – en la formación integral y intensiva del capital humano que requiere nuestro desarrollo y en la atención a las necesidades y aspiraciones de nuestros hombres y mujeres, ha demostrado su fuerza y viabilidad como una alternativa de justicia frente al neoliberalismo y la inequidad (DECLARACIÓN POLÍTICA DE LA V CUMBRE DEL ALBA, 2007).

Atualmente, a ALBA-TCP é composta por Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e

Barbuda. Abrangendo uma região com superfície de mais de dois milhões de quilômetros quadrados, com população de mais de 70 milhões de habitantes (PORTAL ALBA-TCP, 2009).

A estrutura organizacional da ALBA constitui-se de um Conselho Presidencial e Conselhos de Ministros nas áreas política, social e econômica: o Conselho Ministerial Político, o Conselho Ministerial para Programas Sociais, Conselho Ministerial de Complementação Econômica, Conselho Ministerial de Mulheres e o Conselho de Movimentos Sociais (*Id. Ibid.*).

Os países deste grupo integracionista estão promovendo a integração sob vários aspectos, por exemplo, por meio de Tratados de Comércio dos Povos (TCP) e dos *Proyectos e Empresas Grannacionales*.

O conceito de *Grannacional* é essencialmente político, porém engloba todos os aspectos da vida das nações participantes e está baseado em vários fundamentos:

**Fundamento Histórico e Geopolítico:** enfocado en la visión Bolivariana de la gran nación. El concepto grannacional puede asimilarse al concepto de mega estado, em el sentido de la definición conjunta de grandes líneas de acción política, común entre estados que comparten una misma visión del ejercicio de la soberanía nacional y regional, desarrollando cada uno su propia identidad política, sin que ello implique la construcción de estructuras supranacionales.

**Fundamento Socio – Económico:** basado en la constatación de que la estrategia de desarrollo de las economías de nuestros países, para satisfacer las necesidades sociales de las grandes mayorías, no puede restringirse solo a un ámbito local. Se trata de superar las barreras nacionales para fortalecer las capacidades locales fundiéndolas en un todo para ser capaces de enfrentar los retos de la realidad mundial.

**Fundamento Ideológico:** viene dado por la afinidad conceptual de quienes integramos el ALBA, enquanto a la concepción crítica acerca de la globalización neoliberal y la necesidad de romper el esquema del comercio basado en la ficción del libre mercado (ALBA-TCP, 2010).

Os TCPs são tratados de intercâmbio de bens e serviços firmados para satisfazer as necessidades dos povos, sustentando-se nos princípios de solidariedade, reciprocidade, transferência tecnológica, aproveitamento das vantagens de cada país e economia de recursos. Os TCPs vêm confrontar os TLCs, Tratados de Livre Comércio, impostos pelos Estados Unidos, que causam desemprego e marginalização dos povos latino-americanos, com a destruição das economias nacionais, em favor da penetração do grande capital imperialista (*Id. Ibid.*).

Os *Proyectos Grannacionales* abarcam processos no campo político, social, cultural, econômico, científico e industrial, materializando os processos sociais e

econômicos da integração e da unidade. Dos *Proyectos Grannacionales* podem surgir, ou não, *Empresas Grannacionales*. No entanto, toda *Empresa Grannacional* deve ser produto de um *Proyeto Grannacional* (*Id. Ibid.*).

O conceito de *Empresas Grannacionales* também surge em oposição ao de empresas transnacionais. Assim, sua dinâmica se orienta a privilegiar os bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas, rompendo com a lógica da ganância e acumulação de capital (*Id. Ibid.*).

A ALBA – TCP é uma proposta de integração distinta das demais, existindo três formas básicas e complementares que englobam sua construção: a articulação entre governos dos países membros; o envolvimento de outros espaços de integração de governos locais (prefeituras e estados); e a articulação popular, com a participação dos movimentos sociais, e expressa em ações concretas de integração e solidariedade entre os povos (ACMSA, 2009).

A ALBA – TCP tem, em sua estrutura de funcionamento, um Conselho de Movimentos Sociais. Este Conselho funciona como um mecanismo de facilitação da integração e participação social.

El Consejo de Movimientos Sociales (CMS) es el principal mecanismo que facilita la integración y participación directa en la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América/ Tratado de Comercio de Los Pueblos (ALBA – TCP), es un espacio antiimperialista, antineoliberal y comprometido en trabajar para alcanzar, la mayor suma de seguridad social y de felicidad posible, en armonía con la naturaleza, la justicia social y la verdadera soberanía de nuestros pueblos. Tiene como misión articular a los Movimientos Sociales de los países miembros del ALBA –TCP y a aquellos de países no miembros, que se identifiquen con este esfuerzo y tiene la responsabilidad de aportar al desarrollo y ampliación del proceso del ALBA – TCP (ALBA-TCP, 2008).

A criação da ALBA – TCP vem contribuir para com o debate da integração latino-americana, pois sua proposta tão abrangente abre espaço para reflexões e discussões quanto à possibilidade de concretização de uma integração baseada nos preceitos de solidariedade, cooperação, soberania dos povos, respeito à diversidade e cultura dos povos dos países envolvidos, rompimento com os laços de dependência econômica; e com um diferencial que é a participação popular por meio da articulação dos movimentos sociais com os governos no desenvolvimento de várias ações, principalmente nas áreas de educação, saúde, preservação dos recursos naturais e soberania alimentar.

Fazendo um contraponto, é importante observar que a ALBA-TCP traz uma proposta integracionista diferenciada que leva a alguns questionamentos: será que este processo integracionista está se efetivando da forma como está proposto? Faz-se esse questionamento, pois, como citado anteriormente (MALAMUD, 2012), a integração regional está em crise, não tendo uma definição clara do que integrar e como integrar.

Outro ponto que remete a reflexões, conforme Pomar (2011, p. 39), é que “[...] A Alba não é propriamente um projeto de integração, mas sim um enquadramento institucional para a cooperação entre governos ideologicamente afins [...]”. O que, por um lado, pode ser um fator para a consolidação de objetivos em comum, por outro pode restringir a participação dos países latino-americanos neste bloco.

Complementando a ideia de governos com ideologias afins acresce-se que:

[...] Os países membros do bloco comungam realmente da ideologia sobre a qual o bloco está assentado ou se associam ao projeto venezuelano-cubano apenas pelas benesses que encontram? O modelo de trocas comerciais de produtos e serviços adotados pode realmente promover o desenvolvimento sustentável dos países membros e reverter a desigualdade e a pobreza, fazendo do bloco um projeto integracionista exitoso? (PÁDUA, 2012, p. 86).

A autora acrescenta (*Id. Ibid.*, p. 86) que “essas são questões que o atual estado da arte não permite responder dada a atualidade das questões, e também porque os resultados das ações tomadas demandam certo tempo para aparecer [...]”.

Neste contexto, entre possibilidades e desafios, a ALBA-TCP apresenta-se como alternativa aos processos integracionistas latino-americanos focados apenas no aspecto econômico e comercial.

Relevante destacar que a intenção de trazer para o estudo um apanhado sobre alguns projetos integracionistas da América Latina é para contextualizar o objeto de pesquisa, pois, por meio deste referencial teórico, encontram-se subsídios para analisar e compreender, com maior profundidade, uma proposta integracionista diferenciada, conforme é possível observar no decorrer da dissertação.

Para dar sequência ao tema e fazer a correlação entre os assuntos tratados neste estudo, o próximo capítulo traz a análise e discussão da categoria Movimentos Sociais, fazendo uma articulação com o MST, seus princípios educativos e a relação com a temática integração da América Latina.

## 2 A CATEGORIA MOVIMENTOS SOCIAIS E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

“[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação [...]”.  
Maria da Glória Gohn

A partir da década de 1990, distintos movimentos sociais eclodiram na América Latina. Muitos desses movimentos já existiam antes desta década, mas passaram a ter mais visibilidade e expressividade em decorrência de suas ações e reivindicações, sendo conhecidos internacionalmente (NOGUEIRA, 2011). Dentre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST, ao longo de sua trajetória, vem ampliando sua pauta de lutas para muito além da luta pela terra, passando pelo acesso à educação e desenvolvimento de ações relacionadas à integração latino-americana.

No desenvolvimento de suas práticas educativas, tanto no contexto da educação formal quanto do trabalho de militância do movimento, é possível observar a preocupação com as questões da América Latina na perspectiva da integração.

Neste capítulo, o objetivo é trabalhar a categoria Movimentos Sociais, apresentando e analisando a integração latino-americana sob o prisma dos movimentos sociais, mais especificamente a Via Campesina e o MST, correlacionado com seus princípios educativos, pois é assentado nesse movimento que a presente dissertação expõe apontamentos sobre a integração da América Latina.

### 2.1 Movimentos Sociais

A categoria de interesse nesta seção é a de movimentos sociais, para dar suporte à compreensão e análise, posteriormente, de uma concepção diferente de integração da América Latina, perpassando pelo viés dos movimentos sociais e da concepção da ELAA.

Para isso, cabe fazer uma referência no que diz respeito à relação do homem com a natureza e com o trabalho para se chegar à questão dos movimentos sociais, uma



vez que o homem, em sua relação com a natureza e por meio do trabalho, age sobre o meio tanto natural como social fazendo assim a história.

Como destaca Freire (2001, p. 38), “Não só por suas relações e por suas respostas o homem é criador de cultura, ele é também ‘fazedor’ da história. À medida que o ser humano cria e decide, as épocas vão se formando e reformando”. É frente ao “formar e reformar” que a sociedade, inserida em contextos históricos e culturais, age sobre o meio natural e social refletindo, assim, a sua maneira de compreender o mundo (MORALES, 2008).

Para Saviani (2007, p. 154), “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é que conhecemos com o nome de trabalho”.

Visto por Marx (1996), em sua obra “O Capital”, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1996, p. 297).

No sentido histórico, segundo Montañó e Duriguetto (2010, p. 79-80): “O trabalho é assim uma atividade teleológica (orientada conscientemente por finalidades e condições racionalmente compreendidas), de transformação da natureza (onde o homem se relaciona com a natureza, para, dados seus limites, transformá-la)”.

Os autores argumentam que,

Por ser atividade teleológica e consciente, em que o ser social escolhe o resultado desejado, e a partir da avaliação das condições (causalidades) escolhe por um caminho determinado, o trabalho constitui não apenas o fundamento ontológico do ser social, mas também constitui o fundamento da liberdade. Liberdade é assim entendida – a partir da afirmação de que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade” (ver Marx, 1980,3, v. VI. P.942) [...] (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 80).

Por sua vez, no modo de produção capitalista, a relação é de compra e venda da força de trabalho, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista numa

relação de exploração e alienação, estabelecendo uma relação salarial (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010).

No que diz respeito ao desenvolvimento da produção, resgatando um pouco do processo histórico, para Saviani:

O desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas. A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configurando-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários.[...] Mas o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter obrigação de, com seu trabalho, manter-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em senhor (SAVIANI, 2007, p.155).

Nesse contexto, o sujeito social busca lutar pela sobrevivência, uma luta que é muitas vezes desigual, pelas diferenças estabelecidas ao longo do processo histórico pela classe que detêm o poder e pela classe dos empobrecidos devido à exploração.

Na busca pela sobrevivência, o sujeito social constrói uma consciência de luta que pode ser individual, mas, muitas vezes, coletiva. A consciência da necessidade de luta e resistência da sociedade se deflagra por meio dos movimentos sociais, convertendo-se em uma “consciência reivindicatória”. Em relação a esta consciência reivindicatória, Montaño e Duriguetto (2010, p. 103) afirmam:

Na vida cotidiana; na fábrica ou outros espaços coletivos, ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória.

Essa ação grupal reivindicatória emerge através dos movimentos sociais que trazem à tona problemas, denúncias contra a desigualdade social, a exclusão e a opressão, e reivindicações por garantia de direitos básicos como: melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação e segurança.

Não obstante, diante do universo de interpretações teóricas sobre os movimentos sociais, adotou-se, neste estudo, a conceituação dada por Maria da Glória Gohn, a qual defende que as transformações sociais são possíveis através de ações sociopolíticas.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sob temas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 2000, p. 251).

Sob outra perspectiva, na interpretação de Quevedo (2007), Movimento Social é entendido como um fenômeno coletivo com uma organização estruturada e identificada, que reúne certo número de pessoas, que, coletivamente, decidem mudar, alterar uma situação de injustiça social, em defesa de uma sociedade mais justa, com maior inclusão social, reordenando, assim, o cotidiano, transformando-o.

Definir e compreender a categoria Movimento Social é importante para contextualizar o objeto de pesquisa, uma vez que a temática da integração, neste estudo, está focada sob uma perspectiva que envolve a concepção dos Movimentos Sociais, articulados à Via Campesina, principalmente o MST, pois é assentado nesse movimento que a presente dissertação expõe apontamentos sobre a integração da América Latina.

### **2.1.1 Articulação de Movimentos Sociais: A Via Campesina**

A Via Campesina<sup>4</sup> é um movimento internacional que agrupa organizações camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem terras, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Reúne em torno de 150 organizações locais e nacionais em 70 países da Ásia, África, Europa e América, representando no total aproximadamente 200 milhões de camponeses e camponesas. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de qualquer outro tipo. (VIA CAMPESINA, 2011).

Em seus estudos Vieira destaca que:

A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas

---

<sup>4</sup> Criada em abril de 1992, quando da reunião de vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa, no “*Congreso de la Unión Nacional de Agricultores y de Ganaderos (UNAG)*” realizado em Manágua, na Nicarágua. Em maio de 1993 realizou-se a primeira conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, onde foi constituída uma organização mundial sendo definidas as suas pautas estratégicas e sua estrutura (Via Campesina, 2006).

multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comuns como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial (VIEIRA, 2008, p.135).

O principal objetivo da Via Campesina é desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade das organizações para promover relações econômicas de igualdade e de *justiça social, preservação da terra, da soberania alimentar e da produção agrícola sustentável* em pequena escala (VIA CAMPESINA, 2006).

A Via Campesina se organiza em uma articulação mundial dos movimentos sociais do campo como uma reação ao movimento de globalização da economia e a transnacionalização de grandes corporações do agronegócio. Dentre seus objetivos estão: desenvolver a solidariedade; construir a unidade na diversidade entre as organizações que a compõem; promover relações econômicas mais justas de igualdade de gênero e de justiça social; preservar e conquistar a terra, a água, as sementes e os recursos naturais, a soberania alimentar e a produção agrícola sustentável de pequena e média escala (ELAA, 2011).

Para Fernandes (2008, p.47), “o surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial”. O autor destaca ainda que, “as linhas políticas defendidas pela Via Campesina são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos”.

A Via Campesina não apresenta apenas uma contraposição ao modelo neoliberal de agricultura; na fala de seus dirigentes, também aparece a questão do resgate das próprias lutas camponesas e da esquerda (VIEIRA, 2008).

Segundo a chilena Francisca Rodríguez, dirigente da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), e Ramiro Maradiaga, assessor da Via Campesina Centroamérica, o próprio nome Via campesina é uma tentativa de construir uma alternativa ao modelo dominante de agricultura. A percepção coletiva, por parte das diferentes organizações que se reuniram na Via Campesina, de que havia um modelo em curso, e de que este modelo era nocivo aos interesses dos trabalhadores rurais, levou à construção de uma proposta alternativa, de uma via, de um caminho diferenciado (VIEIRA, 2008, p. 136).

Apesar da Via Campesina ser uma articulação de movimentos sociais do campo a nível mundial, a sua denominação *La Via Campesina* não é traduzida e ressalta o seu carácter latino. Os motivos que levam a esta utilização da expressão em espanhol são variados, mas, em geral, a explicação mais corrente é que ela reflete a união de forças que deram origem à Via Campesina em Mons, na Bélgica, que, até hoje, são os movimentos mais expressivos dentro dessa articulação: os latino-americanos e europeus do sul (VIEIRA, 2008).

No Brasil, participam da Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; e o Movimento de Mulheres Camponesas – MCC. Na Via Campesina Brasil, fazem parte a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, mas, por não serem organizações de base camponesa, não fazem parte da Via Campesina Internacional. (VIEIRA, 2008).

### **2.1.2 Movimentos Sociais na América Latina**

Na trajetória da história latino-americana, é possível observar que muitas das conquistas e transformações ocorridas se originaram dos diferentes movimentos sociais que foram se constituindo ao longo do processo histórico.

As últimas décadas foram marcadas por uma série de mobilizações sociais, muitas dessas articuladas por movimentos sociais. Na América Latina muitos países passaram por algum tipo de processo buscando a emancipação política, a luta por direitos, e também lutas em defesa da preservação da natureza pelos movimentos ambientalistas e direito a terra pelos movimentos sociais do campo.

Quanto às origens dos movimentos sociais na América Latina, Petras (1999, p. 12) destaca que “[...] As raízes das lutas na América Latina se baseiam na comum oposição às ditaduras, às políticas econômicas liberais, ao crescimento das desigualdades sociais e ao fracasso das políticas eleitorais convencionais”.

Resgatando um pouco da história, foi no final da década de 1920 que os movimentos sociais eclodiram no cenário latino-americano, com a crise cíclica do modo de produção capitalista – a crise de 1929 – trazendo à tona a realidade que vinha se processando ao longo do tempo: a concentração fundiária, a exploração das classes

trabalhadoras sem direitos trabalhistas legalizados, o êxodo rural e o inchaço urbano das grandes cidades latino-americanas (QUEVEDO, 2007).

Sader (2006) destaca que o novo ciclo de protestos estimulado no final da década de 1990 e os movimentos sociais que o protagonizaram apresentam características distintas daqueles dos anos 1960 e 1970.

A partir de 1990, a América Latina vislumbra um cenário que admite “o surgimento de um novo ciclo de protesto social [...] resultante de transformações estruturais, forjadas pela implantação do neoliberalismo nos países da região” (*Id. Ibid.*, p. 811).

Uma das características que distinguem os movimentos sociais entre esses dois períodos é o fato de que, até o final da década de 1980, um dos eixos de conflito era o conflito assalariado, particularmente o industrial. A forma de intervenção do movimento operário por meio dos sindicatos industriais era essencialmente interpelativa, de reivindicação salarial e de direitos (*Id. Ibid.*, 2006).

Outra marcante diferença está associada aos processos de concentração de renda, da riqueza e dos recursos naturais que acompanharam as políticas neoliberais, provocando a reconfiguração dos sujeitos sociais com o surgimento de novos movimentos sociais de base territorial (tanto rurais, quanto urbanos), formados, por exemplo, em relação à identidade étnico-cultural (indígenas) e à carência (movimentos sem: sem terra, sem teto), conforme afirmado por Sader (*Ibid.*, p. 812).

Esses movimentos conquistaram uma forte influência em nível nacional e internacional, que transcendeu as reivindicações setoriais, e chegou a questionar tanto as políticas econômicas neoliberais, e a legitimidade política dos governos que as impulsionam, quanto à forma constitutiva do Estado-Nação na América Latina.

No entanto, mesmo com a importância alcançada pelos movimentos de base territorial, o conflito dos trabalhadores assalariados urbanos não desapareceu, somando-se a estes os assalariados públicos, desdobrando-se as lutas em função das reiteradas políticas de reforma e privatização desenvolvidas pelas políticas neoliberais, que colocaram em prática pacotes de ajustes fiscais, exigidos e negociados pelos governos com os organismos internacionais (*Id. Ibid.*).

Para Zibechi (2004) os movimentos sociais latino-americanos estão tomando novos rumos, que os separam não apenas do velho movimento sindical, mas também dos novos movimentos sindicais dos países centrais. Destacando que a base ética

cultural dos grandes movimentos da América Latina é composta por três grandes correntes político-sociais: as comunidades eclesiais de base vinculadas à teologia da libertação, a insurreição indígena portadora de uma cosmovisão diferente da ocidental e o guevarismo, inspirador da militância revolucionária.

Embora os movimentos mais significativos apresentem diferenças espaciais e temporais que caracterizam suas trajetórias, por outro lado, possuem traços comuns, delineados por sete características em comum, levantadas por Zibechi (2004).

A primeira característica diz respeito ao “estabelecimento territorial” dos movimentos, ou seja, o estabelecimento de espaços físicos recuperados ou conquistados por meio de intensos combates. A partir da conquista de seus territórios, esses novos atores elaboram projetos, destacando a capacidade de produzir e reproduzir a vida, ao mesmo tempo em que estabelecem alianças com outras facções dos setores populares e das camadas médias (*Id. Ibid.*).

A segunda característica comum é o fato de serem independentes tanto dos estados quanto dos partidos políticos, buscando autonomia que se fundamenta na crescente capacidade em garantir subsistência aos participantes dos movimentos (*Id. Ibid.*).

O terceiro traço convergente é o que trabalha pela revalorização da cultura e pela afirmação da identidade de seus povos e setores sociais (*Id. Ibid.*).

A quarta característica comum é a capacidade para formar seus próprios intelectuais, pois estão assumindo a educação e a formação de seus dirigentes, por meio de critérios pedagógicos próprios e frequentemente inspirados na educação popular (*Id. Ibid.*).

Como quinto aspecto em comum, aparece o novo papel da mulher que ocupa lugares de destaque em suas organizações, com função decisiva nas atividades vinculadas à subsistência dos setores populares e indígenas, tanto nas áreas rurais como nas periferias das cidades (*Id. Ibid.*).

A sexta característica compartilhada está na preocupação pela organização do trabalho e pela relação com a natureza (*Id. Ibid.*).

Para finalizar, a última característica que os aproxima são as formas de ação instrumentais que, em tempos passados, a mais utilizada era a greve, que tende a ser substituída por formas autoafirmativas, pelas quais os novos atores se fazem notar e reafirmam seus traços e sinais de identidade como, por exemplo, a ocupação de terras (*Id. Ibid.*). Pode-se acrescentar a essas características, o fato de os movimentos estarem

articulados em redes; um exemplo é a Via Campesina que, de acordo com Scherer-Warren (2008, p. 508), “tornou-se um elo relevante de movimentos sociais rurais em vários continentes na luta antissistêmica frente ao modelo do agronegócio”.

Acrescentando que, segundo Gohn (2011), atualmente, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, utilizando muito os novos meios de comunicação e informação como a internet.

Outro ponto a ser destacado como característica dos movimentos sociais a partir de 1990 é a organização e participação em eventos como, por exemplo, o Fórum Social Mundial.

De todas essas características apresentadas, a que interessa compreender mais detalhadamente, neste estudo, é a da relação dos movimentos sociais com a questão da educação, da preocupação com a formação de seus integrantes, fazendo relação com a questão da integração latino-americana por meio de suas práticas educativas. Diante dessa composição, como retrata Gohn (2011, p. 334) a relação movimento social e educação ocorre de duas formas: “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”.

No que diz respeito ao caráter educativo das ações dos movimentos sociais está o aprendizado dos direitos que faz parte de uma dimensão educativa. Para Arroyo (2003, p. 30), “os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: à saúde, à moradia, a terra, ao teto, à segurança, à proteção à infância, à cidade”.

Complementa-se, corroborando com as ideias de Gohn (2011), os movimentos sociais “na atualidade, apresentam um ideário civilizatório de construção de uma sociedade democrática”. Isto ocorre com ações voltadas para a sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento, lutando contra a exclusão e por novas culturas de políticas de inclusão e reconhecimento da diversidade cultural, buscando uma ressignificação dos ideais clássicos de Liberdade-Igualdade-Fraternidade, tematizando e redefinindo a esfera pública, realizando parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, e construindo modelos de inovações sociais.

É possível acrescentar que os movimentos sociais também vêm se destacando por meio do envolvimento na construção de novas propostas de integração para a América Latina, tema que será tratado na próxima seção.



### 2.1.3 Integração da América Latina na Perspectiva dos Movimentos Sociais

Faz parte da trajetória dos movimentos sociais o ideal de construir uma integração popular a partir de suas organizações e bases sociais tendo a igualdade como elemento constitutivo de seus projetos e como princípios centrais: a autodeterminação dos povos, a solidariedade e políticas públicas de integração popular (ACMSA, 2009).

É algo novo na proposta da ALBA– TCP incluir, em sua estrutura oficial, um Conselho de Movimentos Sociais, destacando que podem fazer parte deste Conselho, Movimentos Sociais de países que não são signatários da ALBA. Tal inovação pode contribuir para concretizar e fortalecer os princípios e as propostas de integração continental a partir dos povos (*Id. Ibid.*).

Em julho de 2008, no Fórum Social das Américas (FSA), foi lançada a proposta de construção da Carta dos Movimentos Sociais das Américas que foi aprovada na Assembleia de Movimentos Sociais da ALBA, em 2009, durante o Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará.

A Carta dos Movimentos Sociais das Américas traz como premissas construir a integração dos povos desde a base e impulsionando a ALBA e a solidariedade dos povos, frente ao projeto imperialista. Pensando a integração,

É necessário construir coletivamente um projeto popular de integração latino-americana, que reformule o conceito de “desenvolvimento”, sobre a base da defesa dos bens comuns da natureza e da vida, que avance para a criação de um modelo civilizatório alternativo ao projeto depredador do capitalismo, que assegure a soberania latino-americana frente às políticas de saque do imperialismo e das transnacionais, e que assuma o conjunto das dimensões emancipatórias [...] (CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS AMÉRICAS, 2009).

Além dos preceitos de solidariedade, direito e respeito à autodeterminação dos povos; aproveitamento racional dos recursos naturais; complementaridade econômica entre os povos e países; comércio justo e cooperação entre as nações; direito à preservação da identidade cultural dos povos latino-americanos, caribenhos, nativos e indígenas; atenção às necessidades e aspirações de homens e mulheres, foi acrescida a defesa de outros princípios com a inserção dos representantes dos movimentos sociais (ACMSA, 2009):

- a) Democratização financeira: a economia deve estar voltada à redistribuição de renda e superação das desigualdades; com autonomia financeira dos governos, países e eliminação da dependência do capital estrangeiro;
- b) Soberania Alimentar: articulação de estratégias de ação, trabalho, integração e cooperação mútua que leve os povos latino americanos, em cada país a conquistar a soberania alimentar. Uma dessas ações é a criação de IALAS (Instituto Latino Americanos de Agroecologia). Nas Escolas Latino Americanas de Agroecologia os estudantes aprendem a recuperar sementes originais e produzir sob novas bases contribuindo, assim, para a soberania alimentar;
- c) Democratização das telecomunicações, das comunicações de massa e da informática: o plano é proporcionar a democratização a toda população, o acesso à internet e outros meios de comunicação. Neste sentido, estão em curso iniciativas importantes como a TELESUR, criada com a meta de ajudar a formar cidadãos críticos, informados e participativos na sociedade;
- d) Plano educativo e cultural: desenvolvimento de um plano de educação básica para erradicação do analfabetismo e priorização de programas que democratizem o acesso da população a todos os níveis de escolarização;
- e) Plano de direito à vida e à moradia digna: Criação de projetos de habitação popular por governos, cooperativas e outras formas autogestionadas. Ampliação do acesso à saúde;
- f) Plano de Integração Energética: o desafio é a elaboração de um plano de integração energética por meio de fontes alternativas de energia renovável e não poluente;
- g) Plano de Proteção ao Meio Ambiente: a partir do desenvolvimento sustentável, promover novas técnicas agrícolas, como a agroecologia, que não agride o ambiente; combatendo os monocultivos extensivos, o uso de sementes transgênicas e o oligopólio das empresas transnacionais sobre a agricultura e recursos naturais da região;
- h) Plano de Integração Cultural: desenvolvimento de um plano de valorização da cultura local e promoção da integração com as diversas formas de cultura dos povos vizinhos;
- i) Missões sociais e de solidariedade: implantação de missões sociais, com jovens militantes, em todos os países, na área da saúde pública, da alfabetização e outras ações humanitárias para enfrentamento dos problemas sociais dos quais os povos latino-americanos padecem;
- j) Plano de cooperação social com o povo do Haiti: realização de um plano de cooperação de emergência, para reunir esforços em solidariedade ao povo do Haiti, para que possam superar a grave crise social e econômica, e romper com a interferência militar a que estão submetidos.

Importante destacar que, no âmbito social, o compromisso é com a educação, que tem como objetivo criar uma rede de escolas de formação de movimentos sociais

que contribua com o desenvolvimento da consciência *grannacional*, com o fortalecimento do poder popular, com o intercâmbio de saberes e experiências, assim como com a formação para o trabalho.

Na perspectiva dos movimentos sociais, complementando o que já foi exposto anteriormente sobre a integração latino-americana, é interessante ampliar a compreensão dessa percepção de integração, isto é possível analisando fragmentos de depoimentos do documentário *Integración de Los Pueblos: una alternativa em construcción en América Latina*<sup>5</sup> (LANDER; BERRÓN, 2008), os quais seguem abaixo.

Em sua fala, Gonzalo Berrón, integrante da *Alianza Social Continental* – Brasil argumenta “Por que integração? Por que os povos das Américas, os movimentos sociais decidem apostar na integração?”. Diante destas questões acrescenta “Os movimentos e as organizações sociais que participam dessa luta e produziram alternativas, cremos que apostar na integração é uma questão de defesa de nossa soberania, da soberania de nossos povos”.

Aqui se destaca a ideia de apostar na integração entre os países latino-americanos para preservar e defender a soberania dos países, dos povos latino-americanos na luta contra a imposição do modelo neoliberal na América Latina, destacando, conforme Rafael Alegria, integrante da Via Campesina – Honduras, que “Temos que levar em conta que não há integração dos governos ou dos Estados se não tiver primeiro a integração entre os povos e essa é a verdadeira integração”.

Delineando ainda a concepção de integração para os movimentos sociais, Sebastian Valdomir, integrante da Rede Amigos de La Tierra – Uruguai destaca:

A integração regional é uma estratégia, um modo, um mecanismo, não um fim em si mesma, para conseguirmos determinadas coisas, entre elas, recuperar a soberania dos povos, recuperar o controle de seus recursos naturais, recuperar o controle sobre os sistemas políticos, sobre o sistema de previdência social, sobre os serviços de saúde, de educação, de água, o controle dos territórios, definitivamente, supõe-se dizer um não incisivo ao modelo de livre comércio que nosso continente tem experimentado nos últimos anos” (LANDER; BERRÓN, 2008).

Observa-se, neste depoimento, que a integração por si só não é uma simples alternativa, mas um instrumento que pode proporcionar a inserção no mundo

---

<sup>5</sup> Produzido pela Transnational Institute (TNI) e Alianza Social Continental (ASC). Este documentário explica desde a visão dos movimentos sociais, as histórias de fracasso do modelo neoliberal na América Latina, os processos de protesto e revoltas populares e como as lutas de resistência vêm sendo acompanhadas por um processo de busca de alternativas.

globalizado dos países latino-americanos, baseada na possibilidade de recuperação de desenvolvimento, com preservação da soberania, dos recursos naturais, partindo das necessidades dos povos e não se curvando aos ditames do comércio internacional por meio dos acordos de livre comércio.

O conceito de integração, nessa perspectiva, é muito mais amplo conforme define Miguel Palancin, integrante da *Coordinadora Andina de Naciones Indigenas* (CAOI) Peru, “Não estamos de acordo com uma integração somente comercial, estamos de acordo com uma integração que vá mais além”, esta integração deve ser “a partir dos povos, com uma integração solidária, com uma integração recíproca e com comércio que seja de povo para povo e não de multinacionais”.

O que desperta a atenção é que a concepção de integração para os movimentos sociais recai, sempre, na importância da integração dos povos, uma integração baseada na solidariedade, sem deixar de lado o aspecto comercial, mas destacando que deve ser um comércio entre os povos, em benefício dos povos e não para atender aos interesses de empresas multinacionais.

O documentário supracitado ainda apresenta que tipo de integração propõem os movimentos sociais, pautada em uma agenda dos povos que inclui várias propostas para vários setores como: reforma agrária, soberania alimentar, educação, integração financeira, direitos trabalhistas, infraestrutura, água, energia.

Para colocar em prática processos de integração dessa magnitude, há que se pensar nos desafios e no trabalho a ser realizado para que os objetivos sejam atingidos, conforme Edgardo Lander, da Universidade Central da Venezuela, é necessário pensar nos desafios e tarefas da integração e, simultaneamente, na necessidade de profundas transformações na organização do modelo produtivo, na distribuição da riqueza, na forma como está constituído o mercado interno, no modo como a energia é utilizada, e a questão da depredação da natureza.

Neste sentido, repensar estas questões compreende ampliar o campo de análise, procurando repensar o papel da integração em um mundo globalizado, observando a importância do espaço geográfico onde estes processos integracionistas acontecem.

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade [...].

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto [...] (SANTOS, 2010, p.79).

Pensando a construção de uma alternativa integracionista baseada na solidariedade e cooperação, convém fazer uma relação com o pensamento de Santos (2010, p. 20), no qual destaca que é possível “pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” [...]. Considerando que há “[...] um certo número de fatos novos indicativos de uma nova história”. Dentre estes fatos “a enorme mistura de povos, raças, cultura, gostos, em todos os continentes” [...] a mistura de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu”. Acrescentando-se, ainda, outro dado indicativo da possibilidade de mudanças que “é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um, ainda maior, dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias [...]”.

Nesta perspectiva, de “pensar na construção de um outro mundo”, referindo a construção de uma outra integração, cabe retomar a ideia da ALBA-TCP que, na visão de Sader (2009, p. 149), trata-se de uma proposta de integração que pode ser definida como “um intercâmbio em que cada país dá o que possui e recebe o que necessita, no marco das possibilidades e das necessidades dos participantes [...]”. Possibilidades e necessidades ligadas às mais variadas áreas como saúde, educação, agricultura, soberania alimentar, agroecologia.

Na América Latina, vem se construindo experiências dentro de vários movimentos sociais que trabalham concretamente em busca dessa possibilidade de integração, discutindo e desenvolvendo ações em áreas como saúde, soberania alimentar, agricultura, agroecologia e educação. Um dos Movimentos que se destaca neste sentido é o MST, o qual é o tema da próxima seção.

Nesse aspecto, há de se ressaltar que o presente estudo destaca o MST por ser um movimento de relevante expressividade na América Latina, e por suas experiências na área da educação formal, destacando seu envolvimento com ações de promoção da integração da América Latina, por meio dos conteúdos trabalhados nas escolas dos

assentamentos, bem como em sua articulação para promover a integração dos povos latino-americanos em parceria com outros movimentos sociais.

Cabe observar que a ELAA foi justamente escolhida como campo de pesquisa, por estar inserida em um assentamento do MST e por ser uma escola fruto das ações da Via Campesina no sentido de promover a integração.

## **2.2 MST Resgate Histórico: Muito além da luta pela terra**

O processo de gestação do MST, pode-se dizer, iniciou em 7 de setembro de 1979, quando da ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (MORISSAWA, 2001). Conforme Stedile e Fernandes (2012, p. 21) “[...] o MST surge, ao mesmo tempo, em vários Estados [...]”, nascendo “[...] das lutas que ocorriam, simultaneamente, nos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

Segundo Fernandes (2000, p. 50), “A Gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado”, o autor complementa ainda que “[...] a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram pelo menos quatro anos”.

Cabe aqui fazer uma observação em relação à criação do MST no Paraná, uma vez que o campo de pesquisa está localizado neste Estado. No Paraná, o MST resultou dos diversos movimentos existentes no estado, sendo eles o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL) (MORISSAWA, 2001).

A criação do MST passou por um processo de gestação:

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná [...] (FERNANDES, 2000, p. 50).

No entanto, é interessante apontar os principais fatores que contribuíram para a gênese do MST, com destaque, segundo Stedile e Fernandes (2012), para os aspectos socioeconômicos, ideológicos e a democratização do país.

O principal fator foi o socioeconômico, das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970 com a mecanização da lavoura e a introdução de características mais capitalistas que expulsaram do campo grandes contingentes populacionais (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Inicialmente, esse contingente migrou para as regiões de colonização, principalmente para Rondônia, Pará e Mato Grosso. No entanto, o próprio governo, que promovia a colonização das fronteiras agrícolas, na prática, desenvolvia uma política de estímulo à pecuária. Na realidade, a intenção do governo era promover a transferência de mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira. Assim, a perspectiva de migração para o Norte logo se desfez (*Id. Ibid.*).

Outro contingente dessa população expulsa do campo foi para a cidade, motivada pela industrialização que, no fim dos anos 1970, apresentou os primeiros sinais da crise que envolveu a indústria brasileira. Dessa forma, os camponeses expulsos do campo tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas (*Id. Ibid.*).

O segundo elemento importante na formação do movimento é o ideológico, que está ligado ao trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>6</sup> contribuiu para a reorganização das lutas camponesas e houve um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, no período da ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (STEDILE; FERNANDES, 2012). Complementando, Morissawa (2001, p. 123) afirma que sem a CPT “[...] em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou, talvez, demoraria ainda muito tempo para surgir [...]”.

Abrindo parênteses em relação ao oeste do Paraná, para exemplificar o envolvimento da CPT nas causas populares, cabe destacar nomes que atuaram ativamente em favor de lutas populares como o bispo de Foz do Iguaçu, dom Olívio Faza, do pastor Werner Fucks, de Marechal Cândido Rondon (secretário da CPT no

---

<sup>6</sup> Organismo pastoral da Igreja Católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terras que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Paraná), do pastor Kirinus, também de Marechal Cândido Rondon, e do padre Adriano Wan de Wen, de Medianeira (BRENNEISEN, 2004).

Devido ao envolvimento de religiosos nas lutas populares é interessante fazer menção aos nomes que contribuíram para a história de criação e de luta dos movimentos sociais, principalmente no Paraná, no qual está localizada a ELAA.

Outro aspecto importante sobre o prisma ideológico se refere à aplicação por parte da CPT da Teologia da Libertação<sup>7</sup>, na qual os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. Um ponto a ser observado é o fato do trabalho da CPT ter tido uma vocação ecumênica, o que fez o movimento ganhar força e unicidade, caso contrário, teria sido fracionado em várias organizações (*Id. Ibid.*).

O terceiro fator para a criação do MST tem a ver com a situação política, ou seja, o processo de democratização do país. Não é possível desvincular a constituição deste movimento da situação política do Brasil na época em questão, porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país e contra a ditadura militar. Além da luta pela reforma agrária, somaram-se o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979 e a democratização do Brasil (*Id. Ibid.*).

Nas palavras de Stedile e Fernandes (2012, p. 33) “na essência, o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade”.

Como se constituiu a designação para o movimento de MST? Não há referência a respeito de uma discussão específica sobre isso. Ao que parece, a escolha foi simplesmente a incorporação do nome pelo qual a imprensa da época chamava os trabalhadores rurais que estavam reivindicando terra, no Sul chamados de colonos sem terra e, assim, se reproduzindo como identidade (CALDART, 2004).

Morissawa (2001) argumenta que a expressão “trabalhadores rurais” foi incluída no nome no sentido de explicitar que se trata de um movimento de agricultores, de pessoas que trabalham na agricultura. Por sua vez, a expressão “sem terra” aparece, primeiramente, na Constituinte de 1946, quando foi abordada a necessidade de uma

---

<sup>7</sup> Corrente pastoral das igrejas cristãs que desenvolve uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo. A maioria de seus precursores é da América Latina: Padre Gutierrez, no Peru, Leonardo Boff, no Brasil.



reforma agrária no Brasil; depois passa a integrar o nome Master<sup>8</sup> e, a partir do final da década de 1970, a expressão, definitivamente, passa a ser propalada pela imprensa.

O MST se diferencia de outros movimentos camponeses de luta pela terra devido a três características fundamentais. A primeira é a de ser um movimento popular onde todos podem participar, ou seja, qualquer membro da família ou qualquer pessoa que queira lutar pela reforma agrária. A segunda característica é o componente sindical, no sentido corporativo. E a terceira característica é o elemento político, pois o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu conciliar o interesse particular, corporativo, com os interesses de classe (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Outro fator que distingue o MST de outras organizações de trabalhadores é a sua prática política diferenciada, por meio da criação de princípios organizativos que devem ser aplicados permanentemente: direção coletiva; divisão de tarefas; disciplina; estudo; formação do quadro técnico, político, organizacional e profissional de todas as áreas; luta de massas e vinculação com a base (*Id. Ibid.*).

Como se pode observar, a preocupação do movimento vai muito além da luta pela terra; como bem pondera Stedile e Fernandes (*Ibid.*, p. 109), “Não estamos somente preocupados com a conquista de um pedaço de terra, mas com a formação integral de toda nossa base social”.

Em sua base de organização, o MST tem um setor de educação, tornando claro que o objetivo do movimento não está apenas na conquista de terra para produzir, mas também no direito à educação e à escola. Como surgiu a necessidade de luta pela educação? O que levou o movimento a desenvolver tantas experiências nesta área?

Pois bem, além de uma trajetória histórica de luta e ocupação da terra, há uma trajetória de luta e ocupação da escola que, de acordo com Caldart (2004, p. 223), “[...] não se trata aqui de um momento de ocupação, mas sim de um processo [...]”. Um processo com os mesmos princípios educativos, mas não significando um processo exatamente igual, podendo estar concluído ou em andamento em todos os assentamentos e acampamentos que fazem parte do movimento, constituindo-se como uma possibilidade histórica para todos os sem-terra que integram o MST.

Algumas experiências, forjadas muito antes da estruturação do MST, podem servir como exemplo para retratar como se deu o início da luta pela educação.

Em 1979, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, começam a surgir a preocupação do que fazer com as mais de duzentas crianças que

---

<sup>8</sup> Movimento dos Agricultores Sem Terra. Surgiu no Rio Grande do Sul no final da década de 1950.

fazem parte do Acampamento. Então, são formados grupos de mães, que passam a orientar as brincadeiras das crianças e a explicar, de certa forma, o que está acontecendo em suas vidas, integrando-as às atividades do Acampamento (MST, 2005).

Em 1981, os colonos gaúchos acampam na Encruzilhada Natalino e, de início, não se pensava na questão da escola. A preocupação era com a segurança das crianças, evitar a exposição demasiada aos perigos da beira de estrada e discutir com as mesmas sobre a luta da qual, forçosamente, estavam participando (MST, 2005).

Neste acampamento, eram 180 crianças em idade escolar, sendo 112 delas para serem alfabetizadas, o que começou a preocupar seriamente os pais, o que motivou a articulação pela criação de uma escola estadual de 1ª a 4ª séries no acampamento (*Id. Ibid.*).

Outro exemplo é a ocupação da Fazenda Anonni, em 1985, com 1500 famílias e mais de 1000 crianças cuja preocupação, tal como na Encruzilhada Natalino, era explicar para essas crianças o porquê de estarem acampadas, organizá-las em grupos e desenvolver atividades. Com o passar do tempo, a equipe de educação passou a discutir sobre a necessidade de escola no Acampamento.

Estes foram alguns acontecimentos que deram início a uma experiência de educação formal nos acampamentos e assentamentos do MST, e a afirmação de que o Movimento ocupou a escola está baseada em pelo menos três significados elencados por Caldart (2004).

Primeiro, a mobilização das famílias pelo direito à escola, com possibilidade de uma escola diferente que realmente tivesse sentido na vida presente e futura de seus filhos. As mães foram as primeiras, juntamente com as professoras a se mobilizarem, depois os pais e algumas lideranças do Movimento.

Segundo, o Movimento, pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomou para si a assunção da tarefa de articular e organizar essa mobilização e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, formar educadores e educadoras capazes de trabalharem numa perspectiva diferente.

Terceiro, a incorporação da escola pelo MST na sua dinâmica, ou seja, a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, e a escola passou, também, a ser vista como uma questão política, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, isso vinculado às preocupações gerais do Movimento com a formação dos seus sujeitos.

O MST é um Movimento distinto que ampliou sua bandeira de luta para muito além da luta pela terra e, conseqüentemente, pela Reforma Agrária, constituindo-se a luta pela educação e pela escola um de seus principais pilares. E amplia mais ainda seu leque de reivindicações englobando o trabalho de desenvolvimento de luta pela integração da América Latina, a integração dos povos latino-americanos.

### **2.2.1 As orientações gerais do MST sobre a integração da América Latina inseridas em suas práticas educativas**

Buscando, na raiz, a origem das orientações sobre a questão do tema integração da América Latina na perspectiva do MST, é necessário remeter ao documento que trata do “Ensino de 5ª a 8ª série em áreas de assentamento: ensaiando uma proposta”, pois a discussão é problemática em torno desse tema para o Movimento em questão, já podendo ser observada em relação aos conteúdos trabalhados nas escolas dos acampamentos e assentamentos neste nível de ensino.

O documento supracitado trata das orientações metodológicas e curriculares para o ensino do segundo ciclo do Ensino Fundamental, voltada aos desafios concretos do meio rural nos acampamentos e assentamentos do Movimento.

A intenção, aqui, é apresentar os conteúdos curriculares e as áreas que têm relação com a temática da América Latina sob a perspectiva da integração. Destacando que, nos objetivos da proposta, há alusão à questão em debate:

Desenvolver uma formação política, ideológica e ética coerente com os objetivos e princípios do MST e que fortaleça a consciência de classe trabalhadora e a indignação frente às injustiças que acontecem na sociedade, especialmente na nossa grande pátria latino-americana (MST, 2005, p.140).

Os conteúdos referentes à América Latina são tratados nas disciplinas de Geografia, História, Literatura e também nos Eixos Temáticos<sup>9</sup>. Na disciplina de Geografia, o principal objetivo é que o educando compreenda o processo de produção do espaço e que se localize neste processo. Seguindo o ordenamento de conteúdos de acordo com a série: na 5ª série, os conteúdos devem ser os que possibilitem o

---

<sup>9</sup> Eixos Temáticos: são grandes temas ou assuntos, que dizem respeito à realidade que é comum ao conjunto das escolas que se relacionam com o MST. São chamados de eixos temáticos e não de conteúdos, porque não se encaixam numa só disciplina, mas sim requerem uma abordagem interdisciplinar (MST, 2005, p.144).

entendimento do processo de produção do espaço geográfico, partindo do assentamento. Na 6ª série, o processo de produção do espaço brasileiro. Na 7ª série, do espaço latino-americano e na 8ª série, a produção do espaço mundial (MST, 2005).

Partindo destes temas gerais, os conteúdos relacionados ao processo de produção do espaço geográfico latino-americano desdobram-se em (MST, 2005):

- A história da configuração deste espaço. Origem das divisões regionais;
- O desenvolvimento desigual e combinado entre os países. As transformações na divisão internacional do trabalho e a regionalização mundial;
- Exploração dos recursos e problemas socioambientais. A Amazônia pode ser um estudo específico;
- O desenvolvimento tecnológico e o processo de substituição das importações.
- A América Latina e a formação dos novos mercados regionais: Mercosul, Nafta;
- A experiência socialista em Cuba.

Percebe-se que os conteúdos relacionados ao conhecimento do espaço geográfico latino-americano são bem abrangentes, não se limitando aos aspectos meramente geográficos em si, mas envolvendo conhecimento da história da formação deste espaço, o desenvolvimento desigual, a questão da formação de mercados regionais, com destaque ainda para a experiência socialista em Cuba. Esses conhecimentos são importantes para a formação do militante dos movimentos, uma vez que os princípios educativos do MST valorizam uma educação integral que envolve também a formação política, como será apresentado mais adiante.

Já na disciplina de História, o objetivo principal é que os educandos e educandas se situem no tempo histórico, compreendam as transformações das sociedades e ampliem os seus conhecimentos gerais em relação não só a sua realidade, mas também em relação ao país e ao mundo. Estas sugestões de conteúdos a serem trabalhados pressupõem um trabalho integrado com a geografia, porque as noções de tempo, história e espaço geográfico se interligam na compreensão dos processos sociais. Os conteúdos sugeridos que versam sobre América Latina são:

- Organização das comunidades indígenas na América pré-colombiana e o perfil das diversas culturas indígenas;
- A conquista europeia da América. Destruição das comunidades indígenas. Reorganização dos modos de propriedade, de trabalho e de produção. O descobrimento do Brasil;
- A organização econômica das colônias americanas. Mecanismos de dominação e resistência presentes na exploração colonial. As principais lutas de independência;
- Na luta pela terra. Estudar as lutas principais no Brasil e América Latina;

- Nos movimentos populares: fazer um estudo dos principais Movimentos populares atuantes hoje. (MST, 2005).

Na literatura, percebe-se a preocupação com a temática englobando América Latina, pois o objetivo, além de desenvolver o hábito de leitura, é conhecer e analisar as principais correntes de literatura, não só a brasileira, mas também a latino-americana.

No eixo temático “O MST e a luta pela Reforma Agrária”, um dos temas geradores propostos para estudo é a história da luta pela terra no Brasil e na América Latina.

Nesse ponto, convém trazer para o contexto os princípios educativos do MST que auxiliam na compreensão da questão deste capítulo, observando que, conforme afirma Caldart (2004), para compreender como se constitui, historicamente, a questão da educação no MST, é preciso apreender o sentido educativo do MST, afirmando que:

[...] *os Sem Terra se constituem como um novo sujeito social*, no sentido de sujeito coletivo que passa a participar dos embates sociais. Mas, quando se trata de afirmar que o MST forma sujeitos, isso nos remete a pensar nesse sujeito, no singular, como constituído de sujeitos diversos, no plural. Porque daí podemos falar nos Sem Terra como sendo mulheres Sem Terra, crianças Sem Terra, ou os Sem Terra de origens étnicas e culturais diferentes; ou podemos falar dos Sem Terra acampados e dos Sem Terra assentados, e assim por diante... Há identidades diversas que se combinam na formação dessa identidade social mais ampla (CALDART, 2004, p. 34).

Na formação desse novo sujeito social Sem Terra, o MST construiu uma proposta de educação baseada em princípios filosóficos e pedagógicos. Os princípios filosóficos se referem à visão de mundo e às concepções gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que o Movimento entende por educação. Os princípios pedagógicos estão relacionados ao jeito de fazer e pensar a educação, para concretização dos princípios filosóficos (MST, 2005).

Os princípios filosóficos estão organizados em torno de cinco pilares descritos a seguir:

1º Educação para a transformação social. Este é o horizonte que define o caráter da educação do MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. [...]

2º Educação para o trabalho e a cooperação. [...] O que defendemos neste princípio é a relação necessária que a educação e a escola devem ter com os desafios do seu tempo histórico. [...] Para o MST, nesta perspectiva, uma

educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas do dia a dia dos assentamentos e acampamentos, que forma os trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho no meio rural, ajudando a construir reais alternativas para a permanência dos trabalhadores rurais no campo e melhor qualidade de vida para a população [...].

3° Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. O que poderíamos dizer usando uma expressão mais curta: educação unilateral [...].

4° Educação com/para valores humanistas e socialistas. [...] Estamos colocando como valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro os processos de transformação da pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e, sim, como ser e relações sociais que visem à produção e à apropriação coletiva dos bens materiais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos neste processo.

5° Educação como processo permanente de formação e transformação humana (*Id. Ibid.*, p.161).

Os princípios filosóficos acima elencados propiciam e corroboram com o fazer uma relação com o tema da integração latino-americana sob um prisma diferenciado, ratificando uma ideia de integração, de cooperação e solidariedade em benefício dos povos, trabalhando a questão de proporcionar uma educação integral que contribua para a transformação da realidade atual, por meio do trabalho e da cooperação, baseada nas premissas de valores de justiça e igualdade na distribuição dos bens.

Complementando os princípios filosóficos, destacaremos os princípios pedagógicos: 1° relação entre teoria e prática; 2° combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação; 3° a realidade como base da produção do conhecimento; 4° conteúdos formativos socialmente úteis; 5° educação para o trabalho e pelo trabalho; 6° vínculo orgânico entre processos educativos e políticos; 7° vínculo orgânico entre os processos educativos e processos econômicos; 8° vínculo orgânico entre educação e cultura; 9° gestão democrática, 10° auto-organização dos/das estudantes; 11° criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12° atitude e habilidades de pesquisa e 13° combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (*Id. Ibid.*).

Fazendo uma relação entre os princípios educativos do MST e o trabalho educativo desenvolvido sobre o tema integração da América Latina para os educandos e educandas do segundo ciclo do ensino fundamental das escolas do MST, é possível relacionar tal conteúdo aos princípios da realidade como base para a produção do conhecimento e com os conteúdos formativos socialmente úteis.

Esses dois princípios se inter-relacionam com as questões ligadas à América Latina, não obstante o fato de os alunos terem conhecimento e consciência de que estão inseridos em um contexto maior do que a sua realidade de Sem Terra, sendo cidadãos

que fazem parte de uma realidade global, inseridos em uma região denominada América Latina, que é muito mais que um simples espaço geográfico dentro de um contexto histórico.

Conhecer e compreender a sua realidade dentro de um cenário territorial mais amplo, forjado ao longo do tempo e marcado por uma trajetória de exploração das riquezas naturais e de seu povo, denominado latino-americano, é de suma importância para o Sem Terra constituir-se como um novo sujeito social. E, como destaca Caldart (2004, p. 315), observar a formação do Sem Terra é “enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”.

Todo este contexto de estudo que envolve temas geradores e conteúdos englobando a América Latina aponta um fio condutor sob a visão de integração latino-americana na perspectiva do MST, no qual se pode observar, de acordo com Martins (2010, p. 142), “[...] além do próprio ensino curricular de fenômenos que compõem o saber historicamente acumulado, vinculado ao debate da América Latina, o MST objetiva, também, difundir uma compreensão que lhe é própria acerca da integração dos povos latino-americanos”.

O autor ainda complementa que o ponto de partida curricular está no sentido de vincular a história do Brasil com a própria história do movimento, que, para seus participantes, é a história dos povos da América Latina.

Em termos de ações desenvolvidas para contribuir de forma prática com a promoção da integração da América Latina, Stedile<sup>10</sup> destaca as contribuições do MST em iniciativas conjuntas com outros movimentos sociais e parceria com governos como Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia, para desenvolver experiências que ajudem a democratizar a educação e que contribuam para a construção do conhecimento na área de agroecologia, conforme Stédile:

[...] Estamos construindo uma rede de escolas de agroecologia latino-americana, que chamamos de IALA – Instituto Agroecológico da América Latina – dentro do espírito da ALBA. Tem a rede ELAM, que é a Escola Latino Americana de Medicina, voltada para formar médicos com origens na classe trabalhadora. [...] Temos também várias experiências coletivas de multiplicação de sementes como uma forma de controlarmos as sementes na agricultura e não ficar mais dependentes das multinacionais. E, também

---

<sup>10</sup> Entrevista conduzida por Cláudio Lira por ocasião da presença de João Pedro Stedile no 15º Encontro Estadual das Educadoras e Educadores do MST, que ocorreu de 24 a 27 de set. 2009, em Salvador. Publicada no n. 2 da *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 112-127, jan. 2010.

temos uma ação coletiva de difundir um método de alfabetização dos adultos que os educadores cubanos desenvolveram que se chama método “Sim, eu posso” [...] (STEDILE, 2010, p.123).

Diante do levantamento das informações expostas, percebe-se que MST vem procurando desenvolver ações que contribuam para a integração da América Latina, principalmente na área de educação. A ELAA é uma dessas ações e integra a rede de Institutos Latino-americanos de Agroecologia (IALAS) que estão sendo implantados em alguns países da América Latina, tema do próximo capítulo.



### **3 A CONCEPÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA (ELAA)**

“La integración entre hombres y pueblos de la región como punto de partida para una integración que ha de ser universal, abarcando a todas las expresiones de lo humano, integración plural, abierta a todos los hombres y pueblos en una relación horizontal de solidaridad y no ya vertical, de dependencia”.

Leopoldo Zea

Como bem frisa Leopoldo Zea (1999) neste fragmento, a integração da América Latina, no sentido de renunciar a projetos que anulam os povos latino-americanos e que preconizam uma eterna dependência, precisa ter como ponto de partida a integração dos homens e dos povos por meio da solidariedade e da cooperação.

A integração latino-americana vem sendo posta em debate frente aos inúmeros projetos integracionistas implementados no decorrer da história. Inerente à construção destes processos, emergem outros, com propostas diferenciadas que trazem uma concepção de integração também diferenciada.

Para desenvolver essa discussão, o presente capítulo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta um histórico da ELAA, trazendo sua origem, localização e objetivos. A segunda seção detalha a organização do curso superior de Tecnologia em Agroecologia, sua finalidade, objetivos, metodologia, destacando uma particularidade do projeto de curso que faz menção à integração latino-americana.

Na terceira seção, é apresentada a perspectiva de integração latino-americana presente na proposta no Curso de Tecnologia em Agroecologia da ELAA. E finalizando, a quarta seção traz a concepção de integração da América Latina presente em suas práticas educativas.

#### **3.1 A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA): Origens**

A ELAA tem suas origens durante a realização do V Fórum Social Mundial realizado em 2005, na cidade de Porto Alegre - RS. É resultado de um protocolo de intenções e compromissos, firmado entre a Via Campesina, Governo da Venezuela,

Governo do Brasil, Governo do Estado do Paraná e instituições de ensino do Brasil e da Venezuela (PROTOCOLO DE INTENCIONES, 2005).

O protocolo, em um de seus itens, deixa clara a intenção e o compromisso da criação de cursos superiores em Agroecologia, que foi concretizado com a criação da ELAA:

Las instituciones y movimientos aquí firmantes, se comprometen a planificar la implantación, en el año de 2005, de un curso latinoamericano, de nivel superior, de formación de técnicos en agroecología. El curso latinoamericano sería inicialmente desarrollado por dos grupos. Un grupo en una universidad de Venezuela, para atender alumnos de la región andina y América Central y el Caribe. Y un grupo en el estado de Paraná, en la Universidad Federal do Paraná, para atender alumnos del Brasil y del Conosur. Los cursos se realizarán en etapas alternativas, en vista a la adopción sistemática de teoría y práctica. Y siempre serán formados por grupos con alumnos de todos los países, fortaleciendo la integración y cooperación. Los costos de esos cursos serán asumidos a la par por las instituciones y movimientos de este protocolo. Los alumnos serán seleccionados por los movimientos campesinos de cada país (PROTOCOLO DE INTENCIONES, 2005, p.1).

Destacando, ainda, que o principal objetivo do protocolo era de firmar ações para promover a soberania alimentar dos povos; assegurar as sementes e a biodiversidade como patrimônio dos povos e a serviço da humanidade; divulgação da Agroecologia como ciência orientadora da reconstrução ecológica da agricultura; a criação de cursos superiores de Agroecologia (TARDIN, 2009).

A ELAA está localizada do Assentamento Contestado, no Município da Lapa – Paraná, distante 60 km de Curitiba, onde, desde 1999, estão assentadas 108 famílias.



Fotografia 01: Assentamento Contestado, município da Lapa – Paraná

Cabe aqui ressaltar o porquê da escolha do Assentamento Contestado para a implantação da ELAA; de acordo com o entrevistado Coordenador Brasileiro nº 01, “um dos motivos é por ser uma área da reforma agrária”, já o entrevistado Coordenador Colombiano destaca que é “um ponto estratégico”.

Complementando essas informações, para dar uma explicação mais detalhada, o Assentamento Contestado atende a uma série de critérios estabelecidos e avaliados pela Via Campesina para delimitar o local, conforme itens a seguir:

- i) Geograficamente está próximo da capital do estado, o que facilita e diminui custos de deslocamentos tanto para a Escola, dado a necessidade de frequentes reuniões junto ao INCRA e IFPR e com Secretarias de Estado e outros órgãos públicos, como para efetivar articulações com organizações da classe trabalhadora dentre outras. Repercute também quanto à vinda de educandos e educadores. Neste aspecto, também favorece o fluxo de visitantes em geral.
- ii) Destaca-se sobremaneira que as famílias iniciaram o debate e tomada de posição de prioridade para a produção agroecológica desde o período da ocupação e acampamento, e tão logo tiveram acesso ao lotes, deram início a esta produção que seguiu crescendo na sequência, bem como determinaram proibição a prática da caça à fauna silvestre, como deram início na recuperação da flora nativa e da proteção de fontes d'água.
- iii) Está localizado em área que conforma a APA – Área de Proteção Ambiental Devoniana, que está amparada em legislação específica que valoriza a proteção ambiental em geral e a produção agroecológica, em que pese seguir sem qualquer política pública específica aplicada nesta direção (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 03, 16/10/2013).

Ressaltando que o Contestado é um assentamento que, desde seu início, foi discutido através dos princípios da agroecologia e da cooperação, tratando-se de um grande laboratório para as aulas práticas (ELAA, 2011, p. 4).

O local onde as aulas teóricas são ministradas é um antigo casarão, sede da Fazenda Santa Amélia, que teve uma grande importância na época do Brasil Império.



Fotografia 02: Antigo Casarão da Fazenda Santa Amélia onde as aulas são ministradas

O centro comunitário do Assentamento vem sendo reformado para atender às necessidades da Escola. Com capacidade para atender 200 pessoas, este espaço conta com: alojamentos, banheiros, cozinha e refeitório; plenária, biblioteca, telecentro, saneamento ecológico.



Fotografia 03: Plenária e sala de aula

Em relação à organização, a ELAA está estruturada em setores de trabalho e em instâncias organizativas. Os setores de trabalho e seus objetivos são:

1- Produção: planejar e implementar a produção agropecuária em bases ecológicas, atividades de processamento junto ao setor de cozinha, paisagismo, com vistas a atender as necessidades alimentares e pedagógicas da ELAA.

2- Pedagógico: planejar, organizar, acompanhar e desenvolver atividades relativas ao curso de Tecnologia em Agroecologia, à educação infantil, à formação dos trabalhadores e às estruturas de apoio pedagógico, para isto está organizado em 5 frentes<sup>11</sup>.

3- Administrativo: organizar e executar o planejamento administrativo e financeiro da ELAA, com a elaboração e acompanhamento de projetos; preparo e organização de documentos e controle financeiro; relações internas e externas e gerenciamento de patrimônio.

4- Cozinha e Refeitório: garantir a provisão e a preparação de alimentos; organização de cardápio; bem como a manutenção e higiene dos espaços de alimentação.

5- Infra-estrutura: garantir o desenvolvimento do planejamento estrutural, a organização e manutenção dos espaços coletivos e do patrimônio da ELAA (ELAA, 2011, p.5).

As instâncias organizativas são formadas pelos Núcleos de Base (NB), pela Coordenação dos Núcleos de Base dos Trabalhadores (CNBT), Coordenação dos Núcleos de Base e Coordenação dos Setores (CNB), Coordenação Executiva e Conselho da Via Campesina.

Os Núcleos de Base são responsáveis por reunir e manter a unidade do núcleo, discutir questões relacionadas à organização, trabalho e vivência na ELAA, realiza estudo, planejamento, avaliação e divisão de tarefas. Todo trabalhador e educando deve estar inserido em um núcleo de base (ELAA, 2011).

A Coordenação dos Núcleos de Base dos Trabalhadores tem como função realizar as reuniões da coordenação dos núcleos, representar os núcleos na coordenação executiva, promover o fluxo de informações entre as instâncias organizativas (ELAA, 2011).

A tarefa da Coordenação dos Núcleos de Base e Coordenação de Setores é discutir e encaminhar as demandas dos núcleos de base em relação ao funcionamento das atividades de cada setor (ELAA, 2011).

A Coordenação Executiva tem a responsabilidade de acompanhar o conjunto das atividades da Escola, implementar e encaminhar diretrizes e linhas de ação definidas por seus membros e pelo Conselho da Via Campesina (ELAA, 2011).

E, finalmente, o Conselho da Via Campesina, constituído pelos representantes dos movimentos sociais, tem a incumbência de acompanhar as atividades realizadas na Escola (ELAA, 2011).

---

<sup>11</sup> Frentes do setor pedagógico: Biblioteca, Ciranda Infantil, Pedagógico, Relatoria e Memória, Formação/Cultura (ELAA, 2011).

Em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR)<sup>12</sup> um dos objetivos da ELAA é formar tecnólogos de nível superior que tenham a capacidade de: 1) organizar banco de sementes em suas regiões, em todos os países; 2) desenvolver e aplicar novas tecnologias agrícolas que respeitem o meio ambiente sem uso de agrotóxicos, nem adubos químicos solúveis; 3) reproduzir e ampliar os conhecimentos nas organizações camponesas às quais estão vinculados; 4) organizar e orientar os camponeses e camponesas para serem multiplicadores de sementes em suas regiões; 5) criar uma base técnica homogênea em todo o continente para aplicação de novas técnicas agrícolas em defesa das sementes crioulas (IFPR, 2006).

A intenção dessa Escola é envolver diretamente jovens camponeses e camponesas para que participem na organização da produção, da cooperação e ações de preservação e conservação ambiental, nas diversas organizações campesinas da América Latina.



Fotografia 04: Reservatório de água<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Com a Lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos Federais, a escola Técnica da UFPR foi desmembrada da Universidade, e passou a ser IFPR. Atualmente é o IFPR que regulamenta o curso de Tecnologia em Agroecologia, enquanto instituição de ensino, e todos os outros cursos técnicos em agroecologia em parceria com os movimentos sociais no Estado do Paraná.

<sup>13</sup> A construção é onde estão os dois reservatórios com capacidade de 10 mil litros de água quente, obtida por queima de lenha em fornalha com uma serpentina, para uso nos chuveiros. A arte foi feita com tinta ecológica por educandas da Turma Semente Latina.

A ELAA iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2005, com a primeira turma Mata Atlântica, que formou os primeiros 22 Tecnólogos em Agroecologia. Em 2006, iniciou-se a segunda turma, Resistência Camponesa, constituída de educandos e educandas provenientes de 18 Estados do Brasil e do Paraguai. A terceira turma iniciou as aulas em abril de 2010, composta por 65 estudantes oriundos de vários países da América, dentre eles, além do Brasil, o Haiti, República Dominicana, Equador, Paraguai e da Colômbia (LIMA, 2011, p. 188).

A terceira turma, denominada Semente Latina chegou ao final do curso com 50 educandos e educandas provenientes do Paraguai, Colômbia, Equador, República Dominicana e de vários Estados do Brasil. A formatura aconteceu no dia 25 de outubro de 2013 com 49 formandos.



Fotografia 05: Turma Semente Latina<sup>14</sup>

Importante destacar que a turma Semente Latina faz parte da trajetória da pesquisa, pois era a turma que estava em andamento quando da primeira visita a ELAA em outubro de 2011 e na qual foram realizadas as entrevistas em 2013.

---

<sup>14</sup> Fotografia retirada do convite de formatura da Turma Semente Latina.

### 3.2 Organização do Curso de Tecnologia em Agroecologia

A Escola atende educandos e educandas dos Movimentos Sociais do Campo articulados à Via Campesina da América Latina e oferece o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

Para ingressar no curso, os candidatos devem atender aos seguintes critérios: ser indicado, por meio de carta enviada ao setor pedagógico, por movimento social do campo articulado na Via Campesina; ser militante do movimento que o indicou; ter disponibilidade para participar do curso, durante 3 anos e meio; ter idade mínima de 18 anos; ter perspectiva de crescimento na organização e luta dos movimentos sociais; participação em atividades preparatórias ao curso, organizadas e desenvolvidas pelas entidades/organizações mantenedoras do curso e comprovar estado de saúde que permita a realização do curso (ELAA, 2011).

Conforme informações do IFPR, o curso foi aprovado pelo Ministério da Educação em 2006, com uma carga horária de 2.700 horas e duração de quatro anos, estruturado em seis módulos e em Regime de Alternância (LIMA, 2011, p. 192).

Esse curso foi elaborado com base em diversas experiências já acumuladas pelos movimentos sociais participantes da Via Campesina, com destaque especial ao MST, por ser o Movimento que mais desenvolveu experiências de educação formal nos acampamentos e assentamentos do país.

A finalidade da ELAA é formar técnicos de nível superior em Agroecologia, tendo como objetivo:

qualificar os conhecimentos dos jovens camponeses e camponesas para uma atuação junto às famílias dos assentamentos de reforma agrária e comunidades camponesas para a promoção da agroecologia e da cooperação e a ação militante para a transformação da sociedade (TARDIN, 2009, p. 05).

O curso de Tecnologia em Agroecologia utiliza a pedagogia da alternância<sup>15</sup> que alterna dois momentos educativos: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade<sup>16</sup>. No

---

<sup>15</sup> O curso é realizado em módulos que duram aproximadamente 75 dias, o Tempo Escola, com espaços de aproximadamente 90 dias entre eles, o Tempo Comunidade (TARDIN, 2009).

<sup>16</sup> O Tempo Escola está organizado em diversos tempos educativos: 1. Tempo Formatura, 2. Tempo Aula, 3. Tempo Trabalho, 4. Tempo Círculo de Cultura, 5. Tempo Reflexão Escrita, 6. Tempo Círculo de Debate, 7. Tempo Estudo, 8. Tempo Esporte, 9. Tempo Núcleo de Base, 10. Tempo Equipe, 11. Tempo Leitura, 12. Tempo CNBT- Coordenação de Núcleos de Base da Turma, 13. Tempo CNB -, 14. Tempo Siesta, 15. Tempo UCA – Unidade Camponesa de Agroecologia, 16. Tempo Socialização de Experiência Agroecológica (ELAA, 2011)



Tempo Escola os educandos aprendem e desenvolvem o aprofundamento do conhecimento teórico, apoiados e assessorados por educadores de diferentes áreas do conhecimento; ao mesmo tempo em que desenvolvem vários trabalhos e práticas agroecológicas junto às famílias do Assentamento Contestado. Durante o Tempo Escola ainda são desenvolvidas diversas atividades organizadas em tempos educativos: Tempo de Leitura, Tempo de Trabalho, Tempo de Socialização de Experiências, Tempo Esporte, Círculo da Cultura e Noite Cultural. Há também tempos educativos dedicados à autogestão da turma, num sistema de cogestão com a Coordenação Executiva da Escola, nos quais os educandos e educandas participam da organização do espaço e convivência durante o tempo escola (*Id. Ibid.*).

Os educandos e educandas são organizados em núcleos de base, os quais escolhem um coordenador e uma coordenadora que participam da Coordenação dos Núcleos de Base da Turma (CNBT), sendo dois coordenadores escolhidos para participar das reuniões da Coordenação Executiva da Escola. Também são organizadas equipes de trabalho de: Relações Humanas, Comunicação e Cultura, Esporte e Lazer, Higiene e Saúde, Relatoria e Memória. Os estudantes ainda participam das atividades de alguns setores de trabalho: Cozinha e Refeitório, Administrativo, Pedagógico, Infraestrutura e Produção (*Id. Ibid.*).

Percebe-se que, na própria organização da ELAA, há possibilidade de envolvimento de todos os educandos e educandas no processo de todo trabalho administrativo e educativo desenvolvido na Escola e, conseqüentemente, no curso, sendo que aqui, já se pode observar uma perspectiva de concepção de integração da América Latina, pois estudantes oriundos de diversos países e movimentos sociais do campo encontram-se reunidos e envolvidos, não apenas para uma formação em um curso superior, mas uma formação integral que envolve a convivência de sujeitos sociais distintos, provenientes de países e culturas distintas, mas engajados em um mesmo referencial de luta.

Retomando a descrição da organização do curso de Tecnologia em Agroecologia, remete-se, agora, ao Tempo Comunidade, que acontece nas comunidades de origem dos educandos e educandas vinculados aos seus movimentos sociais. No período do Tempo Comunidade, eles desenvolvem diversas atividades do curso, como estágios, pesquisas recomendadas pelos educadores, sistematização e experiências agroecológicas, leituras orientadas e o Trabalho de Conclusão de Curso, bem como realizam atividades solicitadas pelo Movimento Social do qual fazem parte (*Id. Ibid.*).

Mais uma vez, é possível fazer um aparte para a questão da integração latino-americana; todas estas atividades desenvolvidas no Tempo Escola, aliadas ao Tempo Comunidade, apontam um fio condutor para o início de uma perspectiva de integração nivelada por baixo, pela base, pelos militantes dos movimentos sociais, ou seja, pelo povo latino-americano. A troca de experiências e a convivência com diversas culturas aliada à construção formal do conhecimento em Agroecologia envolve o povo e tem a possibilidade de disseminação de uma nova concepção de integração que inicia na base.

A metodologia desenvolvida no Curso é denominada de “Diálogo dos Saberes”, que tem como base o pensamento de Paulo Freire. O método é praticado por cada um dos educandos e educandas no transcorrer de todo o curso de Tecnologia em Agroecologia, durante o tempo Comunidade, junto às famílias das comunidades das quais estão inseridos. Nos períodos de Tempo Escola, são organizados em núcleos e desenvolvem cada qual, o Diálogo com uma família que vive no Assentamento Contestado (*Id. Ibid.*).

Este método pedagógico, que vem sendo desenvolvido na ELAA, proporciona ambientes e processos de práticas problematizadoras e transformadoras dos sujeitos, pois o curso está proposto:

De modo a possibilitar a realização do método de formação política, ideológica e em agroecologia e como qualquer processo de construção coletiva, seu bom resultado depende da disponibilidade, responsabilidade, determinação e compromisso dos/as participantes, para se inserirem e viverem “radicalmente” este processo transformador na coletividade e como sujeito-indivíduo (*Id. Ibid.*, p. 10).

### **3.3 A perspectiva de integração latino-americana proposta no Curso de Tecnologia em Agroecologia da ELAA**

Nas práticas educativas da ELAA, tem-se problematizado acerca de propiciar, não apenas uma formação de militantes-técnicos pedagogos em Agroecologia, mas também se percebe a preocupação em contribuir para a formação de um novo sujeito social que tenha consciência da importância da integração dos povos latino-americanos na superação de suas dificuldades e transformação da realidade.

O projeto do curso, desde sua descrição inicial, apresenta a ideia de concepção da ELAA a respeito da integração da América Latina, pois no item que trata do

mecanismo institucionalizado permanente de articulação com segmentos produtivos, a que estão vinculados os cursos para definição da oferta de cursos, vagas e para atualização curricular, faz um aporte quanto à questão da integração latino-americana destacando o que foi firmado no protocolo referenciado anteriormente:

Neste protocolo, as instituições comprometem-se com o desenvolvimento de esforços para defender os princípios da soberania alimentar dos países e dos povos, proteger e multiplicar sementes crioulas e valorizar a agricultura camponesa; incluindo busca de novas técnicas agrícolas adequadas ao ambiente e que promovam a qualidade dos alimentos. Incluindo a produção, edição, publicação e distribuição de literatura e materiais pedagógicos audiovisuais e programas de televisão educativos, que subsidiem os camponeses a ter acesso ao conhecimento sobre soberania alimentar, agroecologia, sementes crioulas, pesquisa camponesa, de forma a ampliar e popularizar o debate em torno da defesa da soberania alimentar, da multiplicação e da democratização das sementes e desenvolvimento da cooperação.

As instituições que firmaram o protocolo consideram as sementes como patrimônio dos povos e devem estar a serviço de toda a humanidade. Não cabendo sobre as sementes lei de patentes ou monopólio de seu controle e reprodução. Por isso comprometem-se a promover todo tipo de atividade para a democratização das sementes, para todos os agricultores e todas as agricultoras. Inclusive com intenções de construir redes locais, para conservação, intercâmbio e multiplicação de sementes. E redes de camponeses e camponesas investigadores e promotores da agroecologia, com o objetivo de guardar, difundir e distribuir sementes nas suas regiões e países. Comprometem-se, também, a estimular todo o tipo de intercâmbio científico entre seus pesquisadores, técnicos e camponeses, assim como com os especialistas e sábios locais das comunidades indígenas e camponesas, promovendo a integração e a mútua colaboração entre os governos e povos da América Latina. Firmam o compromisso de promover intercâmbios de sementes e de técnicas de produção de sementes entre as famílias camponesas e instituições de pesquisa dos países, assegurando que nenhuma parte dessas informações e patrimônio será objeto de qualquer forma de patenteamento ou propriedade intelectual (IFPR, 2006, p. 15).

A concepção de integração latino-americana, neste fragmento, aponta para uma integração colaborativa e solidária não unicamente entre os governos, mas também entre os povos, por meio de ações que envolvem a promoção da soberania alimentar, o intercâmbio de conhecimentos científicos e das comunidades camponesas e indígenas, proteção das sementes crioulas e valorização da agricultura com a adoção de novas técnicas. Tudo isso, principalmente, visando benefícios para os povos latino-americanos.

Importante destacar aqui que uma das principais bandeiras da Via Campesina é a promoção e defesa da soberania alimentar:

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos y culturalmente adecuados, producidos mediante métodos sostenibles, así como su derecho a definir sus propios sistemas agrícolas y alimentarios. Desarrolla un modelo de producción campesina sostenible que favorece a las comunidades y su medio ambiente. [...] La soberanía alimentaria da prioridad y consumo local de alimentos. Proporciona a un país el derecho de proteger a sus productores locales de las importaciones baratas y controlar la producción (VIA CAMPESINA, 2011).

Prosseguindo na análise do projeto, no item que trata da justificativa do curso, também se observa a preocupação com as questões referentes à América Latina e, conseqüentemente, sua integração:

O papel da educação, e por consequência dos educadores e educadoras, numa relação dialógica, é empenhar-se na transformação constante da realidade. As pessoas não podem ser objetos da ação, ao contrário, são agentes da ação, sujeitos da transformação. E a maioria das histórias das comunidades camponesas da América Latina são histórias de lutas e conflitos sociais, que acabam por repercutir no espaço geográfico, no território. Então, é preciso preocupar-se com as relações que a comunidade vai estabelecer com a produção, com o ambiente, de forma a garantir a própria reprodução familiar no espaço de vida da família. Este espaço precisa ser conduzido da maneira mais ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. E, se temos claro que toda a ação, toda a prática, envolve uma teoria, isto é, a reflexão sobre a prática ressalta uma teoria, a prática ganha uma nova significação, novos conceitos, onde os sujeitos que atuam apropriam-se tanto da prática como da teoria, com a capacidade de gerar tanto novas práticas, como novas teorias (IFPR, 2006, p. 22).

Conhecer as histórias das lutas e conflitos das comunidades camponesas da América Latina é uma forma de contribuir para uma reflexão acerca da integração dos povos, pois todos esses acontecimentos acabam repercutindo no espaço geográfico e nas relações de produção dos países. Além do que, conhecer a própria história faz os sujeitos tornarem-se conscientes de seu papel na sociedade como transformadores das condições vigentes que exploram e oprimem os povos latino-americanos.

Nos objetivos específicos do Curso, estão elencados alguns itens que também envolvem a temática da América Latina, conforme transcritos abaixo:

- Contribuir para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e a construção de um novo paradigma civilizatório para o campo latino-americano;
- Contribuir na formação de sujeitos que interfiram ativamente na realidade em busca da mudança do modelo tecnológico e produtivo na agricultura latino-americana em vista da construção de um novo desafio econômico, social, cultural, ecologicamente justo e sustentável;

- Analisar e compreender os processos biológicos, físicos, químicos, econômicos, sociais e culturais, e suas interações, no contexto dos diferentes agroecossistemas da América Latina;
- Compreender a dinâmica da produção camponesa, tanto no espaço da unidade produtiva, quanto no espaço local, regional, nacional e internacional, identificando seus pontos críticos e potenciais;
- Desenvolver bases técnicas e metodológicas para, a partir de experiências, propor análises e elaboração de políticas institucionais públicas para o campo latino-americano (*Id. Ibid.*, p. 24, 25).

Analisando esses objetivos específicos, é possível aferir a importância que a educação pode ter na promoção da integração dos povos por meio da formação dos sujeitos sociais que, com o conhecimento, podem agir e transformar a realidade na qual vivem, conforme Ricobom:

O ensino é estratégia determinante para esse outro tipo de integração porque cumpre papel multidimensional: proporciona a valorização das identidades culturais; permite a recepção crítica do conhecimento produzido fora do contexto latino-americano; promove a autovalorização das potencialidades individuais e coletivas; é fundamento para a construção de alternativas aos problemas inerentes às sociedades latino-americanas; permite diagnosticar as vulnerabilidades e assimetrias que dificultam e integram, bem como a identificar as soluções e estratégias para enfrentamento dessas dificuldades (RICOBOM, 2010, p.77).

No perfil de conclusão do curso, mais especificamente, é possível observar a preocupação com a realidade latino-americana:

Interpretar e buscar intervir na história e na realidade latino-americana com o objetivo de sua transformação, com ênfase nas questões referentes ao desenvolvimento social do campo, modelo de agricultura, cooperação agrícola e agroecologia (IFPR, 2006, p. 25).

A grade curricular do curso traz duas unidades curriculares que procuram tratar a temática da América Latina. A unidade curricular Ciências Humanas II que, por meio de sua ementa, vai trabalhar a formação histórica das sociedades com ênfase na formação e desenvolvimento do campo; a origem e formação dos povos latinos e os desdobramentos da intervenção cultural europeia nos processos sociais, políticos e econômicos e a relação com o desenvolvimento atual da América Latina.

A unidade curricular Ciências Humanas III que, de acordo com a sua ementa, vai desenvolver os conteúdos relativos à história da formação dos camponeses e do desenvolvimento do meio rural nos diferentes modos de produção e suas consequências

no campo latino-americano e brasileiro; cooperação e cooperativismo, sua importância e interações com a cultura dos camponeses.

Analisando o projeto do curso nos pontos que tratam da América Latina, as primeiras impressões indicam que um dos objetivos é propiciar aos educandos e educandas, além da formação profissional, uma formação que impulse o desenvolvimento de uma consciência integracionista, começando pelo conhecimento da história latino-americana, incentivando a participação ativa em suas comunidades e países de origem, na transformação da realidade latino-americana. Uma concepção de integração baseada na construção de um processo pensado a partir das necessidades dos povos, da soberania e bem-estar dos países latino-americanos, tendo como principais protagonistas os educandos e educandas.

### **3.4 Práticas Educativas da ELAA e a Concepção de Integração da América Latina**

As entrevistas foram realizadas nos dias 01 e 02 de setembro e 16 de outubro de 2013. Em setembro era período de finalização das bancas de Trabalho de Conclusão de Curso dos educandos e educandas. Por este motivo, estavam um pouco tensos e agitados, mas isso não prejudicou a realização das entrevistas.

De todo modo, mesmo com toda tensão de passar por uma banca examinadora de final de curso, os participantes sentiram-se à vontade para se expressar sobre o assunto, trazendo informações de grande relevo para a pesquisa.

A realização das entrevistas proporcionou informações e reflexões extremamente ricas, que serão apresentadas conforme a metodologia descrita, agrupadas em unidades de significação, no sentido de olhar para os dados sob o prisma dos pressupostos teóricos expostos e dos objetivos desta pesquisa.

Reforça-se que, de acordo com Bardin (1977), a metodologia de análise refere-se à unidade de registro que é a unidade de significação a codificar, correspondendo ao menor segmento a ser considerado como unidade de base a ser codificada, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase.

### 3.4.1 Conteúdos trabalhados relacionados à temática da América Latina

A primeira unidade de significação a ser analisada são os conteúdos trabalhados nas aulas relacionados com a temática da América Latina. Em relação a esta unidade de significação, quando da realização das entrevistas, os conteúdos destacados pelos entrevistados foram: História da América Latina; cultura dos povos; análise de conjuntura; desenvolvimento agropecuário, humano e social da América Latina; lutas sociais; lutas das classes trabalhadoras, Desenho de Manejo de Agroecossistemas.

Nestes relatos, o que despertou atenção é que alguns conteúdos aparecem em todas as falas enfaticamente, como a cultura dos povos latino-americanos, a História dos países e suas lutas, a análise de conjuntura dos países latino-americanos e a questão da luta dos movimentos sociais da América Latina. Dentro deste quadro, a fala a seguir comprova tal argumentação:

Então, dentro da temática da América Latina, dentro das aulas a gente trabalha bastante a cultura é... dos povos originários, existentes dentro da América Latina mesmo. É desde a conjuntura também da América Latina a gente busca também compreender a realidade de cada um dentro de seus países (Entrevista Educanda Brasileira nº 01, 01/09/2013).

Esta fala reflete a de todos os participantes da pesquisa, o conteúdo relacionado à cultura dos povos latino-americanos está presente em várias atividades educativas, ficando clara a importância que a escola dá ao tema, proporcionando a seus educandos e educandas conhecimento de culturas de outros países e transmissão da cultura de seus países.

Outro conteúdo sempre presente é o de análise de conjuntura dos países da América Latina destacado na fala de todos os entrevistados, demonstrando que esta questão é muito trabalhada na Escola. Para Souza (2012, p. 7), “A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimentos e descobertas, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse”. Importante destacar ainda que, na atualidade, “[...] no volume de informações, que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo”.

Como um dos objetivos da Escola é formar não apenas o técnico, mas o militante, uma vez que todos os educandos e educandas são provenientes de algum movimento social, é de suma importância a questão da análise de conjuntura de seus países, como da América Latina em si.

Complementando a ideia de análise de conjuntura e envolvendo já a temática das lutas de classes:

Aqui na ELAA a gente trabalha com algumas análises de conjuntura que traz a questão da contextualização, do contexto da América Latina se trabalha muito essa questão de como que se dá essa cultura que tem de processo histórico, digamos assim, da América Latina e como que se dá essa questão da luta da classe trabalhadora e do desenvolvimento mesmo da Via Campesina, dessa junção da Via Campesina com os demais movimentos sociais e uma integração de Via Campesina [...] (Entrevista Educando Dominicano, 01/09/2013).

A análise de conjuntura possibilita aos educandos e educandas compreender melhor a luta de classes e perceber que é possível melhorar a capacidade organizativa de seus movimentos, ampliando a capacidade de mobilização social e elevando o nível de consciência política das bases, de seus militantes.

Em relação aos processos integracionistas, fazer análise de conjuntura dos países latino-americanos, discutindo suas particularidades, pode possibilitar que os processos de integração aconteçam de uma forma mais ampla, mais completa envolvendo assim todas as áreas: econômica, política, social, cultural e educacional. Neste sentido “[...] Conhecer a fundo os problemas da área latino-americana e a origem dos mesmos, bem como as relações entre os povos que a integram, é a base essencial para preparar o caminho das soluções adequadas” (BEYHAUT, 1994, p. 7). Portanto uma integração que se queria realmente efetiva necessita respeitar as assimetrias e singularidades de cada país.

Em relação aos conteúdos de História que tratam América Latina é possível observar que são profundamente trabalhados conforme depoimento a seguir:

Então, eu acho assim que os conteúdos, por exemplo, na inserción do nosso curso que se trabalhou a História da América Latina e do inter-relacionamento de culturas na América Latina em total, como que se deu o desenvolvimento tanto agropecuário como também desenvolvimento humano, social da América Latina a partir, entre aspas, a partir do descubrimiento, que nós aqui chamamos de colonización, invasión, invasión da América Latina [...]. Mas nessa pergunta se trabalha mais estes conteúdos da História da América Latina e de como nós somos um só povo por dizer assim, uma só humanidade. Que antigamente quinhentos anos atrás se tinha diversidade de culturas, mais já foi mais integrada, um exemplo [...] se tinha uma rota, uma rua, um caminho para você fazer a troca de comércio entre os povos indígenas da Venezuela hasta el Peru, hasta aqui com Brasil. Trabalha muito, um pouco do descarte de identidade cultural e das lutas sociais, que como princípio a Via Campesina tem, as lutas sociais com igualdade, lutas sociais contra um modelo capitalista de invasor esse modelo que de alguma



forma oprime la población que não tem como defender-se por dizer assim (Entrevistado Educando Colombiano, 01/09/2013).

Neste relato, o educando Colombiano retrata que, quando se trabalha os conteúdos referentes à História da América Latina, a referência que se dá é de invasão, colonização e não de descoberta, mas que, apesar disso, deve ser vista como um todo, uma só humanidade. Também destaca que se discute a questão da identidade cultural e das lutas sociais contra o modelo capitalista que oprime os povos.

No que abarca a História, trazendo um pouco a questão integracionista da América Latina sob o aspecto comercial e cultural muito antes do “descobrimento” do Continente Americano, corroborando com a fala referenciada pelo Educando Colombiano complementa-se que:

A marcação de rotas traça caminhos de intercomunicação cultural em toda a região norte e entre o norte e o sul do continente. As viagens eram uma prática corrente e serviam para o abastecimento de produtos, mas, sobretudo para a troca de conhecimentos e histórias, mitos e experiências. Eram um meio de enriquecimento cultural que, evidentemente, foi suspenso no momento da Conquista, ao se proibir o indígena de navegar. Seguramente, as viagens e trocas continuaram sendo feitas de modo clandestino, porque parece que as histórias da Conquista contadas em um lado eram conhecidas, pelo menos em parte, pelo outro [...] (CECEÑA, 2006, p. 230-231).

A questão da diversidade cultural da América Latina, neste fragmento, aparece como possibilidade de enriquecimento cultural por meio da troca de experiências e conhecimentos.

Para finalizar esta unidade de significação, cabe fazer um aparte e destacar uma pergunta que não estava no roteiro com os educandos, mas que, no decorrer das entrevistas, considerou-se importante fazer: Quando se falava em integração nas aulas eram abordadas questões referentes aos projetos integracionistas que há na América Latina como, por exemplo, a ALBA, o MERCOSUL, a IIRSA e tantos outros, vocês discutem esses temas nas aulas?

Olha o que eu mais vejo discutir isso ou pelo menos falar, eu como já estou mais velhinho no Movimento Sem Terra sempre participei dessa discussão, mas na escola foi muito pouca essa discussão, assim IIRSA não sei nem o que é isso, mas a questão da ALBA os meninos que são da Colômbia então eles vem sempre com debate sobre a ALBA e sobre a integração do MERCOSUL, por exemplo, o que a gente discutia bastante a um tempo atrás era sobre ALCA e tudo mais. (Entrevista Educando Brasileiro nº 02, 01/09/2013)

Foram questões abordadas, mas que não foram muito, muito aprofundadas até porque, por exemplo, as aulas e a das disciplinas básicas já passaram agora ultimamente estamos nas aulas técnicas já, nosso curso já está quase acabando, mas foram abordados aqueles temas (Entrevista Educando Equatoriano, 01/09/2013).

Em certo momento, em certas aulas, alguns educadores terminam expondo na aula esse tema, termina fazendo digamos assim, colocando de um modo geral o significado de cada um desses temas, mas trabalhar eles diretamente a fundo a gente não faz (Entrevista Educando Dominicano, 01/09/2013).

Eu desde que cheguei aqui desde o começo da etapa preparatória sempre foi analisado esse projeto de integração principalmente lo que era la ALBA [...] é um espaço que se tem que fortalecer cada dia mais para que haja mais uma integración principalmente latino-americana e dos campesinos (Entrevista Educando Paraguaio, 01/09/2013).

Nestes relatos, ao que parece, os temas ligados aos projetos integracionistas existentes na América Latina são tratados, mas não são aprofundados, talvez o mais discutido seja o da ALBA – TCP por ser uma proposta integracionista que envolva os Movimentos Sociais.

### **3.4.2 Práticas Educativas nas quais são trabalhadas a Integração da América Latina**

Com as entrevistas, foi possível verificar que em várias práticas educativas a Integração da América Latina está bem presente, e sob um enfoque diferente de integração, mais voltado para a integração dos educandos e educandas, troca de experiências e conhecimentos, discussões e reflexões que auxiliam a ter uma compreensão melhor da conjuntura de cada país, como afirma o educando:

Olha, essa eu acredito que seja na troca dos conhecimentos da prática profissional, e, cada educando quando ele está aqui ou volta para o seu país ele faz uma prática Agroecologia no seu país dessa disciplina que é Desenho e Manejo de Agroecosistema e quando ele retorna, ele repassa essa prática que ele elaborou no seu país pra que todos conheçam, então, esse pra mim é um dos momentos mais ricos que tem. Então como estamos em locais totalmente diferentes um do outro, é gente dos Andes, o outro da Caatinga, outro do Cerrado, o outro da zona litoral, por exemplo, do Equador, então o clima e idiomas totalmente diferentes, então isso é o que mais fortalece essa integração, é o repasse desses conhecimentos (Entrevistado Educando Brasileiro nº 02, 01/09/2013).

Foi possível perceber na fala dos entrevistados que o intercâmbio de experiências e conhecimentos é muito trabalhado e valorizado pelos educandos. Cabe

aqui destacar, nas palavras de Freire (1983, p.28), a importância do diálogo no processo de construção de conhecimentos dos homens “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Complementando ainda:

O que se pretende com o diálogo, em que qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experiencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1983, p.34).

Essa troca de conhecimentos e experiências, de certa forma, pode contribuir para a transformação da realidade camponesa dos países da América Latina conforme relato:

[...] então nas práticas profissionais aqui a gente tenta abordar mais isso valorizar o conhecimento do camponês de uma forma que é mais voltada para a realidade do homem do campo encontrar ações práticas que sejam bem pontuais e que resolvam de imediato os problemas dos agricultores que moram no campo [...]

[...] isso tá indo para a América Latina volta com novos conhecimentos, com novas aplicações práticas e as pessoas testando isso em várias partes da América Latina e Caribe, então muitos dos educandos aqui tem feito isso e gente se fortalecendo mais ainda até com pessoas e agricultores que não fazem parte da Via Campesina que é o caso da Cooperafloresta que é uma associação de agricultores que não faz parte da Via Campesina [...] (Entrevistado Brasileiro nº 02, 01/09/2013).

Outra prática, que trabalha a questão da integração, destacada pelos educandos e coordenadores, são as noites culturais.

Na organização e realização das ‘Noites Culturais’ que são realizadas a cada sábado no período noturno. Esta atividade é planejada pela Equipe de Comunicação e Cultura conformada por representantes de cada NB (Núcleo de Base), e com variações ao longo do curso abordam vários aspectos culturais étnicos como alimentação, vestimentas, músicas e danças, artes plásticas, etc. Esta mesma Equipe se encarrega de organizar os momentos musicais, como pela manhã ou nos horários de refeições, assim como a Banda Sovaco de Cobra composta por educandos e educandas apresenta repertório musical latino-americano diverso (Entrevistado Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

Nas práticas é trabalhada desde a cultura, a valorização da cultura dos diferentes educandos, dos diferentes países, das diferentes regiões também, por exemplo, aqui se trabalha muito com, se trabalhava porque agora não já não se está fazendo muito com as noites culturais onde os educandos demonstram como é a cultura de seu país, sua região também se dança um pouco de música de lá, faz comida típica. Também se demonstra cultura no trabalho, na arte (Entrevista Educando Equatoriano, 01/09/2013).

Fazendo um adendo sobre a questão da integração cultural e se a mesma é possível, diante da diversidade cultural da América Latina, pode-se perguntar conforme Clemente (1994, p.60) “Como é que a nossa geração, as próximas gerações, faremos para reunir, integrar povos tão diversos?”.

Questão complexa para se responder. Mas, conforme Ricobom (2010b, p. 3745), “Mais do que buscar similaridades para justificar a necessidade de integração, é preciso reconhecer que a riqueza da América Latina está exatamente em sua diversidade cultural”. A autora complementa ainda “que não significa a imposição de determinada forma de cultura”.

Mas, apesar da questão cultural da América Latina apresentar-se, de acordo com Souza (2012), como um desafio, como já citado anteriormente, a cultura pode ser vista como elemento de integração, como bem argumenta Veloso:

Entendemos que as manifestações culturais, estéticas e patrimoniais dos diferentes grupos sociais podem colaborar para a constituição de novos agenciamentos, de novas e renovadas identidades coletivas, viabilizando a reprodução social de diferentes grupos sociais [...], e possibilitando novas articulações entre cultura e desenvolvimento sustentável. Mas uma vez, a cultura pode conectar recursos simbólicos, econômicos e políticos. O que se deseja enfatizar é a importância dos muitos saberes existentes em nosso continente, a riqueza e a diversidade de nossa cultura e de nossa arte. [...] (VELOSO, 2008, p. 2-3).

Posta sob o prisma de elemento de integração, pensar a cultura como campo de possibilidades interativas e propositivas na organização dos interesses coletivos é uma tarefa necessária para todos os envolvidos no processo de integração (VELOSO, 2008).

Assim, entre desafio e possibilidade de integração, a cultura pode ser analisada como fator importante nos processos de integração, destacado por Ricobom (2010, p. 3746) que diz “O diálogo intercultural não se propõe a encontrar um acordo absoluto, que permita minimizar as diferenças, e que ao final se coloque como universal”. E complementa ainda que “é preciso, pois, encontrar um critério que proíba a adoção de teorias ou práticas sociais como regras gerais, ou que permita a universalidade em sentido concreto e abstrato, ou seja, que não significa a imposição de determinada cultura”.

Neste sentido, a integração cultural, na perspectiva da ELAA, acontece na troca de conhecimentos entre os educandos e educandas: cada um fala, ensina sobre a cultura de seu país, de sua comunidade e também conhece a dos outros países. Reconhece-se na

sua cultura e conhece a cultura do outro num processo de respeito e valorização cultural dos diferentes países latino-americanos e Estados brasileiros.

Prova disso são as noites culturais, uma das práticas educativas mais destacadas pelos entrevistados, na qual é possível observar a importância que é dada à preservação da identidade cultural de cada país. Soma-se a esta prática o Tempo Formatura<sup>17</sup> e a Mística, que também abrem espaço para o trabalho de integração:

[...] Acredito também, outra forma assim era através da mística, de manhã, vocês vivenciaram um pouco este momento ali de manhã, antes era um pouco mais forte no decorrer do curso vai ficando um pouco cansativo, todo mundo vem um pouco cansado, anteriormente essa parte era forte, eles traziam as bandeiras dos movimentos dentro da mística traziam bastantes elementos dos países, das lutas camponesas, das lutas indígenas era bem carregado [...] (Entrevista Coordenadora Colombiana, 02/09/2013).

Na realização das místicas, sejam abordando temas étnicos culturais, históricos, políticos, lutas populares, etc. (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

A intenção não é aprofundar a discussão conceitual do significado da mística<sup>18</sup>, pois o entendimento é complexo dependendo da abordagem escolhida, o interesse aqui é compreendê-la sob o enfoque do MST. Para o Movimento, a ideia de mística abarca dois significados combinados.

Mística como “um sentimento muito forte que une as pessoas em torno de objetivos comuns [...] Mas a mística também evoca a materialização (geralmente simbólica) desse sentimento na beleza de ambientação, nas celebrações, na animação proporcionada pelo canto, pela poesia, pela dança, pelas encenações de vivências, que devem ser perpetuadas na memória, pelos gestos fortes, pelas homenagens solenes que se prestam a combatentes do povo; lembra os símbolos do Movimento, seus instrumentos de trabalho e de resistência, seus gritos de ordem, sua agitação, sua arte (CALDART, 2004, p. 209-210).

Sob o enfoque da formação dos sem-terra, a reflexão sobre o sentido de vivenciar a mística envolve três aspectos: a relação entre a mística e a formação dos valores humanos que sustentam a escolha de continuar na luta, a relação da mística e o

<sup>17</sup> Tempo Formatura: tempo diário do conjunto da ELAA destinado à motivação das atividades do dia, conferência das presenças por Núcleo de Base, informes gerais e cultivo da mística do cuidado individual e da coletividade, e fortalecendo a unidade como Via Campesina e Classe Trabalhadora, cultivando a Identidade camponesa Latino-Americana e o sentimento Internacionalista (Documento Orientador ELAA, Lapa, 2001, p. 13).

<sup>18</sup> Para saber mais sobre o sentido originário ver Fabiano Coelho. A Prática da Mística e a Luta pela Terra do MST, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Dourados, 2010.

cultivo da história ou da memória do povo e a mística como experiência de produção cultural (CALDART, 2004).



Foto 06: Tempo Formatura, cultivo da Mística

Outra prática destacada na qual se trabalha a integração é o próprio método pedagógico e modelo organizativo da Escola:

[...] Então, como os educandos são oriundos de países da América Latina, então é uma das coisas que ajuda nessa integração é o próprio método pedagógico, porque os educandos, eles se reúnem nos núcleos de base e eles têm diversos tempos educativos, então um dos tempos educativos que mais ajuda até o próprio coletivo criar uma identidade latino-americana é o círculo de cultura, noites culturais, então esse é um dos aspectos que auxilia nessa integração latino-americana. A outra é essa relação dos movimentos sociais mesmo, então o educando vem pra cá ele tem vínculo com a organização social, ele não é separado, ele já tem um vínculo ele já tem uma militância no seu movimento social, então isso possibilita que a gente entre em contato com as outras organizações, dialogue sobre os educandos e dialogue sobre a própria Escola (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 01, 01/09/2013).

Pelo princípio da autogestão, a Equipe Pedagógica distribuiu os educandos e educandas para a conformação dos Núcleos de Base - NB segundo alguns critérios, dentre os quais o da nacionalidade, distribuindo de forma o mais equânime possível para que em todos os NB tenha assegurado a diversidade de nacionalidade e regionalidade, uma vez que do Brasil, há jovens oriundos de todas as regiões. Esta instância básica da auto-organização permanece com a mesma composição por toda a etapa e completamente reorganizada a cada etapa seguinte, proporcionando ampla integração ao longo do curso (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

De forma similar, a Equipe Pedagógica orienta a composição dos grupos por alojamento, onde a convivência é intensa, como para compor as equipes por Setor de Trabalho, que são: Administrativo, Pedagógico, Cozinha e Refeitório, Produção e Infraestrutura. Tanto para o alojamento como para os Setores, a cada etapa se reconfigura os respectivos coletivos (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

Mais uma vez a questão cultural presente na fala, com destaque para o *Círculo da Cultura*<sup>19</sup> e as noites culturais, cujas atividades desenvolvidas auxiliam na criação de uma identidade latino-americana.

O aprofundamento da identidade latino-americana certamente demanda outro estudo, por isso, a que se fazer aqui apenas uma menção para compreender a contextualização do termo com relação à problematização que envolve o presente estudo que é uma concepção de integração da América Latina.

Assim, nesta pesquisa, apresenta-se a definição posta nos estudos de Alves:

Neste trabalho, adotaremos então a definição de identidade como o posicionamento subjetivo do ser humano diante de uma realidade histórica e social que o leva a sentir que compartilha conteúdos simbólico-afetivos com outros indivíduos, compondo assim um grupo ao qual há um sentimento de pertença. Ao colocarmos o termo 'posicionamento' em nossa concepção pretendemos frisar dois aspectos: o primeiro é de que há necessariamente uma postura ativa do sujeito e o segundo é que se trata de uma configuração subjetiva dinâmica e nunca rígida, pois depende de fatores históricos, sociais e situacionais para emergir como identidade.

Por conteúdos simbólico-afetivos, entendemos elementos culturais, que, justamente por serem culturais, são simbólicos, ou seja, são construídos e carregados de um valor que é significado socialmente. Assim, podemos falar de valores, crenças, representações, normas, atribuições de sentidos, memórias, gostos, interesses, etc., e também de elementos mais concretos como língua, história, religião, ritos, hinos, datas comemorativas, personalidades, festas públicas, etc. Todos esses conteúdos simbólicos são carregados de afeto e de valor, atribuídos de forma distinta por cada indivíduo na cultura, a partir das vivências pessoais e sociais estabelecidas (ALVES, 2013, p. 28).

A pesquisadora complementa que entende “a identidade latino-americana como um posicionamento de identificação que se funda em sentimentos de pertença à região e

---

<sup>19</sup> Tempo *Círculo de Cultura*: tempo destinado à aprendizagem em processos coletivos que podem envolver socialização de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades artísticas, através do artesanato, da música, da dança, da poesia, do teatro entre outros. Tempo destinado ao cultivo e reflexão das diversas expressões da cultura popular relacionadas a Identidade Camponesa, valorização da luta, dos lutadores e lutadoras e dos símbolos da Classe Trabalhadora. Exibição de filmes. Mostra de filmes com temas relacionados ao conteúdo trabalhado nas etapas (Documento Orientador ELAA, Lapa, 2011).

de compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos entre seus habitantes” (ALVES, 2013, p.40).

Uma prática não destacada nas entrevistas, mas que chamou atenção como uma prática educativa que apresenta elementos para análise em relação à questão da integração latino-americana é a composição de músicas por educandos e educandas. Portanto, é interessante destacar alguns trechos de letras de três músicas (Anexos 02, 03, 04) compostas pelos educandos da ELAA no sentido de complementar a ideia.

Este é o reggae da escola latino-americana...  
Tremulando as bandeiras da nossa case da revolução,  
Combatendo o inimigo contra toda forma de opressão.  
Construindo um projeto soberano popular,  
Com força e valentia a vitória vamos conquistar.  
(REGGAE DA ELLA)

Que tamos fazendo aqui? O quê?  
Nós viemos contribuir? Com quê?  
A nossa soberania!!! Faze!!! [...]  
[...] E o caminho continua, fazendo a nossa história.  
Com estudo e trabalho, conquistaremos a vitória.  
(O QUÊ DA ELLA, Autoria Coletiva ELAA, 2010)

Unindo todos os povos  
Para a vitória conquistar.  
(Música Jornada Agroecológica, Autoria Brigada Chico Mendes, 2012)

As letras das músicas destacam a questão da construção de um projeto popular, de contribuir com a soberania, a união dos povos para a conquista da vitória e destaque para a forma de conquista que é através do estudo e do trabalho.

Essas questões de união dos povos, preservação da soberania e construção de um projeto popular, ao que parece, demonstra que os educandos e educandas têm claro que isso só é possível por meio da educação e do trabalho.

### **3.4.3 Concepção de Integração da América Latina da ELAA e Ações que Demonstram como esta Integração está Acontecendo**

Aqui o ponto central da pesquisa: “a concepção de Integração da América Latina” retratada na fala de educandos, educandas e coordenadores. A concepção de Integração da América Latina na perspectiva da ELAA vê a América Latina como um todo, um só. Um encontro de culturas, uma integração não apenas de países, mas de pessoas, destacando fortemente o fortalecimento dos movimentos sociais latino-



americanos e também o fortalecimento da América Latina.



Fotografia 07: Colcha de Retalhos exposta no teto do refeitório<sup>20</sup>

Alguns fragmentos das entrevistas deixam explícito este encaminhamento de ideias, como é possível observar a seguir:

A gente busca como o próprio nome já diz Escola Latino América de Agroecologia, então agente aqui dentro da escola não busca separar muito sabe como que outras pessoas de fora ou que está fora dos movimentos sociais diz não, aqui é Brasil aqui é outro país e aqui outro país, a gente tem a América Latina como um só, sabe [...] (Entrevista Educanda Brasileira nº 01, 01/09/2013).

A integração também é vista como um processo em construção, conforme o Educando Colombiano quando diz “Eu acho essa parte sempre vai estar em construcción, ou seja, agora nós podemos ter, a escola pode ter uma concepção de integrar diferentes pessoas, diferentes países, porque isso é um processo que está em constante crescimento e desenvolvimento [...]”.

Um ponto que está presente na concepção de integração é ênfase ao fortalecimento dos movimentos sociais e consequentemente o fortalecimento da

<sup>20</sup> A "colcha de retalhos" - foi feita coletivamente pelos Núcleos de Base - NB dos Educandos e das Educandas e da Brigada Chico Mendes, cabendo a cada NB confeccionar um fragmento a partir de um dos princípios filosóficos e pedagógicos da ELAA, sem conhecimento dos demais, e foi tecida por ocasião da 'mística' de encerramento da etapa VI do curso superior de Tecnologia em Agroecologia com a Turma Semente Latina. Nas palavras de José Maria Tardin: “Portando a 'colcha de retalhos' marchamos entoando canções e palavras de ordem até o refeitório onde a mesma foi afixada”.

América Latina.

[...] porque eu acho que o maior objetivo da ELAA é fortalecer essa relação com a América Latina, então quando o curso foi aberto nos dos primeiros momentos vieram pouca gente de outros países da América Latina e do Caribe e ultimamente isso se fortaleceu mais, então acho que, ela tá bem interligada nisso, nessa concepção de fortalecimento de seus movimentos sociais, fortalecer a América Latina principalmente visando o trabalho que a Agroecologia e a formação de técnicos pedagogos (Entrevista Educando Brasileiro nº 02, 01/09/ 2013).

Nas respostas dos educandos e educandas da pesquisa não está completamente explícita a concepção de integração da América Latina, mas, nas entrelinhas, é possível apreender que é uma concepção diferente, uma integração baseada na troca de conhecimentos e experiências, de construir um projeto de luta social, por meio da integração entre as pessoas, entre os movimentos sociais.

Nas palavras do Coordenador Brasileiro nº 02 a concepção de integração latino-americana da ELAA é definida nestes termos:

Em La Via Campesina, e por sua vez na ELAA, a integração é tomada como processo social pleno dos Povos Latino-Americanos orientada pelo princípio do internacionalismo segundo a diversidade de povos, ou seja, a pluriculturalidade e plurinacionalidade. Fundamenta-se também no internacionalismo segundo a proposição das lutas históricas da classe trabalhadora pela emancipação humana com plena superação das formas sociais desumanas e desumanizantes e de depredação da natureza onde o horizonte histórico é tomado como devir, um vir a ser mais no processo de humanização continuado do conjunto da humanidade e o estabelecimento de uma sociedade humana única e diversa, sem fronteiras geográficas e qualquer forma de preconceito étnico, cultural, político, de sexo e gênero, crença, entre outros. Nesta perspectiva, toma de Ernesto Che Guevara o sentido pleno de sentir-se indignado com qualquer violência praticada a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo e colocar-se em ação por sua superação.

Tal declaração revela uma concepção de integração tomada como um processo social dos povos latino-americanos, pelo estabelecimento de uma sociedade única e diversa, sem fronteiras geográficas e livres de qualquer tipo de preconceito, na busca pela superação das dificuldades e conquista da emancipação humana por meio das lutas da classe trabalhadora.

Uma integração que leva em consideração a diversidade dos povos, a diversidade de culturas, tendo a diversidade como fator unificador.

[...] O que significam, pois, as imagens do “mundo” chamado *América Latina*, termo engenhoso e unificador, por forças externas, de tantas culturas diferenciadas? Se pretendemos uma real unidade latino-americana, é preciso, em primeiro momento, dar sentido não àquilo que temos de semelhança, mas ao que temos de diferente, que nossas diferenças não sejam “qualidades opacas” e que ganhem, enfim expressão. A partir daí podemos construir um mundo comum [...] (NOVAES, 2006, p. 10-11).

No contexto da ELAA baseado nos relatos dos participantes da pesquisa, tanto de educandos, educandas como de coordenadores, várias ações demonstram como a Escola está contribuindo para a Integração da América Latina. Nas palavras dos coordenadores, as ações ficam por conta das atividades desenvolvidas na escola que dão suporte ao educando para interferir e transformar o espaço do qual é proveniente: a participação em Seminários; Jornadas Agroecológicas; a vinda de representantes e dirigentes de movimentos sociais da América Latina para debater a Agroecologia; a articulação dos movimentos sociais proporcionada pela vinda de educandos de vários países latino americanos.

Na parte acadêmica os educandos têm algumas atividades, que ajudam nesta integração, como experimentações agroecológicas e o método Dialogo de Saberes, onde eles também fazem atividades com as famílias, atividades técnicas, atividades agroecológicas com as famílias [...] É outra que pode ser mencionada é essa própria, essa articulação com os movimentos sociais, então os educandos não estão isolados. Esse ano mesmo ocorreu Seminário, Seminário da Via Campesina, então possibilitando essa integração também dos povos. Então vem bastante representantes e dirigentes dos movimentos sociais que vem debater a agroecologia aqui na escola e como essa Agroecologia se fortalece nas diferentes localidades (Entrevista Coordenadora Brasileira nº 01, 02/09/2013).

Este processo tem início no interior da La Via Campesina Latino-Americana através da sua Comissão de Formação e Educação, onde se toma decisões quanto a conformação da Turma de Educandos e Educandas, sendo definido a distribuição de vagas para cada Movimento Camponês. Assim, fica assegurada a composição diversificada das Turmas, na medida em que os Movimentos indiquem seus jovens para o curso. No cotidiano da Escola, a integração se estabelece plenamente, uma vez que a convivência em regime de internato gera tal oportunidade, a qual é pedagogicamente orientada (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02).

Tem sido um dos diferenciais dos movimentos sociais do campo a participação em redes de movimentos, como é o caso da Via Campesina, e também a organização e participação em encontros, seminários e outros eventos, especialmente em Jornadas de Agroecologia. E, como salienta a Coordenadora Brasileira nº 01, os educandos não estão isolados, a Escola proporciona a participação nestes eventos como forma de

aquisição de conhecimentos, fortalecimento da militância e integração.

O intercâmbio de conhecimentos e informações também é uma das ações destacadas que estão acontecendo, proporcionando e contribuindo para a integração.

Eu acho que fortalece mais de outra forma a visita de membros da Via Campesina quando passam aqui, então eles vem trocar conhecimentos e saberes como que está em seus países e aí dá pra gente ter uma ideia melhor como que tá a relação na Via Campesina até porque atualmente tem se fortalecido mais nos documentos da própria Via Campesina, então quando ela é divulgada acho que isso fortalece mais (Educando nº 04, setembro, 2013).

Uma das ações da Escola que mostram a integração, por exemplo, um exemplo mais claro assim é as pessoas da escola, trabalhadores da Escola eles conseguem sair da Escola pra outro país da América Latina e mesmo a dar aulas no mesmo contexto que acontece aqui. Tem o caso do José que já saiu para o Equador e outros países, tem caso de educando daqui do assentamento, por exemplo, que vai para Cuba estudar que termina levando um pouco sobre a Escola [...]. Essa questão de intercâmbio de informações de conhecimentos que se vai uma pessoa vai levando termina essa integração mesmo da Escola através da ida pra lá e pessoas que vem pra cá (Entrevista Educando Dominicano, 01/09/, 2013).

A conformação da La Via Campesina por si mesma confirma a concepção de integração na prática, e por sua vez, na ELAA, tal feito se apresenta tanto na composição da Turma de educandos e educandas, como na composição da equipe de militantes que trabalha na Escola, como na diversidade de visitantes oriundos de diversos países latino-americanos, da América do Norte, como dos demais continentes, com fins de intercâmbios de curta, média e longa duração, como para pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação. A ELAA toma parte de uma rede de Escolas de Graduação em Agroecologia que vem sendo organizadas pela La Via Campesina, constituída hoje por quatro Escolas, sendo situadas duas no Brasil – Paraná e Pará, e uma no Paraguai e outra na Venezuela. Estas por sua vez estão articuladas aos cursos de pós-graduação oferecidos pelo Governo de Cuba, como pela Universidade Andaluzia na Espanha. Tem-se ainda a Escola Nacional de Agroecologia – ENA no Equador, a qual realiza um curso de agroecologia em caráter de extensão para camponeses, camponesas. Para além das oportunidades de integração de cunho acadêmico, há uma diversidade de oportunidades geradas pela La Via Campesina de intercâmbios, de Encontros, Congressos, Conferências, Cursos Populares para Camponesas e Camponeses. Estas oportunidades estão concatenadas com a ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas, que inclui tanto a integração dos Estados Nações como dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02).

A Escola proporciona o fortalecimento do vínculo entre os movimentos sociais do campo, o que, conseqüentemente, fortalece a luta, como destaca o educando Equatoriano “O que demonstra que está sendo realizada a integração é esse vínculo que se tem entre a Escola e os movimentos sociais e a Via Campesina, então isso daí vai

englobando, vai massificando a nossa luta, porque a nossa luta tem que ser internacional”.

O fato de a Escola estar aberta para receber educandos e educandas de vários países da América Latina é uma das ações que indicam como a integração está acontecendo.

Eu acredito que o próprio fato de ser uma escola de movimentos sociais e o próprio fato de ter enviado é, como se diz, convites pra mais educandos estarem cada vez mais participando, da América Latina e Caribe também tá participando aqui eu acho que já é uma forma de integração que a Escola proporciona (Entrevista Educanda Brasileira nº 01, 01/09/ 2013).

Quanto às contribuições da ELAA para a integração da América Latina um resultado concreto é a própria ELAA que, por meio de suas práticas educativas e suas ações, vem contribuindo para esta integração.

Na formação política-ideológica, é como ela, é... diretamente ela tá atingindo lá a gente tem uma ideia, através desta parte que eu mais compreendo que é essa parte pedagógica que ela tá sendo atingida, é como ela tá sendo levada além, assim eu não tenho muitos elementos talvez o Zé Maria tenha mais, que tá mais articulado com a Via Campesina, mas eu acredito que tá acontecendo, ela tá acontecendo. Como eu trabalho no setor pedagógico a gente sempre vê o pessoal responder e-mail entrar em contato com a gente sobre os educandos, então tem esse vinculo, então se tem este vinculo acredito que é porque tá acontecendo lá o pessoal tá conseguindo dialogar, discutir (Entrevista Coordenadora Brasileira nº01, 02/09/2013).

O que se percebe como estratégias de promoção da integração pela ELAA é o envolvimento nos encontros e jornadas de Agroecologia, que também são espaços de participação política que contribuem para que os educandos e educandas retornem para seus países e estados com conhecimento teórico e prático, e, assim, possam agir sobre a realidade de suas comunidades transformando-as.

Bom a Escola tem se envolvido em vários encontros, espaços de participação política e também dentro da linha da Agroecologia, então acredito que, por exemplo, que algumas vezes, eventos, algumas jornadas de Agroecologia, construção não só da Escola mas sim de várias organizações da inclusive da Via Campesina também, que tem resultado que não é uma questão só da Escola mas junto com outros que implementar essas ações acredito que assim importante para construção de nosso conhecimento mesmo os estudantes as vezes se veem desafiados a produzir a escrever um pouco em relação a esse projeto, talvez sai algumas linhas assim em relação a uma construção latino-americana de um projeto popular. É também uma questão ali que fortalece, eu sou da Colômbia, e vários estudantes aqui são de outros países talvez essa questão agora não esteja tão materializada, mas agente está construindo na

perspectiva de vir aqui compreender um processo que é nacional que não é só daqui da Escola. A Escola ela é uma ferramenta. Mas é, acredito assim que uma perspectiva de fortalecer esses projetos políticos na América Latina, pelo menos nos países que aqui se encontram atuando nem que seja como estudante, ou seja, como trabalhador permanente da Escola. Então acredito, os frutos dessa integração se dão quando os estudantes voltam lá pra suas bases de vez, com algumas ferramentas teóricas-práticas em relação a Agroecologia, na concepção política também, porque essa não é só uma escola que trabalha a parte de técnica em si, é uma Escola que trabalha a relação mais política, compreensão do modelo econômico. Acredito que é neste sentido que os resultados vão ser apontados (Entrevista Coordenadora Colombiana, 02/09/2013).

Outra forma de contribuir para que a integração aconteça é o envolvimento da Via Campesina no sentido de oportunizar a formação técnica em Agroecologia em nível de graduação, e também de pós-graduação, o que proporciona a expansão da Agroecologia nas comunidades da América Latina, uma vez que os cursos são oferecidos aos participantes de movimentos sociais do campo dos países latino-americanos.

No âmbito acadêmico, é mister destacar que La Via Campesina passou a oportunizar a formação técnica em agroecologia com a participação de centenas de jovens do campo e que muitos destes tem alcançado níveis de pós-graduação, que por sua vez tem atuado na expansão da agroecologia junto as comunidades camponesas por toda a América Latina. No caso do Brasil, a ELAA se constitui na primeira escola técnica de graduação em agroecologia, e desde então, esta experiência influenciou a emergência de várias outras iniciativas de graduação e pós-graduação a partir da rede pública de Universidades e Instituto Federal, configurando um dinâmico movimento de educação em agroecologia que se destaca internacionalmente na atualidade. É fundamental registrar que a pioneira iniciativa posta em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na constituição das primeiras Escolas Técnicas de Agroecologia de Nível Médio no Brasil, processo este iniciado em 2002 e em 2005 a ELAA como primeira iniciativa de graduação, configura um marco histórico na medida que rompe com a ‘cerca do latifúndio do conhecimento’ em ciências agrárias que desde sua origem seguiu sendo hegemônica pelos interesses do capital na agricultura tanto para impor a artificialização e submissão da agricultura à indústria no que ficou conhecido como ‘revolução verde’, como na atualidade com o agronegócio sob domínio de gigantescas corporações internacionais. Ademais desta incomensurável ruptura no âmbito acadêmico e científico, esta iniciativa determinou a criação das profissões de técnico e tecnólogos em agroecologia devidamente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, como pelo Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alcançando ainda, como já assinalado, os níveis de pós-graduação: especialização e mestrado (Entrevistado Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

Como é possível observar por meio da análise das entrevistas, a ELAA tem realizado várias ações que contribuem para a integração da América Latina. Claro que, sob um viés mais voltado para a educação, que proporciona aquisição de conhecimento,

troca de saberes e experiências que auxiliam no fortalecimento da luta dos movimentos e proporcionam aos educandos condições de atuarem em suas comunidades de forma a transformar suas realidades.

Outro ponto observado é o da educação como formadora de uma concepção diferente de América Latina, de integração latino-americana, posto que não é apenas uma educação formal, mas uma educação popular, já que a ELAA é fruto da articulação de movimentos sociais latino-americanos. Desta forma é interessante destacar que:

A educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. As variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para uma identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania (BATISTA, 2004, p.10).

Assim, neste contexto, a educação é um dos pilares que proporciona aos sujeitos o protagonismo do processo histórico, político, cultural e educacional, o que contribui para a construção de uma concepção de América Latina e de integração diferente, como vem sendo apresentada do decorrer deste trabalho.

#### **3.4.4 Relação da implantação de cursos na área de Agroecologia e a integração latino-americana**

Convém incluir aqui uma questão que envolve a relação da implantação de cursos na área de Agroecologia com a promoção da integração latino-americana. Esta foi uma das questões feitas, em particular, aos coordenadores da ELAA, na qual eles afirmam, em suas respostas, que existe uma relação e mostram como isso contribui para a integração.

O ponto central está no processo social que foi sendo configurado na América Latina a partir dos anos de 1980 com a articulação continental dos Movimentos Sociais do Campo que culminou na fundação em 1992 da La Via Campesina e em 1994 da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo. Tal processo possibilitou que os Movimentos Sociais do Campo encontrassem uma compreensão comum quanto à ação do capital no campo através das corporações transnacionais em escala continental e mundial, e por sua vez da tomada de consciência de articular as forças sociais do campesinato tanto para enfrentar a ordem do capital como para forjarem iniciativas para sua superação. É neste contexto que se toma nos Fóruns Internacionais da La Via Campesina e CLOC a decisão pela agroecologia para orientar a reconstrução ecológica da agricultura e superar

de forma crescente as formas de produção do agronegócio e seus impactos negativos sobre as populações camponesas e a sociedade em geral e a crescente depredação da natureza. Esta decisão pela agroecologia colocou de imediato a exigência da formação técnica profissional, e de início, verificou-se que apenas em Cuba, a partir dos anos de 1990 é que se tinham cursos técnicos de agroecologia. Frente a tamanho desafio, os Movimentos Sociais deram início à criação das escolas e cursos técnicos em agroecologia, sendo o MST, pioneiro nesta seara, e em seguida veio a configurar a rede de escolas no Brasil e na América Latina (Entrevista Coordenador Brasileiro nº 02, 16/10/2013).

Segundo Stédile (2009), existem vários desafios a serem enfrentados dentro dessa proposta de Agroecologia. Dentre eles, a existência de poucos profissionais da área agrônômica que podem ajudar a multiplicar os conhecimentos agroecológicos e, assim, realizar o verdadeiro fomento rural; a hegemonia da academia brasileira pelos preceitos do agronegócio; a dificuldade em convencer os agricultores que são possíveis adotar práticas agrícolas coadunadas com a natureza; a influência da hegemonia do capital sobre a agricultura.

Para enfrentar esses desafios, o MST tem dedicado esforços para multiplicar o ensino da Agroecologia, sobretudo nos níveis médio e superior, procurando levar esse esforço para toda América Latina, por meio da associação com outros movimentos sociais do campo, destacando a construção da rede de Institutos Agroecológicos Latino-americanos de Agroecologia (Ialas) com o objetivo de ter escolas e proporcionar o intercâmbio entre diferentes países (STÉDILE, 2009).

[...] a gente defende que a Agroecologia é um modelo, um novo modelo, não é uma alternativa é um novo modelo [...].

[...] vem muito da pauta dos movimentos sociais a Agroecologia, os movimentos sociais eles querem um novo tipo de agricultura. Que não seja agricultura do capital, agricultura dos capitalistas, da nova hegemonia que tá aí, da hegemonia neoliberal, a gente quer uma agricultura diferente, uma agricultura voltada para os camponeses.

[...] a gente precisa propor um novo modelo, uma nova forma de viver, não é nem mais uma nova matriz é uma forma de viver em diferentes áreas, ou seja, no assentamento, ou seja, nas comunidades tradicionais, é uma nova forma de viver. E essa nova forma de viver que a gente entende é a Agroecologia, porque a Agroecologia ela é multidisciplinar, ela não vai trabalhar um aspecto, por exemplo, da agricultura ela vai entender que uma família, uma comunidade agroecológica precisa de vários fatores para ela acontecer seja cultural, seja social, seja política, étnica então ela valoriza vários conhecimentos da agricultura popular também aliado a ciência (Entrevista Coordenadora Brasileira nº 01, 01/09/2013).

No depoimento acima, a entrevistada defende a Agroecologia como um novo modelo em oposição ao modelo capitalista do agronegócio e não como uma alternativa,



dando ênfase em ser uma nova forma de viver que pode ser adotada em diversos locais, comunidades, países. Isso porque, na Agroecologia, se trabalha vários aspectos como a dimensão política, cultural e social, valorizando os conhecimentos da agricultura popular aliado à ciência.

Em relação à Agroecologia como um modelo para a Via Campesina ela é priorizada como ferramenta de luta:

[...] La agroecología elimina la dependencia de los agrotóxicos; rechaza la producción animal industrializada; utiliza energías renovables; permite garantizar alimentación sana y abundante; se basa en los conocimientos tradicionales y restaura la salud e integridad de la tierra. La producción de alimentos en el futuro estará basada en un creciente número de personas produciendo alimentos en forma diversa y resiliente.

La agroecología protege la biodiversidad y enfría el planeta. Nuestro modelo agrícola no solo puede alimentar a toda la humanidad sino también es el camino para detener el avance de la crisis climática enfriando el planeta a través de la producción local en armonía con nuestros bosques, alimentando la biodiversidad y la reincorporación de la materia orgánica a sus ciclos naturales (VIA CAMPESINA, 2013).

A Agroecologia é o pilar fundamental para a construção da soberania popular e alimentar, compreendida também como parte integrante da resposta às crises e aos grandes desafios globais que a humanidade enfrenta (Declaração de Surin<sup>21</sup>, 2012).

Importante complementar que:

Nessa perspectiva, a Agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza, e ao mesmo tempo agir para sua transformação. É condição para a sua promoção que o camponês/camponesa assumam uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, que busque desenvolver tecnologias apropriadas às condições locais de solo, relevo, clima, vegetação, interações ecológicas e também sociais, econômicas e culturais, e o técnico-militante-educador em Agroecologia têm por tarefa apoiá-lo nesse processo. Portanto, a criação das redes de escolas [conhecido por Institutos] de Agroecologia, como parte do protocolo de intenções assinado no Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre no ano de 2005, tem por objetivo, contribuir na formação dos povos latino-americanos através da educação profissional e tecnológica em agroecologia. Por exemplo, o IALA Paulo Freire, na Venezuela, teve a experiência de editar o documento reitor (documento construído desde as organizações da Via Campesina e o Ministério de Poder Popular para a educação superior) (LIMA; STRONZAKE, J. e STRONZAKE, J., 2012, p.10).

E, mais uma vez, a educação aparece como possibilidade de integração, já que, por meio da formação de técnicos e implantação de escolas em vários países da América

<sup>21</sup> Declaração construída pela Via Campesina durante o Primeiro Encontro Mundial sobre Agroecologia e Sementes Camponesas realizado em Surin, Indonésia. Disponível [www.mst.org.br/content/camponeses-realizam-encontro-mundial-sobre-agroecologia-esemenes-criolas](http://www.mst.org.br/content/camponeses-realizam-encontro-mundial-sobre-agroecologia-esemenes-criolas)

Latina, contribui para disseminação não só do conhecimento em Agroecologia, da formação do profissional, mas também da formação do sujeito social enquanto militante de movimentos sociais e atuante em seus países, suas comunidades de origem.

Ao longo de todo este capítulo, buscou-se apresentar as práticas educativas que trabalham a questão da integração da América Latina, bem como compreender qual a concepção de integração latino-americana da ELAA. Iniciou-se pela apresentação da ELAA, sua origem, organização e curso oferecido, seguido da análise do projeto do curso de Tecnologia em Agroecologia, e finalizando com a análise e discussão das entrevistas.

No contexto das informações levantadas, tanto no referencial teórico como por meio da realização das entrevistas, a concepção de integração da América Latina na perspectiva da ELAA abarca um novo projeto de integração voltado para aspectos que envolvem mais a dimensão social, cultural e educacional.

Neste processo de construção de um projeto integracionista diferenciado, a educação assume um papel fundamental para os Movimentos Sociais e para a ELAA, como foi possível observar nos relatos das entrevistas com alusão à criação de escolas e cursos, principalmente cursos na área de Agroecologia. Percebe-se a educação como fator não só de construção do conhecimento e possibilidade de transformação da realidade, mas também como fator de integração para o fortalecimento dos povos latino-americanos.

Diante da construção de um projeto diferenciado de integração, vale trazer para a discussão os questionamentos:

Como vemos o mundo em que vivemos? Em que medida somos originais ou apenas reprodutores de uma percepção já pré-fabricada e padronizada dos diversos fenômenos e elementos do ambiente que nos cerca, induzida pela cultura hegemônica, por uma forma rotinizada de vivenciar o mundo, e por uma subjetividade pessoal medrosa, defensiva, que teme a variação, o novo, a aventura interior e a ousadia da transformar a história? (VASCONCELOS, 2002, p. 23).

Relacionando esses questionamentos com a concepção de integração da ELAA, é possível aferir que a Escola, seus educandos e educandas e coordenadores veem o mundo, mais especificamente a América Latina, como um todo e que, apesar de ser diversa em suas culturas, em seus povos, está unida pelas lutas sociais em prol de melhores condições de vida para o povo latino-americano.

E nesta luta por meio do trabalho e da educação, sem medo de transformar a realidade, proporciona aos seus educandos e educandas, enquanto sujeitos sociais, o protagonismo desta história, tendo a Agroecologia como um novo modelo capaz de proporcionar uma transformação no campo com a produção de alimentos saudáveis, garantindo a soberania alimentar dos países latino-americanos.

Diante desse contexto, as impressões que ficam é que a integração da América Latina, sob uma perspectiva diferenciada de cooperação, solidariedade, intercâmbios de conhecimentos e preservação da cultura, tendo a educação como um dos principais instrumentos, já pode estar acontecendo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma pesquisa apresenta-se como um desafio delimitado pelo planejamento de uma trajetória, que exige do pesquisador buscar dar sentido ao trabalho que será realizado. Nesse contexto, é importante retomar os principais pontos abordados ao longo do percurso teórico-metodológico e a forma como a análise das entrevistas propiciou um diálogo com tal referencial teórico.

Compreender e analisar a concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da Escola Latino Americana de Agroecologia foi a intenção central da pesquisa.

O referencial teórico proporcionou contextualizar o objeto da pesquisa, dar suporte para as análises e a pesquisa de campo. A realização das entrevistas enriqueceu o estudo porque foi possível um contato mais próximo com a realidade, com os sujeitos da pesquisa, o que possibilitou esclarecer vários pontos, confirmar alguns indícios, algumas ideias e perceber que não há verdades prontas e acabadas quando se propõe a realizar uma pesquisa. Também foi possível vislumbrar a possibilidade de abertura de espaços para novas pesquisas diante de tantas informações que afloraram durante a realização do estudo.

Discutir a integração latino-americana é uma tarefa que, conseqüentemente, necessita estar associada a uma compreensão do contexto histórico da origem e formação da América Latina, seus potenciais de integração e possibilidades de fragmentação.

No referencial teórico, o objetivo foi contextualizar o objeto de estudo, trazendo um panorama por meio do resgate da história, focando em alguns aspectos como a origem da denominação América Latina, perpassando pelo debate envolvendo a discussão entre integração e fragmentação latino-americana, e, por fim, fazendo uma panorâmica de alguns projetos integracionistas que vêm sendo colocados em prática.

Deu-se ênfase a ALBA – TCP por apresentar um projeto diferenciado procurando englobar as dimensões econômica, política, social, cultural e educacional. Destaca-se que a ALBA – TCP é a primeira proposta integracionista que propõe a participação de movimentos sociais por meio do Conselho de Movimentos Sociais.

Outro ponto que foi importante discorrer neste trabalho é a categoria movimentos sociais, procurando conceituar o que é movimento social, destacando os movimentos sociais na América Latina, especialmente o MST.

O resgate da história de formação do MST, de sua luta pela terra, que vai muito além envolvendo fortemente a luta pela educação, ofereceu suporte para compreender como o Movimento vê a importância da educação para formação desse novo sujeito social proposto pelo MST. E também compreender a relação com a concepção de integração proposta pelos movimentos sociais, mais especificamente o MST, e, conseqüentemente, pela ELAA.

A perspectiva de integração latino-americana trabalhada na ELAA comprova, em parte, a hipótese inicial de que a concepção de integração da América Latina na perspectiva da ELAA está baseada na integração dos povos por meio da cooperação, solidariedade, preservação da identidade e da soberania dos povos latino-americanos, sendo possível visualizar a mesma perspectiva de concepção de integração entre os movimentos sociais da América Latina: o MST, a ALBA e a ELAA.

Mas, porque comprova em parte tal hipótese? Porque, dentro do que foi possível levantar de dados e informações, apesar da ALBA – TCP ter uma proposta integracionista inovadora envolvendo várias dimensões com ênfase na solidariedade, na complementaridade, justiça e cooperação entre os países membros, proporcionando a participação de movimentos sociais, é uma proposta de iniciativa de governos, portanto aspira um desenvolvimento não apenas nas áreas social, cultural e educacional, mas principalmente na área econômica, com a criação dos projetos e empresas *Grannacionais e os Tratados de Comércio dos Povos*.

Assim, apesar dos princípios da ALBA-TCP pautarem-se pela solidariedade e complementaridade levando consideração as possibilidades e necessidades dos países membros o enfoque acaba sendo na área econômica. E mesmo concebendo o comércio não com um fim em si mesmo, tem o comércio como um instrumento para alcançar o desenvolvimento. Cabe destacar ainda que por ser um bloco a proposta de integração fica limitada a poucos países latino-americanos, enquanto que na Concepção da ELAA e do MST a possibilidade de integração se amplia, pois não há uma delimitação imposta de participação de apenas alguns países, como acontece com a ALBA. Outro fator é que quando o enfoque recai para análise da concepção da ELAA, no que foi possível levantar diante dos dados coletados a questão da integração econômica não aparece, no

entanto alguns elementos a mais fazem a diferença quando da análise da perspectiva da concepção de integração da América Latina.

Portanto, no que tange aos movimentos sociais, mais especificamente o MST, a proposta de integração está voltada para integração dos povos latino-americanos, baseada no intercâmbio de conhecimentos e experiências por meio da educação, com a implantação de escolas e cursos que possam contribuir para a formação de um novo sujeito social, capaz de transformar a realidade de sua comunidade, por sua vez, contribuindo para a transformação da realidade latino-americana, até hoje descrita como de exploração e subordinação, para uma realidade de emancipação humana através das lutas, do trabalho e da educação.

E, seguindo essa linha de raciocínio, a ELAA, por ser uma Escola fruto da articulação de movimentos sociais (Via Campesina) com a participação direta do MST, traz a mesma concepção de integração descrita acima, mas com alguns elementos a mais.

Esses elementos incluem um aspecto da integração vista mais de perto com a integração entre os povos que acontece na própria convivência do dia a dia da Escola entre os educandos e educandas, no intercâmbio de culturas, conhecimentos e experiências proporcionados pelas atividades educativas que a Escola oferece.

A integração, vista de forma mais abrangente, quando do retorno dos educandos e educandas para seus países de origem, no caso dos estrangeiros, e para seus Estados, no caso dos brasileiros podem aplicar os conhecimentos adquiridos, melhorando suas condições de vida e contribuindo para o desenvolvimento de suas comunidades.

As impressões ao final deste estudo apontam para uma concepção de integração latino-americana que está baseada na cooperação, na solidariedade e na integração dos povos, envolvendo as dimensões política, social, educacional e cultural em prol do desenvolvimento, da soberania e do bem estar dos povos da América Latina.

Complementando, diante das informações levantadas até o momento, depreende-se que a ELAA revela, por meio de suas práticas educativas que se inserem no projeto do curso de Tecnologia em Agroecologia, em seus objetivos, conteúdos curriculares e nas finalidades do curso, o desenvolvimento de um trabalho que envolve a integração da América Latina. E com o papel de contribuir para a formação de um novo sujeito latino-americano que possa ser agente transformador da realidade latino-americana na qual está inserido.

É possível concluir que as práticas educativas da ELAA se materializam como um instrumento de promoção da integração da América Latina, sendo que essa promoção de integração latino-americana, na perspectiva da ELAA, é uma integração proporcionada pelo acesso à educação, que inicia com a possibilidade de ingresso de militantes de vários movimentos sociais de países da América Latina, sendo fomentada fortemente a integração entre esses educandos, proporcionando troca de conhecimentos e experiências, valorização da cultura de cada povo, e proporcionando não apenas formação técnica, mas formação política.

A ELAA defende um projeto popular e agroecológico para a América Latina e, nessa perspectiva de integração dos povos, o intuito é que os educandos e educandas, ao retornarem para seus locais de origem, levem os conhecimentos adquiridos, os valores e técnicas aprendidos, conscientes do compromisso moral, ético, social e educacional que cada um têm com seus povos e movimentos sociais aos quais pertencem.

Diante do contexto apresentado, espera-se ter contribuído para reflexão acerca do debate em torno da temática da Integração da América Latina, reforçando a necessidade de novas pesquisas sobre o tema sob a perspectiva de uma proposta diferenciada de integração.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ACMSA. **Cartilha da Alba**. 2009. Disponível em: <<http://www.albamovimentos.org/wp-content/themes/canvasmv/imagens/cartilhaALBA.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

ALBA. **¿Cuáles son sus Principios Rectores?** 2009. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **¿Qué son los TCP Tratados de Comercio de Los Pueblos?** 2009. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América. **Declaración Conjunta entre el presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el presidente del consejo de Estado de la República de Cuba para la creación del Alba**. Havana, Cuba, 2004. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

ALBA-TCP. Bolivarian Alliance for the Peoples of Our América. **Declaración Política Del Consejo de Movimientos Sociales del Alba, Caracas**. 2008. Disponível em: <[www.alba-tcp.org/content/documents-de-la-vi-cumbre-de-cms](http://www.alba-tcp.org/content/documents-de-la-vi-cumbre-de-cms) > Acesso em: 15 de nov. 2013.

ALIANZA DEL PACIFICO. **Declaración Mérida sobre la Alianza del Pacífico**. 2008. Colombia, Ministério de Relaciones Exteriores. Disponível em: <[www.cancilleria.gov.co/international/consensus/pacifc-alliance](http://www.cancilleria.gov.co/international/consensus/pacifc-alliance)>. Acesso em: 09 mar. 2013.

ALVES. C. B. **Integração, Identidade e Universidade na América Latina**. Dissertação de Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <[repositorio.unb.br/bitstream/10482/13184/2013\\_CandidaBeatrizAlves.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13184/2013_CandidaBeatrizAlves.pdf) > Acesso em: 21 out. 2013.



ANTUNES, R. As vias abertas na América Latina. **Revista Sem Terra**, v. 12, n. 51, jul./ago. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/files/RST51.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

ARAÚJO, L. R. de. Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo (coord.). **Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2008.

ARROYO, M. G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

ASC - Aliança Social Continental. Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos. **Cadernos de Formação**, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/materiais-graficos/1/publicacoes-rebrib>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & (Filhos), 1982.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil e América do Sul: adeus à condição de quintal**. 2010. Disponível em: <<http://alainet.org/active/40362>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

BANSART, A. El Caribe. Una Sola posibilidad de integración: La diplomacia de Los Pueblos. Caracas, Venezuela. Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. **Cuadernillos Nueva Diplomacia**, República Bolivariana de Venezuela. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, M. do S. X. **Educação Popular em Movimentos Sociais: Construção Coletiva de Concepções e Práticas Educativas Emancipatórias**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – CES. Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/lab.2004/pdfs/MARiadoSocorroXavierBatista.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab.2004/pdfs/MARiadoSocorroXavierBatista.pdf)> Acesso em: 8 nov. 2013.

BEYHAUT, G. Dimensão cultural da integração na América Latina. **Estud. Av.** Vol.8, nº 20, São Paulo, jan/abr. 1994. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-40141994000100019&script=sci\\_arttex](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-40141994000100019&script=sci_arttex)> Acesso em: 29 nov. 2013.

BOLIVAR, S. **Carta da Jamaica**. Kingston, 06 de septiembre de 1815. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblbio/bolivar/jamaica.asp>>. Acesso: 09 mar. 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRAGA, R. S. **UNASUL em ação**. Fundação Perseu Abramo. 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/unasul-emacao>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm>>. Acesso em: 13 maio 2013.

BRENNEISEN, E. **Da Luta pela Terra à Luta pela Vida: Entre os Fragmentos do Presente e as Perspectivas do Futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRUIT, H. H. A Invenção da América Latina. **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <[http://anphlac.org/reload/anais/encontro5/hector\\_bruit.pdf](http://anphlac.org/reload/anais/encontro5/hector_bruit.pdf) >. Acesso em: 13 maio. 2013.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

CARRION, M. da C.; PAIM, E. S. **IIRSA Desvendando os Interesses**. Núcleo Amigos da Terra Brasil. 2006. Disponível em: <<http://organizacaopopular.files.wordpress.com/2011/12/iirsa-desvendando-interesses.pdf>> Acesso em: 13 maio. 2013.

CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS AMÉRICAS. 2009. Disponível em: <[www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6277](http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6277) >. Acesso em: 09 mar. 2013.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2006.

CECEÑA, A. E. Uma versão mesoamericana da América Latina. In: **Oito Visões da América Latina**. Adauto Novaes: Organizador. Editora Senac: São Paulo, 2006.

CELLI JÚNIOR, U. Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo. In: **Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2008.

CLEMENTE, E. **Integração: Língua, Cultura e Literatura**. Porto Alegre: EDIPURS, 1994.

D'ARAUJO, M. C. **Prospectos da democracia na América Latina em 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.offnews.info/dow.loads/DemocraciaAmericaLatina2006.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA. **Declaração da 14ª Cúpula do Mercosul**. Brasília, 2012. Disponível em: < [www.socialmercosul.org/declaração-de-brasilia](http://www.socialmercosul.org/declaração-de-brasilia) > Acesso em: 27 nov. 2013.

DECLARACIÓN FINAL DEL SEMINÁRIO. **Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul?** 2006. Disponível em: <[http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes\\_financeiras/Declaracao\\_seminario\\_Integracao.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/Declaracao_seminario_Integracao.pdf)>. Acesso em: 13 maio. 2013.

DECLARACIÓN POLÍTICA DE LA V CUMBRE DEL ALBA. 2007. Disponível em: <[www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=New&file=article&Sid=1801](http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=New&file=article&Sid=1801)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

DECLARAÇÃO DE SURIN. 2012. Disponível em: <[www.mst.org.br/content/camponeses-realizam-encontro-mundial-sobre-agroecologia-esemenes-criolas](http://www.mst.org.br/content/camponeses-realizam-encontro-mundial-sobre-agroecologia-esemenes-criolas)> Acesso em: 8 nov. 2013.

DIAS, W. da S. **A Ideia de América Latina nos Livros Didáticos de Geografia**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <[www.teses.usp.br/.../8/8136/.../WAGNER\\_DA\\_SILAV\\_DIAS.PDF](http://www.teses.usp.br/.../8/8136/.../WAGNER_DA_SILAV_DIAS.PDF)>. Acesso em: 13 maio. 2013.

ELAA. **Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA: Documento Orientador**, Lapa, PR: 2011.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R. **América latina: da construção do nome à consolidação da ideia**. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 30-42, jul./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/números\\_anteriores/topoi23\\_202\\_america\\_latina.pdf](http://www.revistatopoi.org/números_anteriores/topoi23_202_america_latina.pdf)>. Acesso em: 13 maio. 2013.

FERNANDES, B. M. 27 Anos do MST em Luta pela Terra. In: **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitake, organizadoras. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERES JÚNIOR, J. **A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como Necessidade e Como Problema nas Ciências Sociais. **Ideação - Revista da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.** Centro de Educação e Letras. Cascavel, PR, v. 10, n. 1, p. 41-62, 1º semestre, 2008.

FUNES, P. **América Latina: los nombres del nuevo mundo.** Disponível em: <<http://escritorioalumnos.edu>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina.** 39. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** v. 16, n. 47, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/a05.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. **Organizações internacionais: história e práticas.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IANNI, O. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IEA-USP. **Textos.** Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/iannienigmas.pdf>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

IFPR, Instituto Federal do Paraná. Projeto de Curso Tecnologia em Agroecologia. Curitiba. 1ª Versão. 2006. Disponível em: <[http://www.vidanocampo.com.br/downlods/projeto\\_politico\\_pedagogico\\_if.pdf](http://www.vidanocampo.com.br/downlods/projeto_politico_pedagogico_if.pdf)> Acesso em: 14 maio. 2013.

IIRSA. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional.** 2012. Disponível em: <[http://translate.googleusercontent.com/translate\\_c?depth=1&ei=OHmhUOS1Guu00Q](http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&ei=OHmhUOS1Guu00Q)>. Acesso em: 13 maio. 2013.

IOKOI, Z. M. G. Movimentos sociais na América Latina: mística e globalização. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **América Latina: encruzilhadas da história contemporânea.** São Paulo: Xamã, 2003.

LANDER, E. ; BERRÓN, G. **Integración de los pueblos:** una alternativa en construcción en América Latina. Documentário produzido por Transnational Institute (TNI) e Alianza Social Continental. 2008. Disponível em: <<http://www.tni.org/es/multimedia/integraci%C3%B3n-de-los-pueblos>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

LIMA, A. do C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR:** processos formativos na luta pela emancipação humana. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2011-Aparecida-do-Carmo.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

LIMA, A. C.; STRONZAKE, Judite, STRONZAKE, Janaina. **A Internacionalização da Educação e a Construção de Identidade de Classe: Contribuições da Via Campesina em Processos Educativos Agroecológicos na América Latina.** In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo na Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns. 2012, Pelotas. **Anais eletrônicos... Pelotas:** UFPEL, 2012. Disponível em: <<http://vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2008/Aparecida%20do%20Carmo%20Lima.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2013.

LIMA, J. F. de. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. **Ideação - Revista do Centro de Educação e Letras do Campus Foz do Iguaçu**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MALAMUD, C. **La Alianza de Pacífico:** un revulsivo para la integración regional en América Latina. 2012. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/ari46-2012](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari46-2012)>. Acesso em: 09 mar. 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Pesquisa. In: **Fundamentos De Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, F. J. Ações educativas e integração no MST. **Revista Integração.** v. 16, n. 61. p. 138-144, abr./jun. 2010. Disponível em: <[http://FTP.usjt.br/pub/revint/61/138\\_61pdf](http://FTP.usjt.br/pub/revint/61/138_61pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2012.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: **O Capital.** Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Nova Cultura: São Paulo: 1996.

MEKITARIAN, E. A Integração Latino-Americana. **Pensamento & Realidade** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração – FEA, v. 04, n. 9. 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentos/article/view/8510>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

MELO, F. R. ALBA: entre a aposta pela integração e a dependência do contexto político dos países membros. In: **Boletim Meridiano**. v. 13, n. 132, p. 24-30, jul./ago. 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb./index.php/MED/article/view/72/5725>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

MERCOSUL. Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL. **Página Brasileira do Mercosul**. 2012. Disponível em: < [www.mercosul.gov.br/o-mercossul-na-vida-do-cidadao/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercossul](http://www.mercosul.gov.br/o-mercossul-na-vida-do-cidadao/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercossul) > Acesso em: 22 out. 2013.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**. Trad. Silvia Jawerbaum; Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORALES, A. G. M. Processo de institucionalização da educação ambiental. **Série Cadernos Temáticos da Diversidade**, Secretaria do Estado da Educação, Curitiba, v. 1, p. 10-25, jun. 2008.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990 – 2001. **Caderno de Educação**, Veranópolis, RS: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa Agrária – ITERRA, n. 13, 2005.

NOGUEIRA, A. P. F. A luta dos movimentos sociais do campo na América Latina pelo acesso à educação: uma questão de autonomia. **Anais da XII Jornada do Trabalho**. Curitiba. 2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXII/GT3/Alexandre%Peixoto%20F,%20Nogueira.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

NOVAES, A. et al. Perto de um mundo distante. In: **Oito Visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ODDONE, C. N.; GRANATO, L. Los nuevos proyectos de integración regional vigentes en América latina: la alternativa bolivariana para nuestra América y la comunidad sudamericana de naciones. **Oikos - Revista de Economía Heterodoxa**, v. 6, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/17/13>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Geopolítica da América Latina**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PÁDUA, A. S. de. *ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?* Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2012. [Dissertação de Mestrado em História]. Disponível em: <[www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduação/Historia/adrian.pdf](http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduação/Historia/adrian.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

PEREIRA, R. C. **O Mercosul e a Unasul na atual conjuntura**. Carta Maior. 2012. Disponível em: < [www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Internacional/O-Mercosul-e-a-Unasul-na-atual-conjuntura/6/26441](http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Internacional/O-Mercosul-e-a-Unasul-na-atual-conjuntura/6/26441) > Acesso em: 22 out. 2013.

PETRAS, J. América latina: 30 anos depois de Che Guevara. In: PÉRICAS, L. B.; BARSOTTI, P. (Orgs.). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã. 1999.

PIMENTEL, L. O. **Integração regional e autonomia do seu ordenamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2009.

POMAR, V. **Integração da América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/sengepr/docs/www.senge-pr.org.br>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

PORTAL ALBA-TCP. **¿Qué es Alba-TCP?** 2009. Disponível em: <[www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080](http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

PORTAL ALBA – TCP. **ALBA – TCP**. 2010. Disponível em: <http://www.alba-tcp.org/content/alba-tcp> Acesso em: 08 set. 2013.

PORTAL ALBA – TCP. **Concepto Grannacional**. 2010. Disponível em: <<http://www.alba-tcp.org/contenido/concepto-grannacional>>. Acesso em: 16 out. 2013.

PORTAL ALBA – TCP. **Consejo de Movimientos Sociales del ALBA –TCP**. 2010. Disponível em: < <http://www.alba-tcp.org/contenido/consejo-de-movimientos-sociales-0> > Acesso em: 08 set. 2013.

PORTAL BRASIL. **Mercosul Social e Participativo**: Comissão de Coordenação de Assuntos Sociais. 2012. Disponível em: < [www.secretariageral.gov.br/internacional/mercosul-social-e-participativo/comissao-de-coordenacao-de-ministros-de-assuntos-sociais-ccmas](http://www.secretariageral.gov.br/internacional/mercosul-social-e-participativo/comissao-de-coordenacao-de-ministros-de-assuntos-sociais-ccmas) > Acesso em: 22 out. 2013.

PROSPECTIVA: Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais. **Integração Regional na América Latina**: o “processo real” e a visão da Aliança Social Continental. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.rqic.alternatives.ca/forum/prospectivacut.pdf>>. Acesso: 13 maio. 2103.

PROTOCOLO DE INTENCIONES, **Protocolo de Intenciones y Compromisos que Hacen Entre Sí**: La Vía campesina, El Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, El Gobierno del Estado de Paraná y Instituciones de Enseñanza del Brasil y de Venezuela. Tapes-RS, 2005. Disponível em:<<http://www.biodiversidalla.org/content/view/full/15490> > Acesso em: 13 maio. 2013.

QUEVEDO, J. A perspectiva de compreensão da América Latina a partir de seus movimentos sociais como possibilidade de percepção da integração. In: **Movimentos sociais na América Latina**: desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria, RS: Evangraf, 2007.

RIBEIRO, D. **América Latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RICOBOM, G. UNILA: a contribuição do ensino para a integração da América Latina. **Ideação** - Revista do Centro de Educação e Letras do Campus Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010a.

RICOBOM, G. A Integração Latino-Americana e o Diálogo Intercultural: Novas Perspectivas a Partir da Universidade. In: XIX Encontro Nacional da CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010b. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <http://www.conpedi.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3573.pdf> > Acesso em: 8 nov. 2013.

ROJAS MIX, M. **Los cien nombres de América**: eso que descubrió Colón. Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

ROUQUIÉ, A. **Extremo occidente**: introducción a América Latina. Trad. Daniel Zadunaiski. Buenos Aires: Emecé, 1991.



SADER, E. et al. Movimentos Sociais. In: **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, T. dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, nº 34, jan/abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2013.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SECRETARIA GERAL DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Mercosul Social e Participativo: Construindo o Mercosul dos Povos com Democracia e Cidadania**. Brasília: Ibraes, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <[www.rpms.ufsc.br/programas/Ilse%20Scherer%CRH.pdf](http://www.rpms.ufsc.br/programas/Ilse%20Scherer%CRH.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2013.

SOUZA, N. A. de. América Latina: as ondas da integração. **OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 90-129. 2012. Disponível em <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

SOUZA, H. J. de. **Como se faz análise de conjuntura**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

STEDILE, J. P. Crise e revolução: o movimento dos trabalhadores do campo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, PR, v. 1, n. 2, p. 112-127, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/view/4278/3457>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, J. P. A Agroecologia e os Movimentos Sociais do Campo. **Revista Agrícolas: experiências em Agroecologia**. Edição Especial. Rio de Janeiro: AS – PTA, outubro 2009. p. 153-162. Disponível em: < [aspta.org.br/wp-content/up/oads/2012/05/numero-especial.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/up/oads/2012/05/numero-especial.pdf) > Acesso em: 21 out. 2013.

TARDIN, J. M. et al. **ELLA: uma escola camponesa para a emancipação humana**. Escola Latino Americana de Agroecologia – Experiências Camponesas de Agroecologia. Lapa, Paraná. [S. l.: s. n.], nov. 2009.

TRATADO DE MONTEVIDÉU. MONTEVIDÉU. 1980. Disponível em: < [http://www.fed.unl.br/CI/CEE/OI/ALADI/Tratado\\_de\\_Montevideo\\_1980\\_ALADI.htm](http://www.fed.unl.br/CI/CEE/OI/ALADI/Tratado_de_Montevideo_1980_ALADI.htm) > Acesso em 14 maio. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNASUL. *Tratado constitutivo da UNASUL*. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 13 maio. 2013.

UNASUR. Unión de Naciones Sur americanas. **Tratado Constitutivo de La Unión de Naciones Sur americanas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.integracionsur.com/sudamerica/TratadoUnasurBrasil08.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELOSO, M. **O Poder da Cultura na Integração Sul-americana**. Disponível em: < [www.Inesc.org.br/biblioteca/textos/Diplo%20-%20TEXTO%20MARIZA%20veloso%20\(com%20revisao%20Dip/o\)doc/view](http://www.Inesc.org.br/biblioteca/textos/Diplo%20-%20TEXTO%20MARIZA%20veloso%20(com%20revisao%20Dip/o)doc/view) > em: 07 out. 2013.

VIA CAMPESINA. **¿Qué es la Vía Campesina?** 2011. Disponível em: <[www.viacampesina.org/es/index.php.organicaiainmenu-44?limitstart=0](http://www.viacampesina.org/es/index.php.organicaiainmenu-44?limitstart=0)>. Acesso em: 10 ag. 2013.

\_\_\_\_\_. **¿Cómo fue creada La Vía Campesina?** 2006. Disponível em: <[www.viacampesina.org/es/index.php.organicaiainmenu-44?start=2](http://www.viacampesina.org/es/index.php.organicaiainmenu-44?start=2)>. Acesso em: 10 ag. 2013.

\_\_\_\_\_. **Llamamiento de la VI Conferencia de La Vía Campesina Egidio Brunetto**. Yakarta, Indonesia, jun. 2013. Disponível em: < [www.viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-ymociones/1768-llamamiento-de-yakata](http://www.viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-ymociones/1768-llamamiento-de-yakata) > Acesso em: 8 nov. 2013.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Disponível em: <[www.ippur.ufrj.br/download/oud/pub/FlaviaBragaVieira.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/download/oud/pub/FlaviaBragaVieira.pdf)> Acesso em: 15 out. 2013.

VILABOY, S. G.; GALLARDO, A. M. Raíces Históricas de la Integración Latinoamericana. In: **História y Perspectiva de la Integración Latinoamericana.** México, AUNA/Universidad Michoacana de San Nicolás Hidalgo, 2000. Disponível em: <<http://www.ieei.unesp.com.br/portal/artigos/raices.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

ZEA, L. Identidad e Integración Latinoamericana. In: **Latinoamérica economía y política.** Colección: Latinoamérica Fin de Milenio 3. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, Fondo de Cultura Economica, 1999.

ZIBECHI, R. **Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios.** 2004. Disponível em: <[http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir\\_tema\\_debate.asp?Id\\_sub\\_debate=2](http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_tema_debate.asp?Id_sub_debate=2)>. Acesso em: 13 maio. 2013.

## ANEXO 01 – PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA

**PARECER 063/2013-CEP**

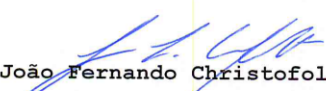
Projeto de Pesquisa, pesquisadora responsável: Andréa Marcia Legnani da UNIOESTE.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná analisou em sessão ordinária do dia 29/05/13, Ata 02/2013 – CEP, o processo CAAE 15067413.9.0000.0107, referente ao projeto, intitulado “A Concepção De Integração Da América Latina Presente Nas Práticas Educativas Da Escola Latino Americana De Agroecologia”.

Assim, em conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 29 de maio de 2013.

  
João Fernando Christofolletti  
Coordenador do CEP/Unioeste

Prof. Dr. João Fernando Christofolletti  
Coordenador do Comitê de Ética em  
Pesquisa com Seres Humanos  
Ponaria nº 5387/2012 - GRE

## ANEXO 02 – MÚSICA:REGGAE DA ELAA

## REGGAE DA ELAA

Este é o reggae da escola latino-americana

Este é reggae da escola latino-americana

Tremulando as bandeiras de nossa case da revolução,

Combatendo o inimigo contra toda forma de opressão,

Construindo um projeto soberano e popular,

Com força e valentia a vitória conquistar.

Este é o reggae da escola latino-americana...

Invadiram nossa terra, maltrataram povo do lugar

Curumins e guaranis se puseram a guerrilha;

Humilharam mama África a viver nessa escravidão

Quilombo capoeira, zumbi dandara libertação.

Este é o reggae da escola latino-americana...

Ser humano que beleza, reencontrar a natureza

Pachamama, terra libre a destruição

Campesino semeando o futuro de nossa nação

Vamos todos confiantes no embalo desta canção.

Este é o reggae da escola latino-americana...

## ANEXO 03 – MÚSICA: O QUÊ DA ELAA

## O QUÊ DA ELAA

Que tamos fazendo aqui? O quê?

Nós viemos contribuir? Com quê?

A nossa soberania!!! Faze!!!

Nos vai ter que garantir – bis

E na escola Latina, toda noite, todo dia,

Nós fazemos nossa luta, com a Agroecologia,

É a via campesina, derrubando o latifúndio,

Cultivando a mãe terra, para transformar o mundo.

Nós cantamos com o povo, não negamos nossa fala,

Vamos ter que construir, a nossa horta mandala,

A mandala cabe tudo, amor luta e paixão,

A foice e o machado, a viola e o violão.

“E o caminho continua, fazendo a nossa história,

Com estudo e trabalho, conquistaremos a vitória”.

Autoria: Coletivo da ELAA, 2010.

## ANEXO 04 – MÚSICA: JORNADA AGROECOLÓGICA

## JORNADA AGROECOLÓGICA

Unindo todos os povos.  
Para vitória conquistar.  
Se queremos soberania.  
A bandeira agitar.  
A presente estrada longa.

Viva – Agroecologia  
Viva – América Latina  
Construindo um mundo novo  
Viva – a Via Campesina

Espalhando a semente.  
É o germinar da vida.  
Rumo ao socialismo.  
Vamos de cabeça erguida.  
Sol e fogo, energia.  
Água, sangue. Nos guarida.

A luta segue em frente  
Muito temos que avançar.  
Cuidar bem da pacha-mama.  
E as culturas resgatar.  
Respeitando a natureza.  
Pois ela é nosso lar.

Autoria: Brigada Chico Mendes, 2012.

Organizadores: Leonel Nascimento e Cleverson Freitas

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Aluno do Curso de Tecnologia em Agroecologia

Entrevistado n°

Data:

Movimento Social:

País:

- 1) Quais conteúdos trabalhados durante as aulas apresentam relação com a temática da América Latina?
- 2) Como esses conteúdos se relacionam com a questão da integração da América Latina?
- 3) Como a Integração da América Latina é trabalhada nas práticas educativas da ELAA?
- 4) Qual a concepção de integração da América Latina da ELAA?
- 5) Quais as ações que mostram como está sendo realizada esta integração?
- 6) Como essas ações estão contribuindo para a integração da América Latina? Já é possível apontar resultados?



## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Coordenadores da ELAA

Entrevistado n°

Data:

- 1) Por que o Assentamento Contestado foi escolhido para implantação da Escola Latino-Americana de Agroecologia?
- 2) Como a Integração da América Latina é trabalhada nas práticas educativas da ELAA?
- 3) Qual a concepção de Integração da América Latina da ELAA?
- 4) Quais são as ações que mostram como está sendo realizada esta integração?
- 5) Como essas ações estão contribuindo para a integração da América Latina? Já é possível apontar resultados?
- 6) Qual a relação da escolha da Agroecologia como alternativa para agricultura e a implantação de cursos nesta área com a questão da integração latino-americana?